



**INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS IFMG - CAMPUS OURO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA - PROFEPT**

Liliane Cardoso da Silva

**DA CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DOS OPERÁRIOS “OS PADRES DO
TRABALHO” À IMPLANTAÇÃO DO IFMG CAMPUS CONSELHEIRO LAFAIETE –
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS**

Ouro Branco 2024

Liliane Cardoso da Silva

**DA CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DOS OPERÁRIOS “OS PADRES DO
TRABALHO” À IMPLANTAÇÃO DO IFMG CAMPUS CONSELHEIRO LAFAIETE –
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dra. Gisélia Maria Campos Ribeiro.

Ouro Branco 2024

S586c Silva, Liliane Cardoso da

Da Congregação dos Missionários dos Operários "Os Padres do Trabalho" à implantação do IFMG campus Conselheiro Lafaiete: histórias e memórias / Liliane Cardoso da Silva. – 2024.

181 f.: il.col.

Orientadora: Gisélia Maria Campos Ribeiro.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProFEPT), Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, 2024.

1. História e memória. 2. Identidade. 3. Padres do Trabalho. 4. Educação Profissional e Tecnológica. 5. Memorial virtual. I. Silva, Liliane Cardoso da. II. Ribeiro, Gisélia Maria Campos. III. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco. IV. Título.

CDU: 921.91

Catálogo: Márcia Margarida Vilaça - CRB-6/2235



INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

LILIANE CARDOSO DA SILVA

**DA CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DOS OPERÁRIOS “OS PADRES DO
TRABALHO” À IMPLANTAÇÃO DO IFMG CAMPUS CONSELHEIRO LAFAIETE –
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 17 de dezembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Giselia Maria Campos Ribeiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Orientadora

Profa. Dra. Geovanna de Lourdes Alves Ramos
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Matheus Faleiros Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais



INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

LILIANE CARDOSO DA SILVA

**CONHECER PARA RECONHECER - HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO IFMG CAMPUS
CONSELHEIRO LAFAIETE**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 17 de dezembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Giselia Maria Campos Ribeiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Orientadora

Profa. Dra. Geovanna de Lourdes Alves Ramos
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Matheus Faleiros Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Ouro Branco
Diretoria de Ensino
Coordenação Curso Mestrado PROFEPT do Campus Ouro Branco
Avenida Ailton Saneblina, número 90 - Bairro Minas Talus - CEP 36494-018 - Ouro Branco - MG
- www.ifmg.edu.br

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA - IFMG**

Realizou-se, no dia 17 (dezessete) de dezembro 2024, com início às 9h30 (nove horas e trinta minutos), por videoconferência e transmissão pelo canal do Google/Meet, a **defesa de dissertação** da Mestranda **LILIANE CARDOSO DA SILVA** no **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica** (ProfEPT - IFMG), como requisito para a obtenção do título de mestra. A dissertação apresentada para apreciação pela Banca Examinadora intitula-se **"Da Congregação dos Missionários dos Operários "Os Padres do Trabalho" à implantação do IFMG campus Conselheiro Lafaiete: Histórias e Memórias"**. A **dissertação** foi considerada **APROVADA**.

O **produto educacional**, Memorial "Memorial Virtual do IFMG campus Conselheiro Lafaiete" foi **VALIDADO** pela Banca Examinadora e considerado **APROVADO**.

A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

Prof.ª Dr.ª Gisélia Maria Campos Ribeiro (Orientadora)

Prof.ª Dr.ª Geovanna de Lourdes Alves Ramos (UFU)

Prof. Dr. Matheus Faleiros Silva (IFMG)

Prof.ª Dr.ª Heleniara Amorim Moura (Suplente - IFMG)

Certifico que a defesa realizou-se com a participação por videoconferência do(s) membro(s) Prof.ª Dr.ª Geovanna de Lourdes Alves Ramos, Prof. Dr. Matheus Faleiros Silva, e que, depois das arguições e deliberações realizadas, cada participante da banca afirmou estar de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora, redigido nesta ata.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, após lida e assinada pelo orientador, será encaminhada à Coordenação do ProfEPT – IFMG para registro acadêmico na documentação da mestranda.

Ouro Branco, 17 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Gisélia Maria Campos Ribeiro**, Professora, em 17/12/2024, às 12:11, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2126997** e o código CRC **0029D704**.

AGRADECIMENTOS

À minha família, expresso minha profunda gratidão pelo apoio constante. Sem vocês, sei que não teria conseguido. Peço perdão pela minha ausência...

À minha orientadora, Prof^a. Dra. Gisélia Maria Campos Ribeiro, agradeço por estar sempre presente e por acreditar em mim mais do que eu mesma acreditava.

Aos professores do Mestrado ProfEPT e a toda a equipe de servidores da Rede Federal, que trabalharam incansavelmente para nos ajudar a chegar até este ponto.

Aos entrevistados, que generosamente contribuíram para esta pesquisa, compartilhando suas memórias e diariamente ajudando a construir a história desta renomada instituição, o Instituto Federal.

Aos colegas do mestrado, com quem mutuamente nos incentivamos e encontramos forças nos momentos em que nos sentimos exaustos e desanimados diante das dificuldades que cada um de nós enfrentou ao longo dessa jornada. Sinto saudades das nossas conversas pelo WhatsApp, que muitas vezes se prolongavam por horas, compartilhando informações e conhecimentos.

Aos meus amigos Fernando e Andréa, que não mediram esforços para me auxiliar durante toda a caminhada; em especial, ao meu amigo Márcio, que embarcou comigo nesta ideia, compartilhando conhecimentos, sentimentos de saudade, nostalgia e entusiasmo durante o desenvolvimento do Produto Educacional, além da satisfação ao vê-lo concluído. Sua ajuda foi fundamental para o sucesso desta etapa tão importante da pesquisa, e sou profundamente grata a você.

Ao IFMG e à sua política de apoio à qualificação do servidor, expresso minha gratidão. Sem esse suporte, os técnicos-administrativos não teriam tantas oportunidades de crescimento e aprimoramento profissional.

Quem me chamou
Quem vai querer voltar *pro* ninho
E redescobrir seu lugar
 Pra retornar
E enfrentar o dia-a-dia
Reaprender a sonhar
Você verá que é mesmo assim
 Que a história não tem fim
 Continua sempre que você
Responde sim à sua imaginação
 A arte de sorrir
Cada vez que o mundo diz não
 Você verá
 Que a emoção começa agora
 Agora é brincar de viver
 E não esquecer
Ninguém é o centro do universo
 Assim é maior o prazer
 E eu desejo amar
 Todos que eu cruzar
 Pelo meu caminho
Como sou feliz, eu quero ver feliz
 Quem andar comigo, vem.

Brincar de Viver
 Maria Bethânia
(Compositores:Guilherme Arantes e
 Jon Marcus Lucien)

Dedico esta canção a todas as pessoas que, assim como eu, passaram por momentos de dor e perda. Sentimentos de fracasso e derrota muitas vezes rondam nossas vidas, tirando nosso equilíbrio interior e abalando nossos sonhos.

Voltar para o ninho significa retornar para dentro de si mesmo, reencontrando a própria essência, na esperança de reconstruir o que um dia foi destruído.

Em um mundo repleto de “não”, é preciso resiliência para conseguirmos alcançar um punhado de “sim”. Que, ao abrir de janelas e portas antes fechadas e ao romper as paredes de muralhas erguidas, possamos dar asas à imaginação, sonhar com um novo mundo, não nos rendermos ao fracasso e iniciarmos uma nova caminhada, cultivando sempre a arte de sorrir.

RESUMO

Objetivou-se, com esta pesquisa, realizar uma reflexão acerca da trajetória do Instituto Federal de Minas Gerais - *Campus* Conselheiro Lafaiete (IFMG-CL) através da criação de um Memorial Virtual no qual serão disponibilizadas as histórias e memórias da instituição, a fim de possibilitar o conhecimento, a compreensão e a realização de pesquisas futuras sobre sua trajetória institucional, visando a que a disseminação dessa história possa contribuir para despertar na comunidade acadêmica e entre os locais um sentimento de identidade e pertencimento em relação ao IFMG-CL. Tal pesquisa visa também contribuir, por meio do Memorial, para o processo de consolidação de uma identidade institucional com foco no ideário de uma educação *omnilateral*, politécnica e emancipadora que norteou a política pública de criação dos Institutos Federais. Para tanto, este estudo utilizou-se dos fundamentos teórico-metodológicos de autores referenciais para se pensar o ideário da educação politécnica, a exemplo de Demerval Saviani, Maria Aparecida Ciavatta, Marise Ramos, entre outros. A metodologia adotada incluiu uma revisão bibliográfica em torno das relações entre histórias e memórias, com ênfase no uso das narrativas orais como ferramenta de pesquisa neste processo; realizou-se, ainda, uma pesquisa documental para fundamentar a compreensão histórica e contextual do objeto deste estudo. Como produto educacional, propôs-se a criação de um Memorial Virtual, uma plataforma digital que permite a visita a itens históricos, a exemplo de fotografias, objetos e instalações, tanto da Escola Técnica 'Os Padres do Trabalho', que funcionou no local onde atualmente está localizada a sede do Instituto Federal de Minas Gerais - *Campus* Conselheiro Lafaiete, como também itens memoráveis do próprio Instituto. O material recolhido e os relatos obtidos se constituíram como importante material de memória oral e documental, e que possibilitaram reconstituir parte da história da escola e da educação profissional no município, o que evidencia a sua importância.

Palavras-chave: História e Memória. Identidade. Os Padres do Trabalho. Educação Profissional e Tecnológica. Memorial Virtual.

ABSTRACT

This research aimed to reflect on the trajectory of the Federal Institute of Minas Gerais - Campus Conselheiro Lafaiete (IFMG-CL) through the creation of a Virtual Memorial, where the institution's histories and memories will be made available. The goal is to enhance knowledge, understanding, and support future research on the institution's journey, encouraging a sense of identity and belonging within the academic and local community toward IFMG-CL. Additionally, this research seeks to contribute, through the Memorial, to the consolidation of an institutional identity focused on the concept of an omnilateral, polytechnic, and emancipatory education that guided the public policy behind the creation of Federal Institutes. The study is grounded in the theoretical and methodological contributions of key authors on polytechnic education, such as Demerval Saviani, Maria Aparecida Ciavatta, and Marise Ramos, among others. The methodology involved a literature review on the relationship between history and memory, emphasizing the use of oral narratives as a research tool, alongside documentary research to deepen the historical and contextual understanding of the study's object. As an educational product, the creation of a Virtual Memorial was proposed—a digital platform that allows visitors to explore historical items such as photographs, objects, and installations from the former Technical School "Os Padres do Trabalho," which once operated where IFMG-CL is currently located, as well as memorable items from the Institute itself. The collected material and obtained testimonies constitute an essential collection of oral and documentary memory, enabling a partial reconstruction of the history of the school and professional education in the municipality, highlighting its significance.

Keywords: History and Memory. Identity. The Fathers of Works. Professional and Technological Education. Virtual Memorial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Padre Teófilo Reyn (1860 - 1941)	21
Figura 2- Registro de comemoração aos 100 anos de criação da Congregação na Bélgica.....	22
Figura 3 - Padre de Man (1927-1981)	23
Figura 4 - Emblema Universidade do Trabalho (UT) ¹⁶	26
Figura 5 - Obras de construção da Escola Técnica Os Padres do Trabalho na década de 1980	27
Figura 6 - Prédio onde atualmente estão localizados os laboratórios de Mecânica e Eletrotécnica.....	27
Figura 7 - Sede da 'Associação Os Padres do Trabalho'	28
Figura 8 - Recorte do Jornal Panorama na década de 1980.....	30
Figura 9 - Documento de municipalização da Escola Técnica 'Os Padres do Trabalho'- Década de 1990	33
Figura 10 - O percurso histórico da educação profissional em Conselheiro Lafaiete	37
Figura 11 - Imprensa anuncia a aprovação da LDB de 1996	48
Figura 12 - Infográfico sobre a criação de 100 novos Campi	61
Figura 13 - Cronologia da Educação Profissional e Tecnológica	61
Figura 14 - Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	63
Figura 15 - Unidades do Instituto Federal de Minas Gerais	66
Figura 16 - Área externa do campus IFMG- CLA	66
Figura 17 - Vista aérea da parte externa do campus.....	67
Figura 18 - Salas de aulas (parte externa)	68
Figura 19 - Rampas de Acessibilidade	68
Figura 20 - Sala de aulas (espaço interno).....	69
Figura 21 - Biblioteca.....	70
Figura 22 – Auditório	70
Figura 23 - Estúdio para Gravação de Aulas EAD	71
Figura 24 - Prédio Administrativo	71
Figura 25 - Laboratório de Eletrotécnica	72
Figura 26 - Laboratório de Mecânica.....	73
Figura 27 - Laboratório de Ciências	73

Figura 28 - Laboratório de Informática	74
Figura 29 - Vista parcial da cidade de Conselheiro Lafaiete	75
Figura 30 - Ponto Turístico da cidade – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	75
Figura 31 - Trajetória da pesquisa: percurso metodológico.....	78
Figura 32 - Pasta de localização do acervo fotográfico	88
Figura 33 - Registro de evento realizado no prédio da instituição com a participação da comunidade local (sem data de registro).....	89
Figura 34 - Registro de formandos da Escola Técnica “Os Padres do Trabalho” (sem data de registro)	90
Figura 35 - Obras de construção dos prédios da Escola Técnica “Os Padres do Trabalho” - década de 1960	90
Figura 36 - Fachada da Escola Técnica Municipal Os Padres do Trabalho - década de 2000	91
Figura 37 - Boletim escolar de ex-aluno da Escola Técnica Municipal “Os Padres do Trabalho” – década de 2000.	92
Figura 38 - Plaina Limadora - Marca: Sanches Blanes S/A, Modelo: P400 (item em desuso).....	93
Figura 39 - Serra alternativa 12" - marca Schneider (item em uso).....	94
Figura 40 - Furadeira Kone tipo k.38 (item em uso)	95
Figura 41 - Guincho Hidráulico (item em uso)	96
Figura 42 - Plaina Limadora 650, Marca Zocca (item em uso).....	96
Figura 43 - Bancada de madeira para oficina (item em uso).....	97
Figura 44 - Bancadas do laboratório de eletrônica (item em uso)	97
Figura 45 - Página Inicial do Memorial Virtual campus Conselheiro Lafaiete.....	114
Figura 46 - Opções de navegação por meio de temas.....	115
Figura 47 - Imagem do texto descritivo sobre o Memorial Virtual IFMG campus Conselheiro Lafaiete.....	116
Figura 48 - Opção de navegação - Épocas	117
Figura 49 - Opção de navegação Memórias	123
Figura 50 - Opção de navegação Eventos Culturais (a) Esportivos (b) Científicos (c)	124
Figura 51 - Opção de navegação Galeria de Diretores	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Expansão da Rede Federal	59
Gráfico 2- Dados sobre índice de Verticalização do IFMG - Plataforma Nilo Peçanha	64
Gráfico 3 - Valor matriz proposta versus valor homologado em bilhões (2012-2021)	98
Gráfico 4 - Avaliação da quantidade de conteúdo disponível no Memorial Virtual.	128
Gráfico 5 - Avaliação da linguagem utilizada pelo do Memorial Virtual em relação à clareza, coerência e alcance	129
Gráfico 6 - Avaliação sobre o valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural das obras expostas no Memorial Virtual.	130
Gráfico 7 - Avaliação da organização das informações contidas no Memorial Virtual.	131
Gráfico 8 - Avaliação da qualidade das imagens expostas no Memorial Virtual.....	132
Gráfico 9 - Avaliação do layout de apresentação do Memorial Virtual.....	133
Gráfico 10 - Avaliação da identidade visual contida no Memorial Virtual.....	134
Gráfico 11 - Avaliação da definição dos menus e submenus disponibilizados para navegação no Memorial Virtual.	135
Gráfico 12 - Avaliação sobre a iniciativa de disponibilizar o acervo histórico da instituição em um espaço virtual.	135
Gráfico 13 - Avaliação sobre a visitação ao Memorial Virtual.....	137

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB - Câmara de Educação Básica

CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica

CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CNBB - Conselho Nacional dos Bispos do Brasil CNE - Conselho Nacional de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

EAfs - Escolas Agrotécnicas Federais

EBTT - Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico EITs - Escolas Industriais e Técnicas

EJA - Educação de Jovens e Adultos EMC - Educação Moral e Cívica

EPT - Educação Profissional e Tecnológica ETFs - Escolas Técnicas Federais

FHC - Fernando Henrique Cardoso FIC - Formação Inicial e Continuada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

IFs - Institutos Federais

IFCE - Instituto Federal do Ceará

IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais

IFMG-CL - Instituto Federal de Minas Gerais campus Conselheiro Lafaiete IFMS - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

IFRS - Instituto Federal do Rio Grande do Sul

IFSUDESTE –MG - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC - Ministério da Educação

MSC - Missionários do Sagrado Coração OSPB - Organização Social Política Brasileira

PNP - Plataforma Nilo Peçanha

PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos

ProfEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego RFEPC -

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SNCT - Semana Nacional de Ciência e Tecnologia TAE - Técnico-Administrativo em Educação

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido UNB - Universidade de Brasília

Unileste - Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais UT - Universidade do Trabalho

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1 Memória e história.....	9
2.2 A instituição escolar como um lugar de memória.....	13
2.3 As memórias e a identidade institucional	15
2.4 Identidade e Pertencimento	16
3 A HISTÓRIA DA CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DOS OPERÁRIOS ‘OS PADRES DO TRABALHO’: DO ASSISTENCIALISMO À FORMAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	20
3.1 A criação da Associação no Brasil	22
3.2 O caminho da qualificação profissional: os cursos técnicos na Associação dos Missionários Operários à expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica	29
4 BASES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO BRASIL	38
4.1 A criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	54
4.1.1 Planos de Expansão	59
4.1.2 Fase I.....	59
4.1.3 Fase II.....	59
4.1.4 Fase III.....	59
4.1.5 Fase Atual.....	60
5 BREVE HISTÓRICO DO IFMG-CAMPUS CONSELHEIRO LAFAIETE	64
6 PERCURSO METODOLÓGICO	77
6.1 Tipo e Abordagem da Pesquisa	82
6.2 O Local e os Sujeitos da Pesquisa.....	83
6.3 Levantamento de Memoriais e Museus Virtuais que Registram a História das Instituições	85
6.4 Levantamento dos Itens Memoráveis do IFMG – <i>Campus Conselheiro Lafaiete</i>	88
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES	98
8 ELABORAÇÃO DO MEMORIAL VIRTUAL	113

8.1 Aplicação e avaliação do Memorial Virtual do IFMG-CL	113
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	143
Anexos	154
Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética.....	154
Apêndices.....	155
Apêndice A - Carta convite para a pesquisa	155
Apêndice B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	156
Apêndice C - Termo de Autorização para Uso de Imagem e Voz.....	160
Apêndice D - Roteiro para as entrevistas com servidores (as)	163

1 INTRODUÇÃO

“ Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu. A memória de uma instituição é não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais, que se contrapõem a um discurso científico. É mediando entre as memórias e o(s) arquivo (s) que o historiador entretece uma visão hermenêutica e um sentido para o seu trabalho e dessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas” Justino de Magalhães (Tecendo nexos, Bragança: São Francisco, 2004 p.155).

A memória tanto pode ser individual, quanto coletiva. Contudo, é possível afirmar que, certamente ambas, em determinados momentos e circunstâncias, se encontram e se entrecruzam em direção a uma construção social. Assim, reconstruir a memória dos grupos sociais, despertando nos indivíduos o sentimento de identidade em seu meio é fundamental nesse processo.

Partiu dessa premissa a minha decisão de pesquisar, em um curso de mestrado, um tema relacionado à história e memória da educação profissional em uma instituição situada no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, considerando a minha própria identificação como trabalhadora na área. A atuação profissional por vezes nos direciona a caminhos que, anteriormente, sequer imaginávamos trilhar. Assim, meu trabalho no IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete relata parte desse percurso laboral que me trouxe até este atual momento, em que meus esforços acadêmicos foram direcionados ao resgate da memória institucional do IFMG no município. E dessa forma, das reflexões produzidas neste contexto, trazendo relatos diversos de tessituras que vêm ocorrendo há várias décadas, por diferentes sujeitos, apreendeu-se, também, a própria construção da história da educação regional, suas perspectivas, percursos, dificuldades, limites e possibilidades.

Meu primeiro contato profissional com o IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete aconteceu no primeiro semestre de 2014, quando fui contratada para atuar como colaboradora externa no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec. Minha função, na época, era de realizar o levantamento de todos os bens patrimoniais da Escola Técnica Municipal ‘Os Padres do Trabalho’, instituição educacional que outrora se localizava no imóvel onde o *campus* está

atualmente estabelecido, os quais seriam cedidos ao IFMG por ocasião da implantação do *campus*.

Naquela ocasião, eu havia participado do Concurso Público do IFMG para o *Campus* Ouro Branco, para o qual havia sido aprovada, mas somente seria nomeada meses depois. Dessa forma, permaneci alguns meses trabalhando pelo Pronatec no levantamento dos itens constantes no imóvel, fotografando, classificando e registrando, pois eles deveriam constar no contrato de comodato que seria firmado entre as partes.

No segundo semestre de 2014 ingressei, como servidora, no quadro efetivo do IFMG no *campus* Ouro Branco, onde permaneci por um ano atuando no Setor de Almojarifado e Patrimônio na instituição. Em 2015, fui removida, a pedido, para o IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete, por se localizar na cidade onde resido, o que facilitaria a minha logística pessoal e familiar. Desde então, trabalho no setor de Registro e Controle Acadêmico da instituição, e a partir da minha atuação no *campus*, pude conhecer aspectos importantes da história da educação profissional, da qual o IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete faz parte. Tomei conhecimento, ainda, de que havia na instituição uma grande diversidade de memórias dispersas naquele espaço, tanto da Escola Técnica 'Os Padres do Trabalho', quanto do próprio acervo do IFMG-CL.

Neste cenário, ao realizar uma reflexão sobre a temática 'memórias institucionais', observei uma certa carência no sentido de organização e disseminação da história do *campus*. A partir dessa observação, constatei que a não sistematização de salvaguarda desse material poderia dificultar, por exemplo, a realização de trabalhos de pesquisas futuras sobre o tema memórias na instituição, dentre outros prejuízos institucionais.

Destarte, me deparei com a necessidade de avaliar qual seria a minha contribuição, enquanto servidora, na organização das memórias escolares e no registro dessa história, uma vez que esse trabalho já havia sido feito anteriormente, mas que todo o material produzido havia se perdido no tempo. Consoante a isso, me veio também a dúvida de qual seria a melhor forma de apresentar tais memórias e histórias à comunidade acadêmica, de modo a contribuir para que a missão da instituição se consolide, tendo em vista que a preservação e a divulgação da história

institucional são fundamentais para promover a valorização da trajetória da instituição.

Embora o IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete tenha iniciado sua trajetória como instituição pública, gratuita e de qualidade há uma década, não possuía, até então, informações sistematizadas sobre esse acervo memorialístico, tampouco uma política de incentivo à salvaguarda desse material, sendo esta a primeira pesquisa que se destina ao registro das memórias e histórias da instituição localmente.

Magalhães (2004), ao discorrer sobre o tema, argumenta:

Frequentemente, a inexistência de um arquivo organizado, a dispersão da documentação por vários espaços e a precariedade das condições de conservação desafiam o historiador, mediante um protocolo, a intervir na construção do arquivo [...] (Magalhães, 2004, p. 136).

Ciavatta (2010) corrobora o argumento do autor acima citado, quando aponta que a não existência de políticas e fomentos para a constituição de espaços destinados à guarda e preservação desse material pode dificultar o registro dessa história. Assim, as lembranças, memórias, histórias e vivências de cada indivíduo e da organização são elementos essenciais da vida humana e organizacional.

De acordo com Halbwachs (2006),¹

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (Halbwachs, 2006, p. 34).

O autor enfatiza, ainda, que as lembranças são coletivas e mantidas vivas quando somos lembrados por outras pessoas, mesmo quando essas memórias estão relacionadas a eventos nos quais apenas nós mesmos estivemos presentes, ou a situações que somente nós testemunhamos. Para ele, o ato de compartilhar lembranças acontece porque nunca estamos verdadeiramente sozinhos em nossas experiências, e ao nos relacionarmos com os outros, essa socialização permite que

¹ Maurice Halbwachs foi um sociólogo francês da escola durkheimiana. Desempenhou um papel fundamental na criação do campo de estudos sobre a memória nas ciências sociais. Na década de 1920, ele publicou o livro "Les cadres sociaux de la mémoire" (Os quadros sociais da memória), apresentando assim um novo objeto de pesquisa para a sociologia. Fonte: RIOS, Fábio. "Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo". In: Revista Intratextos, 2013, vol 5, no1, p. 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102> acesso em: 11/07/2023.

as memórias sejam perpetuadas ao longo do tempo (Halbwachs, 2006, p. 26).

Em contraponto a Halbwachs, Alessandro Portelli², define a memória como um fenômeno individual, pois as pessoas se lembram individualmente. Para esse autor, a memória se transforma em social ou compartilhada “somente quando desvinculada da memória individual, ocorrendo, por exemplo, no contexto dos mitos e do folclore, quando uma história se torna parte do patrimônio de muitas pessoas.”(Portelli, 2006, p.127).

O autor afirma ainda que:

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nostempos e sociedades modernas, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática (Portelli, 2006, p.127).

Para Portelli (2006), assim como todas as atividades desempenhadas pelo ser humano são consideradas sociais, a memória também o é, e pode ser compartilhada; ele aponta que a memória de cada indivíduo contribui na produção da história social, porém só se materializa nas reminiscências e narrativas individuais.

Segundo Kajimoto *et al.* (2014, p.4), a identidade é constituída por aquilo que tem significados para os indivíduos, originada neles e construída pelo processo de individualização. Contudo, para essas autoras, algumas identidades podem ser formadas através de uma instituição dominante, aquelas instituições que só assumem qualquer condição “quando e se os atores sociais internalizarem a sua vivência, podendo resultar na construção do seu significado, com base nessa internalização”. Assim, importa conhecer os papéis sociais, aquele que cada indivíduo assume na sociedade e como eles influenciam o comportamento das pessoas e de como elas vivenciam determinados momentos.

Dessa forma, a importância deste estudo está, também, em conhecer como o sujeito, individual ou coletivo, se insere na construção dos processos históricos e se utiliza das lembranças e memórias do passado, a ele repassadas, para a criação de uma identidade e com o intuito de manter viva a história do grupo. Ainda, trabalhar a

² Alessandro Portelli é um historiador italiano referência nos estudos de História Oral. Foi professor de literatura anglo-americana na Universidade de Roma “La Sapienza” e fundador do Circolo Gianni Bosio, um coletivo dedicado ao estudo do folclore, história oral e cultura popular. Recebeu o título *Doutor Honoris* pela Universidade Nacional de La Plata, Argentina. Fonte: <https://www.trama.ufscar.br/biografia-de-um-historiador-oral-com-alessandro-portelli/>. Acesso em 25/09/2023.

memória na instituição escolar reforça e reafirma a relevância do desenvolvimento de pesquisas voltadas para esse tema, tendo em vista que (re)conhecer, divulgar e disseminar a sua própria história faz com que a missão da instituição seja não apenas reconhecida, mas também consolidada.

Considerando que é inquestionável a importância de registrar os acontecimentos e as experiências vividas, pois estes representam uma valiosa fonte de pesquisa e aprendizado, a hipótese deste estudo é de que a apresentação das memórias e histórias do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete à comunidade acadêmica são elementos constitutivos fundamentais e contribuintes para valorizar a trajetória institucional e seu reconhecimento social, podendo despertar na comunidade acadêmica e local um sentimento de identidade e pertença à instituição.

Outrossim, partindo do pressuposto de que uma instituição educacional necessita criar e fortalecer sua identidade institucional, faz-se necessário o resgate e o registro de sua história e memórias; no caso específico do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete, é primordial, obviamente, não desvincular a sua própria história da história da Escola Técnica 'Os Padres do Trabalho' que o precedeu, pois é essencial resgatar a memória para se construir uma nova história.

Assim, na perspectiva apontada por autores do campo da história e da memória, e tendo em vista a possibilidade de trabalhar tais temas a partir dos acontecimentos que ensejaram a criação do IFMG em Conselheiro Lafaiete, dada a necessidade de realizar o registro dessa experiência exitosa, surgiram alguns dos questionamentos que, por sua vez, subsidiaram os objetivos deste estudo: Conhecer e compreender as histórias e memórias do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete através da reconstrução da história da Escola Técnica 'Os Padres do Trabalho', que precedeu a criação do *Campus*; realizar a reconstituição de seu processo de implantação a partir das múltiplas memórias dos servidores que participaram do momento de sua emergência; investigar as possibilidades que essas memórias têm de contribuir para a valorização histórica do IFMG-CL; criar um Memorial Virtual que possa salvaguardar e divulgar a história da instituição desde os seus primórdios no município de Conselheiro Lafaiete, particularmente quando ali funcionava a Escola Técnica 'Os Padres no Trabalho'.

Assim, a partir da hipótese proposta para o desenvolvimento desta pesquisa e considerando os objetivos elencados, foi gerada a seguinte pergunta norteadora: A disponibilização dos registros históricos que antecederam a criação do IFMG *Campus*

Conselheiro Lafaiete, sistematizados em um Memorial Virtual, poderá contribuir para o conhecimento e a valorização dos esforços que culminaram na sua criação, ajudando a despertar na comunidade acadêmica local sentimentos de identidade e pertença, a partir da compreensão da sua importância para o desenvolvimento local e regional?

Na perspectiva apontada e visando alcançar os objetivos propostos para este estudo, utilizou-se, como principal meio para obtenção de respostas, a metodologia de pesquisa científica com abordagem qualitativa. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as relações entre histórias e memórias, a partir do uso das narrativas orais, como contribuição para valorizar a trajetória institucional, como também para a promoção do senso de pertencimento. Na sequência, foi feita uma pesquisa bibliográfica documental sobre a história da Escola Técnica 'Os Padres do Trabalho', que antecedeu a implantação do *campus*. Concomitantemente, foram identificados itens memoráveis, físicos e digitais, disponíveis no *campus*, que poderiam contribuir para a construção do Memorial Virtual e enriquecer seu acervo, levando em consideração a herança para a narrativa adotada, sua conservação e importância histórica.

Posteriormente à identificação dos itens memorialísticos constantes na instituição, foram analisados oito museus virtuais de memórias ³existentes, a fim de conhecer suas características e os recursos que poderiam ser incorporados ao Memorial Virtual do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete. Foi realizado, ainda, um levantamento dos servidores que estavam presentes no momento de implantação e que permaneciam como servidores ativos do *campus*, verificando a disponibilidade e a disposição de cada um desses servidores em colaborar com a pesquisa. Intentou-se, assim, buscar a história oralizada de cada servidor remanescente, utilizando como critério de seleção os servidores que eram lotados no *campus* no momento de sua implantação e que, atualmente, ainda permanecem no local.

Após a catalogação desses itens, foram realizadas entrevistas com os servidores remanescentes, visando verificar sua relação com a história do *Campus*

³Os museus de memórias analisados estão elencados no capítulo que trata sobre a metodologia de pesquisa utilizada neste estudo.

Conselheiro Lafaiete, qual a importância em se realizar o trabalho de salvaguarda desse acervo e como isso contribuiria para despertar o sentimento de pertença institucional. Com base nas informações, o Memorial Virtual do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete foi construído e hospedado na página institucional do *campus*, tendo sido posteriormente apresentado aos servidores da instituição para que realizassem a avaliação, com vistas a verificar sua funcionalidade, aplicabilidade e sua capacidade para alcançar os objetivos propostos, a partir de sua disponibilização.

Considera-se o Memorial Virtual como uma fonte de conhecimento, cultura e de história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), contribuindo na promoção da formação integral⁴ dos sujeitos por meio da pesquisa como princípio educativo⁵, pois sendo esse um espaço não formal de aprendizagem, é possível desenvolver habilidades de pesquisa, pensamento crítico, autonomia e vivência, através da compreensão das histórias e memórias nele contidas.

Esta dissertação está inserida no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), vinculada à linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), dentro do macroprojeto de história e memórias no contexto da EPT.

Para atender aos propósitos deste estudo, esta dissertação foi assim estruturada: esta introdução, que traz o contexto, os objetivos e a justificativa da pesquisa; o capítulo 2, de revisão da literatura, que apresenta os autores que deram o suporte teórico à pesquisa, trazendo os conceitos-chave sobre memória e história; o capítulo 3, que apresenta a história da congregação dos missionários 'Os Padres do Trabalho'; em seguida, o capítulo 4, que traz as bases históricas e conceituais da educação profissional no Brasil e, na sequência, o capítulo 5, que apresenta o histórico de criação do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete; o capítulo 6 traz a metodologia da pesquisa e o capítulo 7, os resultados, análises e discussões; já o capítulo 8 apresenta os dados sobre a elaboração do Memorial Virtual, enquanto que o capítulo 9 traz as

⁴ Formação Integral é uma abordagem que busca desenvolver os alunos em todas as suas dimensões formativas: intelectual, física, emocional, social e cultural, proporcionando um aprendizado mais abrangente.

⁵ A pesquisa como princípio educativo abrange a investigação como prática criativa e um desejo constante de conhecer e descobrir. Através de uma prática intencional, busca-se permitir que o ser humano explore a essência das coisas que aparentam ser imutáveis. Esse processo visa despertar ou recuperar a capacidade humana de elucidar e transformar a realidade.

conclusões do estudo e as considerações finais. Por fim, estão dispostas as referências bibliográficas e os apêndices e anexos a este trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, é apresentado o referencial teórico, em que são apresentados os conceitos-chave que sustentam a construção deste estudo.

2.1 Memória e história

“Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos a consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos o ontem de hoje e confirmamos que já vivemos um passado” (Lowenthal, 1981, p. 75).

É essencial conceber o conceito de memória quando se pretende registrar a trajetória de uma instituição a partir do legado deixado por ela, sendo:

[...] o conjunto de objetos culturais, materiais e imateriais herdados pelos contemporâneos e que passam a constituir o patrimônio histórico das comunidades [...] esse processo implica atribuir aos objetos um valor simbólico que originalmente não lhes pertencia: [...] Ou seja, ao escolhermos um objeto para o acervo de um memorial, estamos retirando-o de seu contexto original para lhe atribuir outra funcionalidade, a de evocar o passado e articular um discurso para esse fim (Pacheco, 2010, p.145).

São inúmeras as concepções de memória tratando-se, portanto de um conceito polissêmico e polêmico. Em geral, nos dicionários ⁶a palavra memória é definida como a capacidade de reter fatos, acontecimentos, dados, ideias, entre outras. Essa palavra origina-se do Grego ‘*mnemis*’ ou do Latim ‘memória’, e em ambos os casos se refere ao ato de se conservar uma recordação.

Na história, o conceito de memória está atrelado à forma como as sociedades e os indivíduos registram, interpretam e preservam acontecimentos passados, experiências e tradições ao longo do tempo.

Para Neves (1998),

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação (Neves, 1998, p. 218).

⁶ Saiba mais acessando: [memórias - Dicionário Online Priberam de Português](#), [Dicionário Online - Dicionário Caldas Aulete](#) - Significado de memória, [Memórias \(dicionarioinformal.com.br\)](#)

As concepções de memória são polissêmicas, sendo possível abordá-las sob vários prismas. Jacques Le Goff explicita em sua obra *História e Memória (2008)* que o estudo da memória abrange a filosofia, a antropologia, a sociologia, a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia, a psiquiatria, dentre outras áreas do conhecimento.

Para o autor, a memória é vista como a capacidade humana responsável por preservar o passado e as experiências vividas, remetendo-nos “[...]em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 2003, p.419).

Para a filósofa Marilena Chauí (1995), “[...] a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (Chauí, 1995, p.125).

No texto *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, Pierre Nora aponta diferenças significativas entre história e memória; e embora ambos os termos se remetam a fatos passados, para ele “[...] a história como uma mera representação do passado é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, ao passo que a memória para o autor se refere a “[...] um elo vivido no eterno presente” (Nora, 1993, p.9).

Pinto (1998) concorda com o pensamento de Nora quando afirma que a “memória é esse lugar de refúgio, meio história, meio ficção, universo marginal que permite a manifestação continuamente atualizada do passado” (Idem, p. 307).

A memória é uma parte essencial de nossas vidas e está presente em tudo o que fazemos. Para Santos (2003) a memória é o processo pelo qual adquirimos, armazenamos e recuperamos informações e experiências passadas:

A memória está presente em tudo e em todos. Nós somos tudo aquilo que lembramos; nós somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela também é uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências, a partir de resíduos deixados anteriormente. [...] Ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações (Santos, 2003, p. 25-26).

Embora a memória seja compreendida como um fenômeno pessoal, uma vez que cada indivíduo traz consigo lembranças próprias, Pollack (1992), amparado em Halbwachs (1990), enfatiza a importância também de se entender a memória não apenas como um fenômeno individual, mas sobretudo como um fenômeno coletivo

devido ao fato de o sujeito pertencer a um contexto sociocultural. Em outras palavras, a memória é construída coletivamente, ou seja, é produzida por pessoas que são partes integrantes de um grupo, estando ela, a memória, sujeita a flutuações e em constante mudança (Pollak, 1992, p.201).

Barbosa (2013) corrobora o entendimento de Pollack apontando, ainda, que a memória pode desempenhar um papel fundamental ao fornecer um lugar para o indivíduo e dar sentido à sua vida. Para a autora, as nossas memórias são uma parte essencial de quem somos, “pois nos permitem lembrar experiências passadas, relacionamentos, valores e aprendizados, significando que as memórias podem fornecer um senso de continuidade e conexão com o passado, ajudando as pessoas a entender quem são e como chegaram ao presente” (Idem, 2013, p.5).

O tema memória, evidenciado a partir dos argumentos dos autores supracitados, apesar de possuírem conceitos diferenciados apresentam alguns aspectos similares em seus pressupostos teóricos dos quais podem ser extraídos aspectos relevantes quando se intenta compreender o conceito de memória da instituição.

Como foi possível observar, esse tema suscita grandes debates e variados níveis de interpretação entre os estudiosos, o que pode ser constatado nas palavras de Dosse (2004),

[...] seja qual for a natureza da memória enquanto objeto puramente neurológico ou puramente epistemológico, não podemos conhecer nem sentir as nossas recordações a não ser que as “pensem” primeiro; e quando “pensamos” as nossas recordações, evocando-as e articulando-as, elas deixam de ser objectos e passam a ser parte de nós. (Dosse, 2004, p. 184)

A partir da perspectiva de Halbwachs e Le Goff, pode-se considerar que a memória está ligada à vivência, tanto individual como coletiva, do sujeito histórico. E na medida em que essa memória é compartilhada, é construída uma identidade entre o indivíduo e o grupo ao qual pertence, propiciando sentimentos de pertencimento⁷, conforme aponta Delgado (2009, p.19) para quem “as memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico”.

⁷ Nassar (2007, p. 114) conceitua o sentimento de pertença ou pertencimento como “[...] um turbilhão de lembranças do sujeito”, estimulado pelo pesquisador, por um objeto, por uma pergunta e pela possibilidade de uma narrativa desvinculada de um objetivo prático, que traz um reencontro com um passado feliz ou importante, ou com uma comunidade de destino”.

Pollack (1992) aponta que são três os elementos fundamentais constituintes da memória coletiva: os acontecimentos (que podem ser vivenciados, por tabela⁸ ou herdados), as pessoas (que desempenham papéis e permanecem na memória); e os lugares (que são locais de memória e celebração).

De acordo com Marc Augé⁹, em sua obra *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade* (em francês, *Non-Lieux: Introduction à une Anthropologie de la Surmodernité*), publicado em 1994, lugar seria espaço onde está presente uma identidade cultural distinta, em que as pessoas vivenciam experiências significativas e suas memórias são construídas a partir dessas vivências. Para ele, o lugar tradicional é aquele repleto de significados, definido pela cultura das pessoas que se socializam naquele espaço.

Silva (2013, p.12) corrobora a visão de Augé (1994) definindo lugar como sendo “[...] Ambientes que fazem parte da história de alguém ou de algum grupo [...] Locais que são repletos de significação, que evocam sensações, que os indivíduos tentam perpetuar [...]”.

Nora (1993), autor do conceito dos lugares de memória, trabalhou essa questão e mostrou a importância dos lugares de memória para a reconstrução das reminiscências, principalmente no campo da História. Segundo o autor:

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração [...] São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional [...] Os três aspectos coexistem sempre. (Nora,1993. p.21).

Marc Augé (1994) se refere aos lugares tradicionais como lugares antropológicos:

Reservamos o termo ‘lugar antropológico’ àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. (...) Esses lugares têm pelo menos três características comuns. Eles se pretendem (pretendem-nos) identitários, relacionais e históricos. O projeto da casa, as regras de residência, os guardiões da aldeia, os altares, as praças públicas, o recorte das terras correspondem para cada um a um conjunto de possibilidades, prescrições e proibições cujo conteúdo é, ao mesmo tempo, espacial e social. Nascer é nascer num lugar, ser designado à residência

⁸ Acontecimentos por tabela dizem respeito àqueles que não foram vivenciados particularmente por nós e sim pelo grupo ao qual pertencemos (Pollak, 1992, p.201).

⁹ Marc Augé, antropólogo francês conhecido por suas contribuições para o campo da antropologia urbana e pela introdução do conceito de “não-lugar”.

(Augé, 1994, p.51- 52).

Esse autor entende que “[...]se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico¹⁰, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar” (Augé, 1994, p.73). Nessa perspectiva, o autor arrola os seguintes espaços como não lugares: áreas de tráfego (autoestradas, lojas de conveniência em postos de gasolina, rodoviárias, estações de trem, aeroportos e vias aéreas), de consumo (super e hipermercados, *shopping centers*, cadeias hoteleiras) e também como espaços de comunicação global e em rede (telas, cabos, ciberespaço, redes sem fio que permeiam a cidade, como as de internet móvel e telefonia celular).

A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a ‘lugares de memória’, ocupam aí um lugar circunscrito e específico (Augé, 1994, p.73)

Como explicitado pelo autor, enquanto um lugar é definido pelas relações vinculadas a ele, o não lugar é caracterizado por espaços desprovidos de simbologia, não identitários, não relacional.

2.2 A instituição escolar como um lugar de memória

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro (Le Goff, 1990, p. 477).

A escola, por ser um ambiente que auxilia na aprendizagem e no conhecimento, contribui nesse processo com diversos elementos construídos e transmitidos que moldam a sociedade. Um aspecto relevante é a materialidade da escola como lugar de memória.

A história de uma instituição educacional perpassa pelas suas memórias, que podem ser evocadas através de documentos, práticas e objetos que fizeram parte e/ou estão/estiveram presentes durante todo o seu percurso.

Os elementos físicos presentes no ambiente escolar, como mobiliários, salas de aulas, corredores e objetos como livros, cadernos e boletins representam depósitos

¹⁰ Lugar identitário, relacional e histórico diz respeito a um local que carrega camadas de significado, moldado pelas experiências humanas e pelas histórias que nele se entrelaçam, sendo um ponto de conexão entre identidade, convivência e memória.

de ricas vivências, de significados e sentimentos. Entender a escola como um lugar de memórias é uma forma de consolidar sua identidade institucional e seu reconhecimento social, valorizando assim sua trajetória.

Para Ciavatta (2005):

Documentos dispersos, preservados na história particular de muitos, fotografias, livros, papéis e objetos guardados com zelo e nostalgia podem alimentar a perspectiva de uma escola e de uma formação integrada e mais completa para os mais jovens, em reconhecimento e orgulho de si mesmos como mestres (Ciavatta, 2005, p.14).

Nunes (2003, p. 137) relata que “[...] as escolas também são ‘celeiros’ de memórias, espaços nos quais se tece parte da memória social”. Neste aspecto observamos que são muitas as possibilidades de se pesquisar sobre as memórias em uma escola, seja a partir da história da própria instituição escolar, de seus sujeitos (comunidade escolar), ou até mesmo de seus documentos oficiais, tais como propostas curriculares e práticas pedagógicas, entre outras.

Pensar em trabalhar a memória na instituição reforça ainda mais a relevância de se desenvolver pesquisas voltadas para esse tema. Disseminar e (re)conhecer essa história faz com que a missão da instituição seja reconhecida e consolidada.

Ribeiro (2011) argumenta:

Tais trabalhos são relevantes, pois por meio deles é possível priorizar a trajetória da escola, destacar o que de específico foi lá produzido e pensá-la como um espaço singular (Ribeiro, 2011, p.324).

Ao compartilhar experiências e memórias com outras pessoas, podemos estabelecer conexões mais profundas e criar laços sociais significativos. Isso acontece por exemplo, ao lembrarmos eventos passados em um contexto social, como uma reunião de família ou uma conversa entre amigos; nesses momentos, os laços estão sendo fortalecidos e estreitados entre os participantes daquele acontecimento pois estão sendo compartilhadas histórias e experiências em comum. Delgado (2003) afirma que o ato de ativar a memória é um desafio para o ser humano, pois a memória, além de imensurável, é mutante e plena de significados devida, que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam (Delgado, 2003, p.16).

Consoante a isso Bobbio (1997) descreve que o ato de lembrar é muito significativo pois:

O lembrar é uma atividade mental que não exercitamos com frequência por que é desgastante ou embaraçosa. Mas é uma atividade salutar. Na lembrança reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos. [...] Se o futuro se abre para a imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo passado é aquele no qual, recorrendo a nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçarmos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa **identidade**. (Bobbio, 1997, *apud* Delgado, 2003, p. 16, grifo nosso).

Halbwachs (2003), um dos principais teóricos do tema memória, discorre a esse respeito:

Examinemos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisarecorrer às lembranças de outras e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (Halbwachs, 2003, p. 72).

Nesta perspectiva, cabe destacar que a memória desempenha um papel fundamental na conservação das informações e contribui para evitar que o passado não seja completamente esquecido, pois “[...] ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana” (Le Goff, 2003, p. 387).

2.3 As memórias e a identidade institucional

Conforme apontado anteriormente, a construção da história de uma instituição educacional perpassa pelas suas memórias, práticas e objetos que fizeram parte e/ou estiveram presentes em seu cotidiano.

Neste sentido, faz-se necessário pensar em mecanismos capazes de reconhecer, preservar e disseminar essa história, visando assim despertar sentimentos de pertencimento e identificação da comunidade acadêmica com a instituição, além de contribuir para a consolidação de sua identidade institucional e seu reconhecimento social.

Ramos (2014, p. 352) defende que a escola “pode ser entendida como fenômeno que guarda em si uma dada essência, ou melhor, uma identidade”. Sendo assim, é de grande importância que, através de suas memórias, uma escola crie e se

apropriar de sua identidade institucional, sua própria essência, aquela qualidade que a faz única a todos que por ela passam em algum momento de suas vidas, considerando que,

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. [...] É um fenômeno que se produz em referência aos outros (Pollak, 1992, p. 205).

Por outro lado, é possível afirmar que as instituições escolares, por serem espaços de interação e socialização, influenciam e intervêm em vários aspectos da vida dos indivíduos através de suas memórias. Nesse contexto, Freitas (2000, p. 64) destaca que são as memórias inclusive “que fixa(m) o(s) lugar(es) que confere(m) a cada um seu *status* social”.

A partir dessa reflexão percebe-se que as memórias podem fixar os lugares que cada indivíduo ocupa na sociedade, influenciando sua posição social e as relações que ele estabelece com os outros. Como exemplo, podem ser citadas lembranças de conquistas pessoais, experiências de trabalho ou participação em eventos sociais que podem contribuir para a construção de uma imagem de *status* e prestígio.

Neste contexto, Ciavatta (2005) em seu artigo “A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade” aborda outros motivos, além da identidade, para que uma instituição de ensino conserve e compartilhe suas histórias:

[...]para que as escolas sejam capazes de construir organicamente seu próprio projeto político-pedagógico, assumirem o desafio de uma formação integrada, reafirmando sua **identidade**, é preciso que conheçam e compreendam sua história. Que reconstituam e preservem sua memória, compreendam o que ocorreu consigo ao longo da história e, então, a partir disto, decidir coletivamente para onde se quer ir, como um movimento permanente de auto reconhecimento social e institucional. E, então, reconhecerem-se como sujeitos sociais coletivos com uma história e uma identidade própria a ser respeitada em qualquer processo de mudança (Ciavatta, 2005, p.13, grifo nosso).

Considerando a importância do aspecto da identidade para o debate sobre a história e memória, importa destacar a relação entre identidade e pertencimento, abordada na sequência.

2.4 Identidade e Pertencimento

Para Pollack (1992), o termo identidade diz respeito a imagem de si que uma pessoa construiu ao longo de sua vida, apresentando essa imagem aos outros e a si mesma acreditando na sua própria representação, criando uma percepção própria para si mesma e para os outros (Pollack, 1992. p. 204).

Hall utiliza o termo identidade para significar

[...] o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos 'interpelar', nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades que nos constroem como sujeitos aos quais se pode 'falar'" (HALL, 2000, p.111- 112).

Desse modo, entende-se que as identidades para o autor não são fixas ou inatas, mas, sim, construídas por meio de representações e discursos culturais que informam como um dado grupo vive e compartilha seus significados, e estão sempre em constante reconstrução, podendo ser comparadas a um conjunto de retalhos sobrepostos.

Barbosa (2013) discorre que, ao acessar e interagir com as memórias, "os sujeitos podem (re)descobrir sua identidade, seus pontos de referência e construir vínculos sociais" (Barbosa, 2013, p.5).

Segundo Le Goff (2013, p. 437), "[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia".

Desta forma, torna-se necessário realizar estudos sobre a história das instituições, a exemplo deste trabalho em tela, que considera as narrativas das memórias dos servidores que estiveram presentes no momento da fundação do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete, e que presenciaram vários acontecimentos que permanecem guardados em suas memórias.

Ribeiro (2011) destaca que:

[...] a organização do texto final em história oral poderá constituir uma narrativa da história daquela instituição escolar, com ênfase na educação profissional e com base nas memórias de seus sujeitos, representando assim, uma nova contribuição e um novo desafio de pesquisa (Ribeiro, 2011, p. 324).

Preservar a memória torna-se importante pelo fato de que ela se constitui como

um componente contributivo na formação da identidade social de um grupo, instituição ou organização, criando e fortalecendo o sentimento de pertença pois,

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado de que se quer salvaguardar, se integra, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. (Pollak, 1989, p. 9).

Em consonância a isso, Freitas (2008) argumenta que o sentimento de pertencimento pode ser definido como os laços que conectam o indivíduo ao modo de ser, comportamentos e estilos de um grupo ou comunidade do qual ele se torna membro. Esse sentimento conduz o indivíduo a se sentir e agir como participante pleno, especialmente em relação aos papéis sociais, normas e valores.

Santos e Lima (2020) corroboram essa afirmação, defendendo, ainda, que a relação afetiva entre o homem e o ambiente em que está inserido é consolidada por meio de experiências vividas, representações atribuídas ao lugar e elementos presentes nele. Nesse contexto:

Para que uma pessoa tenha uma relação afetiva com um lugar, é necessária uma construção de sentimentos e valores. De alguma forma um será importante para o outro. Essas relações de afetividade podem gerar de certa forma um **sentimento de pertencimento das pessoas com o lugar**, carregando deste, memórias que tornam a relação ainda mais afetiva (Santos; Lima, 2020, p.281, grifos nosso).

Através de normas, valores, experiências compartilhadas, materialidade física e simbólica, a escola desempenha um papel fundamental na formação e preservação da memória institucional e coletiva, despertando, assim, nos servidores e em toda a comunidade acadêmica o sentimento de identidade e pertencimento àquela história.

Rememorar acontecimentos e fatos faz com que os sujeitos que vivenciam essa experiência se sintam unidos, ligados por um mesmo elo e identidade àquele grupo; neste sentido, para Michael Pollak (1992), além da memória ser um fenômeno construído individual e coletivamente, existe uma estreita ligação entre memória e identidade:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. [...] é um fenômeno que se produz em referência aos outros (Pollak, 1992, p. 205).

A noção de pertencimento gera uma sensação de identidade no indivíduo, levando-o a uma reflexão mais profunda sobre sua vida e ambiente. Essa reflexão resulta em uma postura crítica e reflexiva dentro do contexto no qual ele está inserido, pois os sentimentos de pertencimento e identidade são construídos no ambiente escolar através do estudo do meio¹¹ que oferece uma vivência significativa, viabilizando “aprofundar conhecimentos e rever atitudes, conceitos, valores éticos e estéticos” (Lestinge, 2004, p.5).

Apresentadas as concepções dos temas-chave que sustentaram e delimitamos objetivos propostos na pesquisa para este estudo, cumpre trazer à baila a história da Congregação dos Missionários dos Operários ‘Os Padres do Trabalho’, a qual será apresentada no capítulo seguinte.

¹¹ O Estudo do Meio refere-se a um conjunto de atividades com o intuito de promover a compreensão da realidade socioambiental dos sujeitos, através de estratégias de campo que objetivam observar, analisar, compreender, intervir, conhecer o meio ao nosso redor. Fonte: <http://sabercom.furg.br/bitstream/123456789/1682/1/ESTUDO%20DO%20MEIO.pdf> acesso em 16/08/2023 (adaptada pela autora).

3 A HISTÓRIA DA CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DOS OPERÁRIOS ‘OS PADRES DO TRABALHO’: DO ASSISTENCIALISMO À FORMAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Os primórdios da história que antecede a criação da Educação Profissional e Técnica que, na segunda década do século XXI, culminou na implantação do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete, teve início na Bélgica, por intermédio do Padre Teófilo Reyn (Figura 1), um dos membros da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração – MSC. Padre Reyn tinha o desejo de, juntamente com os demais membros da sua Congregação, dedicar-se exclusivamente à missão operária; entretanto, a Congregação não tinha possibilidades de se dedicar a esse serviço específico e, sendo assim, Padre Reyn e alguns de seus companheiros decidiram buscar uma outra maneira de realizar esse trabalho.

Em 1893¹², os religiosos solicitaram dispensa de seus votos na MSC e se apresentaram ao Bispo de Liège, Dom Doutreloux, ocasião em que expuseram a ideia de criar uma obra dedicada ao apoio e evangelização dos trabalhadores. Dom Doutreloux concordou com o projeto apresentado e concedeu ao Padre Reyn, em janeiro de 1894, uma paróquia operária nos subúrbios de Liège, aceitando também seus companheiros no Seminário Diocesano e oferecendo-lhes o apoio necessário para iniciar sua missão.

No dia 21 de novembro de 1894, foi oficializada a criação da Associação dos Missionários dos Padres do Trabalho. Essa nova Congregação foi estabelecida com o propósito de se dedicar ao apostolado no meio operário, atendendo às necessidades espirituais e materiais dos trabalhadores. A associação foi criada anos depois da Encíclica “*Rerum Novarum*”¹³, publicada pelo Papa Leão XIII em 1891. Esse

¹² Série de artigos publicados na Revista “**Família e Trabalho**”, publicada pelos Padres do Trabalho. Os artigos são assinados com o pseudônimo de Arm. Viator. Informações disponíveis na página: <https://missionariosdosoperarios.blogspot.com/2015/05/congregacao-dos-missionarios-dos-35.html?view=magazine> Acesso em: 20 de nov.2023

¹³ A encíclica ‘*Rerum Novarum*’ cuja tradução é “Das coisas novas”, foi escrita pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891. Trata-se de uma carta aberta a todos os bispos sobre as condições das classes trabalhadoras, abordando questões sociais e econômicas em resposta às mudanças significativas na sociedade durante a Revolução Industrial. O documento enfatizou a importância da dignidade humana, o direito à propriedade privada, o valor do trabalho e a justiça social. Leão XIII expressou preocupação com as condições de trabalho dos pobres e a necessidade de equidade nas relações entre empregadores e empregados. Informações coletadas na página https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html acesso em 30/11/2023. Adaptado pela Autora.

documento foi um marco significativo, que lançou luz sobre os problemas dos trabalhadores, oferecendo diretrizes claras sobre questões como a miséria dos operários, o direito a um salário digno, a importância de se organizarem e o dever do Estado de criar leis e instituições que visassem à melhoria de vida do povo.

Frente aos problemas sociais e econômicos enfrentados pelos trabalhadores na época, um grupo de pessoas se juntaram aos religiosos, nobres, dentre outros, na tentativa de somar esforços e auxiliar na resolução dessas questões, criando várias iniciativas em apoio a manutenção dos direitos trabalhistas e a promoção da justiça social. Dentre essas figuras destacaram-se: em Liège, na Bélgica, Bispo Dom Doutreloux, que organizou congressos de Estudos Sociológicos para discutir os problemas da classe operária; na França, o Conde de Mun promoveu a criação de Círculos Operários, enquanto que, na Áustria e na Itália, surgiram movimentos em favor da democracia.

Figura 1 - Padre Teófilo Reyn (1860 - 1941)



Fonte: Acervo Institucional

Figura 2- Registro de comemoração aos 100 anos de criação da Congregação na Bélgica.



Fonte: Acervo Institucional

A imagem acima trata-se de um registro fotográfico realizado na sede da entidade em Conselheiro Lafaiete, por ocasião do Centenário da Associação dos Missionários Operários, comemorado no dia 21 de novembro de 1994.

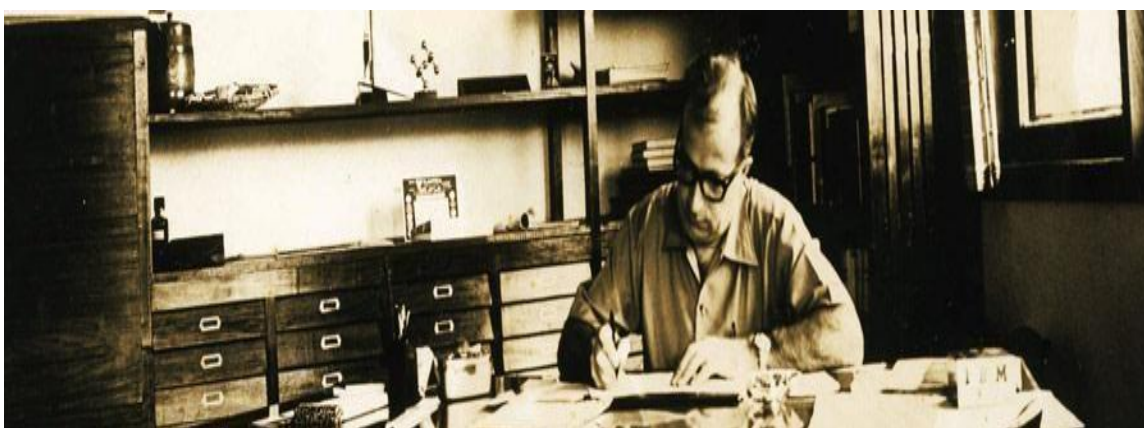
Assim, a partir da criação da Associação dos Missionários dos Padres do Trabalho, o Padre Reyn conseguiu concretizar seu sonho apostólico de construir uma obra de apoio aos Missionários dos Operários, dedicando-se à classe operária e convivendo com os trabalhadores, conforme será detalhado no próximo tópico.

3.1 A criação da Associação no Brasil

Segundo Moreira (2008), Joseph Cornelius Maria De Man (Figura 03), conhecido como Padre de Man, era um dos religiosos que atuavam nas missões dos Padres Operários na Bélgica. Durante uma viagem missionária, cujo destino era o Chile, sendo ele o dirigente da comissão composta, dentre outros, pelos padres Leon Verheyn, Gustavo Schoovaert e Daniel Frére, ocasionalmente encontrou-se na Europa com o Dr. Joseph Hein, então diretor da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, e este convidou-o a vir com a sua equipe para trabalhar nas obras de promoção social no Rio Doce.

Padre De Man prontamente aceitou o convite e desembarcou no Brasil em 29 de outubro de 1963, tendo se instalado na cidade de Marliéria, no estado de Minas Gerais, onde participou de movimentos sociais, principalmente através do Movimento de Educação de Base (MEB), ligado ao Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), atuando nas zonas rurais e promovendo alfabetização e promoção social dos trabalhadores. Em dezembro de 1963, mudou-se para a cidade de Coronel Fabriciano¹³, também em Minas Gerais, e ali fundou a 'Associação dos Padres do Trabalho'.

Figura 3 - Padre de Man (1927-1981)



Fonte: Museu Virtual Padre Joseph Cornelius Maria De Man/Unileste

Cabe salientar que, naquele momento, no ano de 1963, o Brasil era governado pelo então presidente João Goulart e enfrentava o cenário de uma emergente crise política, sendo esse período reconhecido como um dos mais agitados, social e politicamente, no país. Naquele contexto, havia um maior envolvimento da população em questões políticas e nas lutas por direitos, e vários movimentos sociais surgiram em resposta às necessidades da coletividade, com a criação de inúmeros sindicatos, tanto urbanos, quanto rurais, que se espalharam por toda a nação, ensejando lutas por melhores condições de vida, de trabalho e de salários da população. Tal período (1961- 1964) ficou conhecido como “a primeira experiência democrática do país” e foi marcado por grandes debates em torno das chamadas ‘Reformas de Base’, sendo a agrária a reforma que causou maior repercussão no Brasil (FGV/CPDOC, 2023, [s/p]).

¹³ Fonte: unileste.católica.edu.br. Acesso em 12 jan.2024.

Devido ao grande desenvolvimento da indústria mineradora no estado de Minas Gerais, a população rural do estado e dos demais estados vizinhos foi atraída pela oferta de emprego e trabalho em toda a região, resultando assim em um grande crescimento demográfico (Moreira, 2008).

De Man¹⁴ (1964, *apud* Moreira, 2008, p.57) sempre esteve atento às condições desenvolvimentistas da região, sabendo identificar com exatidão as mudanças que ocorriam naquele momento, comparando-as com o processo de desenvolvimento que ocorria em outras cidades da América Latina:

O problema da América Latina, ou o problema de subdesenvolvimento (conforme uma visão pessimista ou otimista da questão) encontra-se condensado, mas com toda sua miséria no Vale do Rio Doce [...]. Uma multidão de pessoas não qualificadas vem instalar-se na região na esperança de encontrar trabalho e nem sempre encontra, vivendo então forçosamente, miseravelmente. A emigração da população rural para as cidades ou para os centros industriais, tão típicas no Brasil, se faz do mesmo modo sentir no Vale do Rio Doce, com as nefastas consequências que tal movimento sempre provoca” (De Man, 1964, p.7).

O Plano de Apostulado¹⁵ (*apud* Moreira, 2008, p.58-59), elaborado a partir de um levantamento socioeconômico completo da região, realizado pelos Padres da Congregação, juntamente com membros de pastorais e agentes comunitários, continha a missão da Congregação, definida nas palavras do Padre de Man ao escrever:

A Congregação só se instala nas regiões industriais com a proposta de ajudar as indústrias nas soluções dos problemas criados em grande parte por elas e para que possa, ao mesmo tempo, ser ajudada pelas mesmas indústrias. Entre as suas finalidades está incluída a salvação do mundo operário pelo bem estar espiritual e material. Como também a difusão do Evangelho social por todos os meios bons em si e apropriados às circunstâncias locais além de contribuir para a elevação intelectual, moral, cívica e espiritual do operário” (De Man, 1964, p.4).

Entre as dificuldades relatadas por Padre de Man em seu Plano de Apostulado, destacava-se a falta de mão-de-obra especializada na região. No documento, ele enfatizou os diversos problemas decorrentes dessa carência, abordando suas implicações e os desafios que ela apresentava para o desenvolvimento local.

¹⁴ De Man, José Maria. Os Padres do Trabalho: Plano de Apostulado. Coronel Fabriciano, 1964.

¹⁵ O Plano de Apostulado concebido era um verdadeiro plano que continha outros projetos, metas e objetivos. Buscava os meios para a Congregação Padres do Trabalho instalar-se efetivamente na região (Moreira, Nathalie de Castro, 2008,p.59).

De acordo com Moreira (2008), entre os principais objetivos contidos no referido Plano destacam-se, em primeiro lugar, o compromisso com a assistência e o amparo às regiões industriais. Esses objetivos visavam proporcionar suporte econômico e social às áreas que, devido ao crescimento industrial, enfrentavam desafios significativos. Já o segundo objetivo era a realização de um trabalho pastoral voltado especificamente para os operários. Isso incluía a difusão do evangelho entre os trabalhadores, promovendo valores cristãos e proporcionando apoio espiritual e moral em meio às duras condições de trabalho que muitos enfrentavam.

Além disso, Moreira (2008) aponta que os Padres do Trabalho tinham um terceiro e essencial objetivo, que era o resgate intelectual e espiritual dos operários. Este objetivo visava promover a educação e o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores, oferecendo oportunidades para aprimoramento intelectual e fortalecendo a fé e os valores espirituais, contribuindo assim para uma melhor qualidade de vida e maior dignidade para esses indivíduos.

Castro (1982) destaca em quais aspectos educacionais a Associação se baseava:

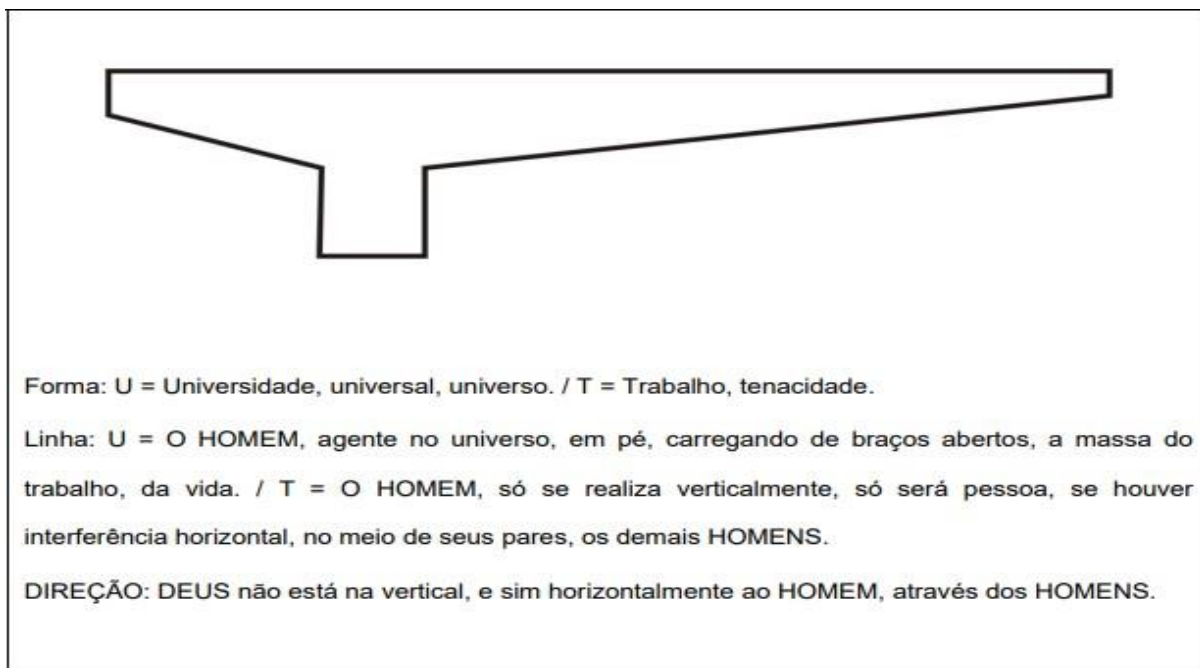
Aspecto Humano Social - definição: Escola Técnica, 2º Grau, de pleno exercício; nada de “Auxiliar”, ou algo de similar; O antigo “Técnico Industrial”, em moldes modernos; conforme a Lei 5.692/71 de 11/08/71[...];
 [...] **Metodologia:** Formação formativa mais que informativa; **ênfase na formação humano-profissional**; Orientação humano-religiosa equilibrada; Preparação para a vida e trabalho na indústria. [...];
Razões Desenvolvimentistas: Colaborar na instauração de uma nova filosofia de ensino, onde o mestre não seja apenas um transmissor de ideias e o aluno um elemento passivo, mas cada qual dinamizando em seu trabalho específico[...] [...] fazer o homem participar efetivamente da grande obra que é o **desenvolvimento integral**, criando espírito de construtores *dum* novo mundo[...]. (Castro, 1982, p.31-33) (grifo nosso)

Nesse contexto, fica claro que a educação que era ofertada aos operários não se limitava apenas a conhecimentos técnicos, mas existia uma preocupação em proporcionar também uma educação que buscasse garantir o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões abrangendo os aspectos: intelectual, físico, social, emocional, religioso e cultural (Castro, 1982).

A preocupação com a situação dos trabalhadores e a busca pela qualificação, visando proporcionar a eles melhores condições de vida, estão refletidas na arquitetura das instituições educacionais fundadas pelo Padre De Man, evidenciada nos primeiros prédios construídos. O emblema criado pelo Padre de Man para a

Universidade do Trabalho (UT) atualmente denominada Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais – Unileste, define e reforça o propósito e a missão que deveriam ser implementados por todos os membros futuros da Associação conforme Figura 04 na sequência.

Figura 4 - Emblema Universidade do Trabalho (UT)¹⁶



Fonte: Colégio Técnico de Coronel Fabriciano (CTCF) 1995, p 29.

Esta mesma arquitetura pode ser observada nas obras de Construção da Escola Técnica 'Os Padres do Trabalho', na década de 1980, onde hoje está localizado o IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete (Figuras 05 e 06).

¹⁶ Primeira denominação do Unileste (1969-1976).

Figura 5 - Obras de construção da Escola Técnica Os Padres do Trabalho na década de 1980



Fonte: Acervo Institucional

Figura 6 - Prédio onde atualmente estão localizados os laboratórios de Mecânica e Eletrotécnica



Fonte: Acervo Institucional

Com a participação dos Padres Missionários Operários Belgas, e tendo como principal representante na cidade de Conselheiro Lafaiete o Padre Lambert Nobem, foi fundada, em junho de 1966, com o apoio dos Padres Joseph Cornelius Maria de

Man¹⁷, Joseph Arnould e Cornélio Moerel¹⁸, a ‘Associação Os Padres do Trabalho’ concebida nos mesmos moldes da Congregação estabelecida na cidade de Coronel Fabriciano.

A Associação tinha como principal objetivo¹⁹ dar apoio humanista aos trabalhadores que vinham de outras cidades ou estados, disponibilizando a eles, sem custo, alojamento enquanto estivessem a serviço nas indústrias da região. Além disso, ofertava cursos profissionalizantes, propiciando à população de baixa renda qualificação para ingresso no mercado de trabalho. Os cursos ofertados eram de soldador elétrico, desenho mecânico, ajustador mecânico, torneiro mecânico, eletricista, corte e costura dentre outros com duração média de três meses. Borges *et al.* (2021, p.6) definem mercado de trabalho como “um termo que se refere às formas existentes de trabalho, sendo prestadas de forma manual ou intelectual, ou seja, as pessoas trocam sua mão de obra/ experiência por um salário e/ou benefício”.

Figura 7 - Sede da ‘Associação Os Padres do Trabalho’



Fonte: Acervo Institucional

¹⁷ Dados extraídos do Livro “Padre José Maria de Man – presente” autoria de Ademir Castro (s.p).

¹⁸ Batista, Rovena Piacesi Auais.. **Memorial Descritivo** – Associação Os Padres do Trabalho. Out. 2023 (não publicado).

¹⁹ Nobem MO, Pe Lambert. **Carta à pesquisadora**. Nov.2023 (não publicado).

A sede da Associação 'Os Padres do Trabalho'²⁰ (figura 7) foi construída também na década de 1960, em um terreno com área total de 31.200m² localizado em um bairro periférico da cidade, denominado São Dimas, doado através de Escritura Pública de Cessão de Direito de Meação e Herdeiros de Alcides Rodrigues de Oliveira, condicionada a ser destinado apenas e exclusivamente para oferta de atividades educacionais, conforme consta na referida escritura.

3.2 O caminho da qualificação profissional: os cursos técnicos na Associação dos Missionários Operários à expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica

De Man (1964, *apud* Moreira, 2008, p.57), em seu Plano de Apostulado, ainda na década de 1960, já destacava os problemas que a falta de mão de obra especializada na região poderia gerar:

Acham-se frente a um problema angustiante: O operário não qualificado, iniciado em seu serviço dentro da própria indústria, e pela mesma indústria, tem formação unilateral, porém reivindica os direitos de um operário formado fora da mesma e multilateralmente” (De Man, 1964, p.4).

Oliveira (2020) ressalta que, durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), o governo buscava moldar a educação como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento nacional. O propósito era a oferta de uma educação tecnicista voltada especificamente para atender às demandas do mercado de trabalho e tal abordagem educacional evidenciava uma formação meramente técnica e profissional, visando aumentar a produtividade e a eficiência econômica do país.

Nesse contexto, os Padres da Associação registraram, em 1982²¹, a Escola Técnica 'Os Padres do Trabalho', na qual eram oferecidos os cursos técnicos em Mecânica e Eletrotécnica, e também curso de capacitação em soldador elétrico, visando suprir a carência mercadológica, proporcionando às empresas na região a oferta de trabalhadores qualificados, necessários ao bom desempenho das atividades industriais e ampliando também as oportunidades educacionais dos jovens e trabalhadores (Cunha, 2000). Os recursos financeiros que mantinham e sustentavam

²⁰ Batista, Rovena Piacesi Auais.. **Memorial Descritivo** – Associação Os Padres do Trabalho. Out. 2023 (não publicado).

²¹ Rodrigues, Beatriz H. **IFMG através do tempo**. Jornal do IFMG Campus Conselheiro Lafaiete. InFoHistória: outubro de 2019. Volume 1, edição 1.

a instituição provinham das mensalidades pagas pelos estudantes. Nesse aspecto, observa-se a importância do trabalho desenvolvido na época pelos Padres da Associação, a partir da visão desse autor,

O oferecimento ao povo de ensino profissional seria, além do mais, a forma mais adequada de se promover a igualdade. Não aquela apregoada pelos "niveladores", "comunistas", na pretensão de abaixar os que estão em cima, mas a "verdadeira igualdade", elevando os que estão por baixo. Além de prevenir a emergência da desordem, o ensino industrial serviria para promover o progresso. Duas seriam as vias pelas quais isso se daria. Primeiramente, pelo aumento do prestígio das ocupações industriais, o que aumentaria a oferta de operários desejosos de se empregarem nos ofícios. A segunda via pela qual o ensino industrial contribuiria para promover o progresso do país seria o aumento da qualificação da força de trabalho (Cunha, 2000, p.174).

Já o Professor Duílio José Ferreira, diretor da Escola Técnica 'Os Padre do Trabalho' na década de 1980, ao comentar sobre os cursos oferecidos, em entrevista ao Jornal Panorama (sem data), destacou a importância da oferta de programas de formação para a mão de obra não qualificada, afirmando que esse tipo de mão de obra [quando realiza cursos] fica, pelo menos, semiquificada, indicando que os trabalhadores, ao participarem dos cursos oferecidos, adquirem habilidades e conhecimentos básicos que melhoram suas capacidades, aumentando as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, mesmo que não se tornem totalmente qualificados. Segundo o entrevistado, essa semiquificação representou um avanço significativo para aqueles que, anteriormente, não possuíam nenhuma formação profissional, contribuindo para sua inserção e crescimento no ambiente laboral.

Figura 8 - Recorte do Jornal Panorama na década de 1980



Fonte: Acervo Institucional

Foi a partir de meados dos anos 1980, no governo do então presidente José Sarney que, com a expansão da industrialização, o ensino técnico industrial ganhou maior dimensão. Nesse dimensionamento, a indústria sendo o setor que concentrava maior necessidade de trabalhadores com experiência e qualificação profissional, tornou-se necessário para a Associação disponibilizar também cursos técnicos específicos para a melhoria da produtividade regional, visando atender a uma demanda cada vez mais emergente por educação por parte da população e, ao mesmo tempo, a carência de profissionais qualificados no mercado de trabalho (Cunha, 2000).

Embora a oferta dos cursos técnicos visasse atender às demandas do setor industrial, não era apenas esse o objetivo dos Padres. Apesar de, na época, a educação ofertada apresentar um viés puramente tecnicista, para os Padres da Congregação, que estavam bem à frente de seu tempo, a educação ofertada não se limitava a capacitar pessoas para o mercado de trabalho, se apresentar como um caminho libertário em que o cidadão não necessitasse depender do auxílio de outros para sobreviver, ou mesmo ser fundamentada em um caráter puramente filantrópico. A educação, na visão dos religiosos, deveria também proporcionar às pessoas um desenvolvimento profissional pleno, integral, conforme pode ser percebido nas palavras do Padre Lambert Nobem:

*[...] como conclusão queria apontar duas realidades: primeiro, nossa congregação sempre se fez presente onde tem operários de siderurgia, nós não queremos dar o peixe, mas ensinar a pescar, não damos esmola, mas preferimos ensinar e formar para que o trabalhador nunca mais precise mendigar, tentamos formar pessoas humanamente, profissionalmente e cristãmente[...]*²²(Carta do Padre Lambert Nobem à pesquisadora, 2023, s/p)

*[...] Mas nós esperamos que vocês não vão continuar nesse sentido, que vocês vão transformar esse país. Por isso que vocês devem estudar, não só aprender matéria, mas fazer o que vocês estão fazendo, realmente se conscientizar, refletir, pensar e realmente assumir um papel de transformação.*²³(Entrevista do Padre Lambert Nobem, 2019, s/p)

Posteriormente, no ano de 1990, durante o governo do então Presidente Fernando Collor de Melo, em meio a uma crise econômica que afetou todo o país, em um período em que grande parte da população passou por sérias dificuldades financeiras, houve um importante impacto nos recursos arrecadados pela instituição, o que ocasionou uma redução na demanda pelos cursos ofertados. Naquele cenário, inevitavelmente a instituição encontrou-se prestes a encerrar suas atividades educacionais e não mais ter a possibilidade de ofertar os cursos técnicos à comunidade local (Batista, 2023 [s/p]).

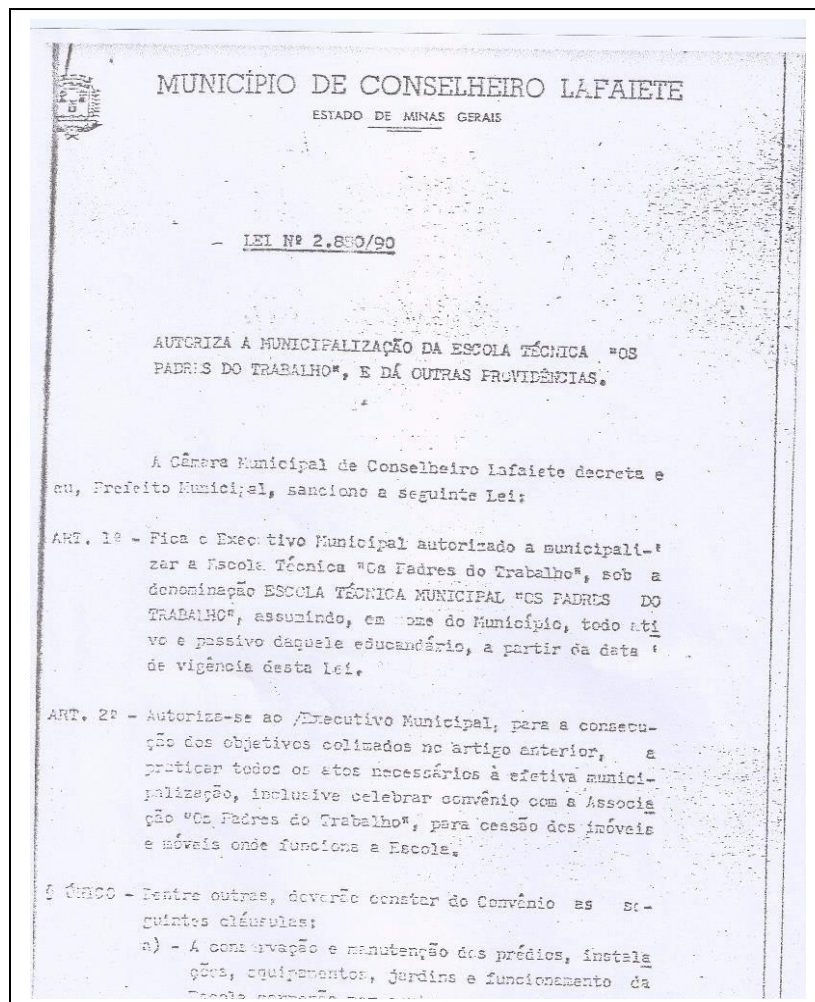
Na ocasião, houve a intervenção do órgão público municipal firmando um acordo²⁴ entre a Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete e a Associação 'Os Padres do Trabalho', no qual a prefeitura assumiu a responsabilidade de dar continuidade aos serviços educacionais ofertados pela Escola Técnica. A partir desse acordo, a escola foi entregue à tutela da prefeitura, e o referido imóvel e os equipamentos da instituição foram cedidos em regime de comodato, passando a se denominar, a partir daquele momento, Escola Técnica Municipal 'Os Padres do Trabalho', ofertando cursos gratuitos à toda comunidade, custeados pelo poder público (Batista, 2023, [s/p]).

²² Nobem MO, Pe Lambert. **Carta à pesquisadora**. Nov.2023 (não publicado)

²³ Entrevista do Padre Lambert Nobem cedida aos alunos da Instituição para apresentação em uma atividade por ocasião da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) ocorrida no ano de 2019. Fonte: acervo Institucional

²⁴ Batista, Rovena Piacesi Auais. **Memorial Descritivo** – Associação Os Padres do Trabalho. Out. 2023 (não publicado).

Figura 9 - Documento de municipalização da Escola Técnica 'Os Padres do Trabalho' - Década de 1990



Fonte: Acervo Institucional

No final do ano de 2005, o Ministério da Educação (MEC), por meio de Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica com o objetivo de promover o aumento dessas instituições em todo o território nacional.²⁵

Esse processo de ampliação das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica teve início quando o governo federal revogou, por meio da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, a restrição à criação de novas unidades

²⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em 30/03/2024.

de ensino técnico federais, conforme o § 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994:

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (Brasil, 1994 [s/p]).

O projeto teve como intuito melhorar a distribuição geográfica e a cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, aumentar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todo o país.

No ano de 2007, no segundo mandato do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu a 2ª fase do Plano de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT, cujo objetivo era construir 150 novas unidades que, somadas às existentes, totalizariam, ao final de seu mandato, em 2010, 354 novas unidades que estariam presentes em todas as regiões do país.

Em dezembro de 2008, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892, que deu origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, unificando as estruturas dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e Escolas Técnicas Federais vinculadas às universidades federais (Brasil, 2008).

Nesse ínterim, no final da primeira década do século XXI houve, por parte dos órgãos públicos da região, o interesse de ser implantada uma unidade do IFMG na cidade de Conselheiro Lafaiete; porém, por motivos políticos na ocasião, não ocorreu a implantação, fato que pode ser confirmado pelas palavras do professor Caio Mário Bueno Silva, Reitor do IFMG à época²⁶:

Em 2010 eu estive em Lafaiete com o deputado Reginaldo Lopes visando à implantação de uma unidade do IFMG e não fomos nem recebidos pela administração passada. Como não fomos recebidos, nós levamos a unidade para a cidade de Santos Dumont (Site da PMCL, Entrevista, 2014 [s/p]).

²⁶Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete. <https://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v2/implantado-em-lafaiete-o-campus-do-ifmg/> acesso em 27/01/2024.

No ano de 2013, a prefeitura do município passou por dificuldades financeiras, ficando sem condições de custear e manter os cursos à comunidade, gratuitamente. Neste cenário, a oferta de novas turmas foi suspensa e algumas salas de aulas, as oficinas de Mecânica e Eletrotécnica e toda a estrutura física do prédio foram cedidas ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec²⁷, para que fossem ministrados no local cursos técnicos gratuitos financiados pelo Governo Federal. Segundo relato do então coordenador do Pronatec²⁸ na época, Paulo Graça Castanheira Júnior, que esteve envolvido diretamente no processo de criação do *campus*:

[...] Eu comecei aqui em Lafaiete trabalhando os cursos do Pronatec; naquela época a prefeitura apoiava o Pronatec e a oferta acontecia num outro local, foi aí que tomamos conhecimento de que aqui havia na cidade um imóvel cedido pelos Padres da Associação à Prefeitura Municipal. Neste local eram ofertados cursos de mecânica e eletrotécnica, e, como já havia uma certa dificuldade para a prefeitura manter estes cursos em andamento, surgiu a oportunidade de fazermos uma parceria com a prefeitura e utilizar aquele local para ministrar as aulas dos cursos ofertados no Pronatec também; então convivemos ali um tempo com o curso da prefeitura e os cursos do Pronatec (Entrevista, Coordenador do Pronatec).

Importa destacar algumas breves informações sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) instituído sob o governo da Presidenta Dilma Rousseff, através da Lei nº 12.513 de 26 de outubro do ano de 2011, que foi criado com o objetivo de:

- I expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

²⁷ Pronatec- Programa do Governo Federal do Brasil, instituído em 2011 pela presidente Dilma Rousseff, criado com o objetivo de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de grau técnico e de formação inicial e continuada, em instituições privadas e públicas de ensino técnico. O programa tinha como objetivos expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para alunos brasileiros. Informações coletadas na página: https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_Nacional_de_Acesso_ao_Ensino_T%C3%A9cnico_e_Emprego acesso em: 20 nov.2023

²⁸ Entrevista do coordenador do Pronatec na época de implantação do *campus*, cedida aos alunos da Instituição para apresentação em uma atividade por ocasião da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) ocorrida no ano de 2019. Fonte: Acervo Institucional.

V estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

V estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda [Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013] (Brasil, 2013, p.01).

Na terceira fase do plano de expansão da RFEPCT, iniciada no ano de 2011, foi estabelecido um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014. Nesse ínterim, houve novamente a tentativa, por parte do MEC, de se implantar uma unidade do IFMG na cidade de Conselheiro Lafaiete e, a partir mobilização da Reitoria do IFMG, políticos da região e comunidade local, o projeto finalmente foi consolidado, sendo implantado o IFMG - *Campus* Avançado Conselheiro Lafaiete. Ainda segundo relato do Coordenador do Pronatec:

Havia um programa de expansão da rede federal de ensino e na época era um número até expressivo, me parece que vinte e dois campus[...][...] Então a gente não teve objeção nenhuma da prefeitura, teve uma parceria [...] porque todo mundo entendeu que para a cidade de Lafaiete, para a população de Lafaiete o ganho ia ser muito muito grande (Coordenador do Pronatec).

Em junho de 2014²⁹ foi firmado um contrato de comodato entre o IFMG (Instituto Federal de Minas Gerais) e a entidade religiosa Associação ‘Os Padres do Trabalho’, referente à cessão de um imóvel, bem como as instalações e equipamentos nele contidos. O acordo continha detalhes de como se daria a implantação do *campus* pois, na época, o referido imóvel ainda era ocupado pela Escola Técnica Municipal ‘Os Padres do Trabalho’, que tinha suas últimas turmas em fase de conclusão e turmas dos cursos ofertados pelo Pronatec, cujas conclusões se dariam no ano de 2018.

A assinatura do contrato foi um momento de grande importância para todos os envolvidos e a comunidade acadêmica, e a efeméride ficou marcada na memória de um dos servidores do campus: [...] “*naquele dia, em 2014, quando foi assinado, eu falei... Nossa! Saiu efetivamente, foi assinado!*” (Entrevistado 5).³⁰

Nas palavras do Presidente da Associação, Padre Lambert Nobem, a implantação de uma unidade do IFMG na cidade foi um marco na oferta de educação

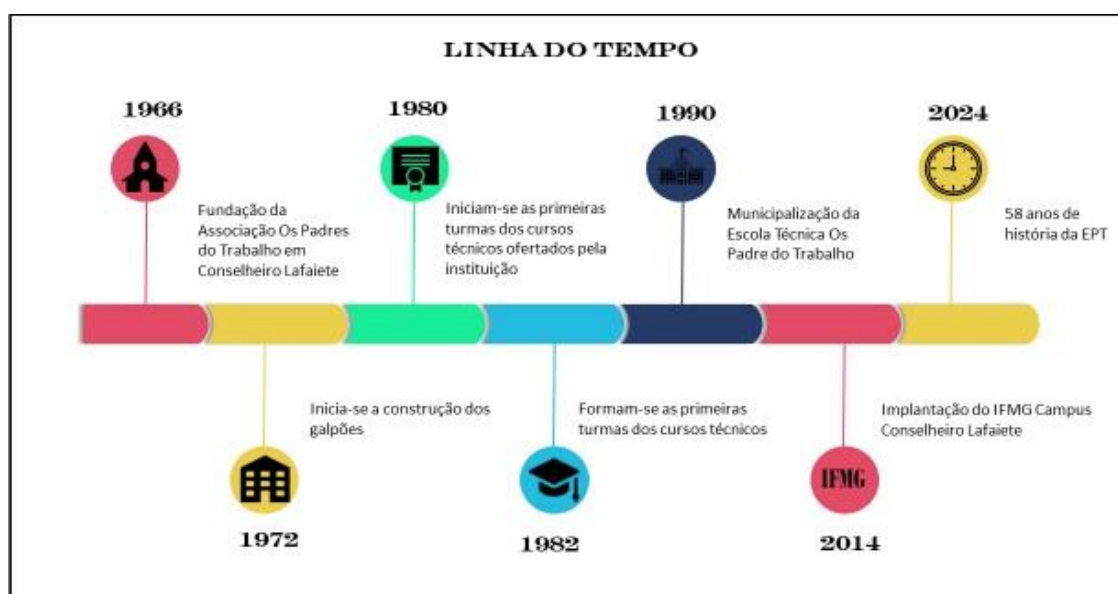
²⁹ Batista, Rovena Piacesi Auais.. **Memorial Descritivo** – Associação Os Padres do Trabalho. Out. 2023 (não publicado).

³⁰ Um dos participantes da entrevista semiestruturada realizada pela pesquisadora como parte deste trabalho.

técnica e profissional na cidade e motivo de muita alegria, pois ia ao encontro da missão da Associação³¹: “A escola continuará cumprindo a missão que começou pequena e agora será ampliada com o ensino técnico federal. Pra mim é um dia de muita alegria e também para a nossa associação” (Padre Lambert).

A Escola Técnica ‘Os Padre do Trabalho’ sempre desfrutou de uma reconhecida experiência no campo educacional, com uma rica história e legado vasto e abrangente pois, ao longo dos anos essa instituição formou e influenciou várias gerações de estudantes³², estabelecendo-se como um centro de excelência e referência, tendo contribuído significativamente com a oferta de Educação Profissional e Técnica na região. A linha do tempo a seguir (Figura 06) apresenta o percurso histórico dos principais registros sobre a história da instituição.

Figura 10 - O percurso histórico da educação profissional em Conselheiro Lafaiete



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa

O próximo capítulo visa destacar a evolução histórica, os conceitos fundamentais da EPT e a importância dessa modalidade educacional no contexto do desenvolvimento nacional.

³¹ Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete. <https://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v2/implantado-em-lafaiete-o-campus-do-ifmg/> acesso em 27/01/2024.

³² Segundo dados coletados na documentação acadêmica dos egressos (Fonte: Secretaria Municipal de Educação – SEMED).

4 BASES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO BRASIL

A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (EPT) tem suas raízes no início do século XIX, quando surgiu com o propósito de capacitar jovens provenientes da classe proletária, que enfrentavam limitações financeiras que os impediam de obter a formação profissional adequada para o trabalho (Magalhães, 2011).

Sobre o trabalho em seu sentido ontológico, Saviani (1994) argumenta que, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, o homem transforma a natureza para que ela se adapte a ele próprio:

A medida em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida, é que ele se constitui propriamente enquanto homem. Em outros termos, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm que fazer o contrário: eles adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de **trabalho** (Saviani *et al.*, 1994, p. 148, grifo nosso).

Sendo assim, a essência do homem é o trabalho, e essa essência advém do próprio homem, ou seja, é produzida por ele próprio. Nesse entendimento, o homem não nasce homem e, sim, ele se faz homem, sendo que este processo de transformação, de produção de sua própria existência, se dá através do trabalho (Saviani, 2007). Ante o exposto, o trabalho é considerado “[...] como parte inerente ao ser dos homens” e “[...] é a condição necessária para sua sobrevivência e subsistência” (Neto *et al.*, 2019, p. 47).

Para Marx (2013), o trabalho é um dos fundamentos do ser social:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem (Marx, 2013, p. 255)

A história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil é marcada por uma dualidade preocupante: o ensino técnico para os menos favorecidos e o ensino propedêutico, científico para os mais abastados. Historicamente, o conhecimento sempre foi destinado às elites, nas quais se incluíam os filósofos, os sábios e os religiosos (Ramos, 2008).

Tal descrição remete aos tempos do trabalho escravo em que os proprietários de grandes terras, os aristocratas, recebiam a educação intelectual (pensar) enquanto os escravos ficavam com os trabalhos manuais (fazer), como aponta Saviani (2007). Essa dualidade estrutural existente, de acordo com Kuenzer (2007a, p. 1155)

“[...] expressou-se por meio da oferta de escolas que se diferenciam segundo a classesocial que se propunha formar: trabalhadores ou burgueses”.

A partir do momento em que teve início o desenvolvimento da produção em larga escala, aconteceu também a apropriação privada de terras, principal meio de produção, e a divisão social de classes que, de acordo com Saviani, refletia a realidade da época:

O desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho e, daí, à apropriação privada da terra, provocando a ruptura da unidade vigente nas comunidades primitivas. A apropriação privada da terra, então o principal meio de produção, gerou a divisão dos homens em classes. Configuram-se, em consequência, duas classes sociais fundamentais: a classe dos proprietários e a dos não-proprietários (Saviani, 2007, p.155).

Relativo aos primórdios da educação, segundo Saviani (2007), o termo ‘escola’ tem suas raízes na palavra grega ‘*scholé*’ que, originalmente, significava ‘ócio’, ‘lazer’ ou ‘tempo livre’. Na tradição greco-romana, a educação não era voltada para uma formação profissional ou para o trabalho manual, mas sim para a formação integral do indivíduo, especialmente para aqueles das classes dirigentes. O objetivo da educação na Grécia antiga era formar cidadãos virtuosos e prepará-los para assumir papéis de liderança na sociedade (Saviani, 2007).

Também sobre esse aspecto, Santos (2005) ajuda a compreender o contexto do dualismo educacional:

A escola passa a ser então o local ocupado por quem não precisa trabalhar para sobreviver, ou seja, pelos cidadãos ociosos que não se ocupam com a produção do trabalho. A educação escolar era oferecida aos senhores, por estes disporem de tempo livre para o exercício acadêmico do aprendizado. Para o trabalhador restava o trabalho e através deste o aprendizado na prática do dia-a-dia que rendia os conhecimentos necessários para melhor aprimorá-lo (Santos, 2005, p.25).

Saviani (2007) corrobora o posicionamento de Santos (2005), enfatizando que a escola, desde o seu surgimento, está associada ao trabalho intelectual, desempenhando um papel fundamental na formação dos futuros líderes. Esses líderes se preparavam não apenas para funções militares (liderança militar) mas também para funções de governo (liderança política), adquirindo habilidades na arte da oratória, conhecimento dos fenômenos naturais e das normas de convívio social.

Durante o período da Revolução Industrial, que se iniciou por volta do ano de 1.750, ocorreram muitas mudanças nas formas de produção, devido ao surgimento das fábricas e a utilização de maquinários, que visavam elevar a eficiência na produção. Com o avanço tecnológico, surgiu a necessidade de mão de obra especializada para operar as máquinas.

Nesse sentido, Magalhães (2011) aponta que:

[...]por decorrência do pensamento europeu proveniente do século XIX, segundo o qual a sociedade se constituía de duas classes sociais opostas: burgueses e trabalhadores, que possuíam papéis diferentes e para os quais a escola deveria ser organizada de maneira particular. Nesse sentido, às classes de poder aquisitivo considerável eram reservados os estudos clássicos, o trabalho intelectual era valorizado às elites; às classes menos favorecidas cabia o trabalho manual, menos valorizado. Sacramentava-se, assim, a velha dualidade do ensino: uma escola para os pobres e uma escola para os ricos; uma escola para aqueles que vão dirigir a sociedade e uma escola para aqueles que vão servir a sociedade (Magalhães, 2011, p.93).

No entanto, a mão de obra disponível não dispunha de conhecimentos para lidar com as novas demandas, provenientes do sistema industrial, pois a maioria das pessoas era analfabeta e não possuía habilidades necessárias para operar o maquinário ou desempenhar tarefas fabris específicas (Magalhães, 2011).

Naquela época, a burguesia, que era a classe dominante e controlava os meios de produção, viu a necessidade de oferecer, para a classe subalterna, um patamar mínimo de qualificação, ou seja, proporcionar um trabalho alienado, transmitindo, assim, conhecimento de parte do processo de produção para mantê-lo em funcionamento, intentando somente suprir a carência de habilidades em atendimento às demandas daquele momento, conforme esclarece Saviani (2007):

A introdução da maquinaria eliminou a exigência de qualificação específica, mas impôs um patamar mínimo de qualificação geral, equacionado no currículo da escola elementar. Preenchido esse requisito, os trabalhadores estavam em condições de conviver com as máquinas, operando-as sem maiores dificuldades (Saviani, 2007, p.159).

Manacorda (2012) aponta uma crítica de Marx às propostas de escolarização burguesas, sobre aquilo que identifica como sendo o verdadeiro objetivo da educação à época:

O verdadeiro significado que o ensino tem para os economistas filantrópicos é treinar cada trabalhador em tantos ramos de trabalho quanto possível, de modo que, se houver a introdução de novas máquinas ou mudança na divisão do trabalho, e, por isso venha a ser expulso de uma fábrica, possa mais facilmente obter outra atribuição em outra fábrica (Manacorda, 2012, p. 77).

Para esse autor, nesse contexto, fica evidente a divisão social do trabalho, pois a educação foi organizada, desde sua origem, para as classes dominantes, para aqueles que não necessitavam trabalhar, nem vender sua força de trabalho, e tinham tempo para desfrutar do ócio (Manacorda, 2012).

Era ofertada uma educação científica e propedêutica para a elite, enquanto para a classe trabalhadora a instrução deveria ser baseada em conceitos básicos, de forma a atender estrita e singularmente às demandas do processo produtivo, ou seja, uma formação profissional voltada para as necessidades imediatas da produção industrial.

Karl Marx (1996), um intelectual crítico ao capitalismo, em sua obra referencial '*O capital*' faz uma ironia ao analisar a posição do humanista Adam Smith, que defendia que o ensino popular deveria ser promovido pelo Estado, porém em quantidades cuidadosamente homeopáticas pois, caso contrário, os trabalhadores teriam o entorpecimento de suas mentes, ocorrendo a completa degeneração da sociedade.

Assim, Adam Smith, em sua obra, sugere que a educação deve ser ministrada de forma gradual, no intuito de moldar cidadãos produtivos e integrados ao sistema econômico. Em contraposição, Marx argumenta que essa abordagem serve aos interesses das classes dominantes ao manter as massas trabalhadoras apenas parcialmente instruídas, perpetuando, assim, a alienação e a submissão (Marx, 1996). A análise das visões contrastantes de Adam Smith e Karl Marx sobre a educação fornece uma base sólida para entender o desenvolvimento das políticas educacionais no Brasil, especialmente no que se refere à Educação Profissional e Tecnológica. A crítica marxista à limitação educacional revela a necessidade de uma educação que não apenas forme trabalhadores aptos para o mercado produtivo, mas também cidadãos conscientes e críticos, capazes de transformar a sociedade.

A criação da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, oficialmente marcada em 1909 com a fundação das Escolas de Aprendizes Artífices, pode ser vista como uma resposta às demandas emergentes de um país em processo de industrialização e urbanização. Essa iniciativa buscava atender às necessidades imediatas do mercado de trabalho, formando mão de obra qualificada para sustentar o crescimento econômico. De acordo com Pacheco (2012), relativo à evolução histórica da EPT³³, o ano de 1909 é considerado um marco para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil.

Nesse ano, o então presidente Nilo Peçanha³⁴, por meio do Decreto nº. 7.566, estabeleceu 19 Escolas de Aprendizes Artífices³⁵ nas capitais dos estados brasileiros, instaladas nas principais cidades do país. Cada instituição oferecia cursos específicos para atender às demandas de trabalho existentes e promover ensino gratuito e profissionalizante, visando a melhoria da mão de obra em meio ao crescimento econômico.

Neste sentido, Kunze (2009) expõe que,

[...] a criação da rede federal de educação profissional no Brasil [...] ocorreu no final da década de 1910, quando o governo federal criou e instalou em cada capital brasileira uma Escola de Aprendizes Artífices, com a finalidade de ministrar o ensino de ofícios referentes às especialidades industriais de cada Estado, proporcionar aos considerados ociosos e desprovidos da fortuna uma profissão, um ofício, e formar os futuros operários úteis às indústrias nascentes. O conjunto das dezenove escolas profissionais congêneres foi concebido no âmbito das ações voltadas à afirmação e consolidação da República Federativa Brasileira, bem como, ao seu progresso que foi atribuído à educação do povo, ao controle social e à industrialização, entre outras condições (Kunze, 2009, p.9).

Para essa autora, a oferta de educação profissional às pessoas que se aglomeravam nas cidades tinha como objetivo principal gerar maiores incentivos ao trabalho e aumentar a disponibilidade de mão de obra para as indústrias emergentes do país, devido às transformações ocorridas na economia, anteriormente voltada para

³³ Linha do tempo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e sua evolução histórica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>. Acesso em: Ago. 2023

³⁴ Na comunicação dirigida ao Congresso Nacional no início da segunda sessão da sétima legislatura em 1910, o Presidente Nilo Peçanha declarou a respeito do ensino profissional: "Attendendo a uma antiga aspiração do paiz, o Governo fundou o ensino profissional em toda a República, e as officinas desses novos institutos são já frequentadas por centenas de alumnos". (Peçanha, 1910, pp. 6-7)

³⁵ As 19 primeiras foram criadas no Piauí, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Paraná, Alagoas, Campos, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Sergipe, Ceará, Bahia, Pará, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas (Kunze, 2009, p. 19).

a exportação de produtos agrícolas. A autora considera, ainda, que esse tipo de ensino era direcionado àqueles que não possuíam riqueza e, conseqüentemente, estavam à margem da sociedade e afastados dos setores produtivos, contribuindo para a formação de um grupo urbano periférico que, para autoridades e elites dominantes, prejudicava o desenvolvimento do país (Kunze, 2009).

No próprio documento legal fica explicitado a quem era destinado esse modelo educacional:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os **filhos dos desfavorecidos** da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (Brasil, 1909, grifo nosso).

Quanto à realidade daquele período, Ramos (2014) elucida que,

[...] a formação dos trabalhadores torna-se uma necessidade econômica e não mais uma medida exclusivamente social como em sua gênese, quando se destinou a proporcionar ocupação aos desvalidos da sorte e da fortuna, nos termos do decreto de Nilo Peçanha, de 1909 (Ramos, 2014, p. 14).

Sendo assim, para Kunze (2009), a instalação dessa rede escolar foi o marco inicial do processo de escolarização do ensino profissional no regime republicano, representando a efetivação da primeira política nacional nessa modalidade de ensino, com tais propósitos.

Em 1931, aconteceu a primeira reforma educacional em nível nacional, através do decreto nº 19.890, e que ficou conhecida como reforma Francisco Campos. Dentre algumas medidas oriundas dessa reforma, merecem destaque a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a organização dos ensinos comercial³⁶ e secundário.³⁷ Foi no ano de 1937 que a educação técnica passou a ser reconhecida como um componente estratégico para o progresso social e econômico da classe trabalhadora. Essa percepção foi estabelecida quando a Constituição, promulgada pelo presidente Getúlio Vargas, resultou na transformação das Escolas de Aprendizagem Artífices em Liceus Industriais:

³⁶ O ensino comercial era destinado à formação do indivíduo para atuação nos variados setores da atividade nacional.

³⁷ Ensino secundário organizado em 2 ciclos, sendo 1 de 5 anos que correspondia ao ensino fundamental e outro de 2 anos sendo um curso complementar que se destinava à preparação dos indivíduos candidatos ao ensino superior.

Os Liceus passaram a trabalhar em sintonia com a expansão da indústria, que então passara a se desenvolver mais rapidamente. Para sustentar esse crescimento, era preciso formar mão de obra qualificada, um bem escasso no Brasil naquele momento (Brasil, 2011, [s/p]).

Ainda na era Vargas, mais precisamente no ano de 1942, aconteceu uma outra reforma conduzida pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema; conhecida como Reforma Capanema, sua característica principal era a estreitaligação com os princípios nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político- ideológico, implementado durante o período da ditadura, no chamado Estado Novo³⁸(Menezes, 2001).

A estrutura educacional brasileira passou por uma grande mudança por conta dessa reforma, que equiparou o ensino profissionalizante e técnico ao ensino médio; na ocasião, os liceus passaram a se denominar Escolas Industriais e Técnicas (EIT's) (Brasil, 2011).

De acordo com Schwartzman *et al.* (2001), entre todas as esferas do sistema educacional a educação secundária se destacaria como aquela em que a reforma Capanema foi mais evidente:

De todas as áreas do grande plano educacional, a educação secundária seria aquela em que o ministério Capanema deixaria sua marca mais profunda e duradoura. Apesar da importância que ele atribuía ao ensino primário, "como verdadeiro instrumento de modelação do ser humano, por isto que sobre ele influi enquanto ainda matéria plástica, a que é possível comunicar todas as espécies de hábitos e atitudes" esta era matéria da alçada dos estados e municípios, sobre os quais o governo federal só deveria ter ingerência indireta. "A União, neste terreno", dizia Capanema em discurso de 1937 no Colégio Pedro II, "não pode ainda atuar senão secundariamente, auxiliando a ação dos estados onde tem sido mais intensa a imigração estrangeira". Havia, no fundo, um problema muito mais econômico e administrativo do que propriamente de atribuição constitucional de funções. "Não irá certamente o governo federal manter escolas primárias pelo país afora. Seu papel será o de cooperar, de maneira sistemática, e na medida de suas crescentes possibilidades, com os poderes públicos locais, para que a educação primária de todo o país tome impulso novo, acelerado e decisivo" (Schwartzman *et al.*, 2001, p.204-205).

³⁸ Estado Novo - "ditadura de Getúlio Vargas, de 1937-1945. Governo era centralizado e autoritário. A Constituição da época ficou conhecida como "polaca" e era inspirada no fascismo italiano e polonês. Nesse período, fortaleceu-se a relação com trabalhadores, mas de maneira tutelada: aparelhando sindicatos e criando a CLT."

Fonte: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/vargas.htm#:~:text=Estado%20Novo%3A%20ditadura%20de%20Get%C3%BAlio,sindicatos%20e%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20CLT>. Acesso em 03/07/2023

O modelo educacional proposto por Gustavo Capanema vigorou até o ano de 1959, quando as Escolas Industriais e Técnicas (EIT's) foram reestruturadas e transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETF's), passando a adquirir autonomia pedagógica e administrativa (Brasil, 2011).

Em 1961, por meio do Decreto Lei nº 4024 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Dentre outras medidas, essa lei estabeleceu a equivalência entre os cursos técnicos e os cursos de 2º ciclo do ensino secundário (clássico e científico).

Pouco depois, o ensino técnico ganhou um novo status. A fixação por lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, equiparou o ensino profissional ao ensino acadêmico. Até então, prevalecia a ideia de que esse tipo de formação era destinado apenas a indivíduos carentes – os mesmos “desafortunados” da época de Nilo Peçanha. A partir desse momento, o ensino profissional e técnico passou a ser considerado essencial para a expansão da economia e passou a se basear nas escolas técnicas dos países industrializados. (Brasil, 2011, [s/p])

Para Kuenzer (2011) embora tenha havido uma integração a partir da promulgação do decreto, isso não foi suficiente para superar a dualidade estrutural no ensino médio:

Pela primeira vez, a legislação educacional reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e propedêuticos, para fins de prosseguimento de estudos. [...] Embora se constitua em inequívoco avanço, a equivalência não supera a dualidade estrutural, uma vez que continuam a existir dois ramos distintos de ensino, para distintas clientelas (Kuenzer, 2001, p. 29).

Na década de 1970, durante o regime militar, o governo promoveu uma significativa transformação na educação básica brasileira. Foi nesse contexto que a Lei 5.692/71, conhecida como a Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, foi promulgada.

Essa reforma foi de maior impacto no ensino secundário pois introduziu mudanças profundas ao instituir a obrigatoriedade da profissionalização em todo o país, afetando todos os cursos do 2º grau, hoje denominado ensino médio, os quais passaram a ter um caráter profissionalizante ((MEC, 2019; Magalhães, 2011).

Esse caráter profissionalizante fica evidenciado em vários pontos da lei, destacando-se os seguintes artigos:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (Brasil, 1971, p.1). [...].

[...] Art 4º. § 4º Mediante aprovação do Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo previamente estabelecidos por aquele órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos (Brasil, 1971, p. 2).

Art. 5º § 2º A parte de formação especial de currículo:

- a) Terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
- b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades de mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados (Brasil, 1971, p. 2).

Art. 76º. A iniciação para o trabalho e a habilitação profissional poderão ser antecipadas:

- a) ao nível da série realmente alcançada pela gratuidade escolar em cada sistema quando inferior à oitava;
- b) para a adequação às condições individuais, inclinações e idade dos alunos (Brasil, 1971, p. 12).

A partir dessa reforma todas as escolas tiveram a obrigatoriedade de ofertar habilitações profissionais técnicas, mesmo sem a mínima estrutura para tal, pois estados e municípios não possuíam recursos financeiros suficientes para a criação de laboratórios, entre outros recursos didáticos indispensáveis na oferta de uma formação de qualidade.

Outra questão foi a manutenção dos currículos propedêuticos pelas escolas privadas (Moura, 2007), fortalecendo ainda mais a abordagem dualista das políticas de educação nacional, que, ao longo da história, têm dado prioridade à educação propedêutica como requisito para ingresso ao ensino superior.

Conforme aponta Ciavatta (2014):

Na ditadura militar há a reforma pela Lei nº 5692/71 que é um retrocesso e uma ilusão a população de que todos serão iguais, pois todos irão cursar o ensino profissional, o que, de fato, não ocorreu, porque a profissionalização, posteriormente, tornou-se opcional pois não houve investimento em infraestrutura para que de fato ocorrer a reforma, e porque as classes dominantes não queriam que seus filhos tivessem formação técnica, e sim, formação universitária. Por isso as escolas privadas 'maquiavam' o ensino técnico utilizando, como a denominação das disciplinas profissionais de Instrumentais (Ciavatta, 2014, p. 60).

Nessa reforma ocorreu, ainda, a exclusão de algumas disciplinas da base comum e a inclusão nos currículos escolares das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social Política Brasileira (OSPB).

Segundo Canali (2009), de acordo com o ideário do regime militar, essas disciplinas foram adicionadas com o objetivo de cultivar uma dedicação à pátria e aos valores cívicos, visando à formação de indivíduos comprometidos com a nação e com uma compreensão mais ampla da estrutura social e política do Brasil. Para esse autor, a habilitação profissional:

[...] passa a ser compulsória em substituição à equivalência entre os ramos secundário e propedêutico. Essa opção fundamentava-se em um projeto de desenvolvimento do Brasil centrado em uma nova fase de industrialização subalterna que demandava mão-de-obra qualificada para atender a tal crescimento (Canali, 2009, p.8).

Na medida em que a economia brasileira se desenvolvia na década de 1970, naturalmente a demanda por educação técnica e profissional aumentava na mesma proporção. No ano de 1978, surgiram os primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), sendo estabelecidos nas Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. Essas instituições tinham como objetivo principal a formação de Engenheiros de Operação e Tecnólogos (Brasil, 2011). Dessa forma,

Os Cefets viraram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico. Eles absorveram as atividades das ETFs e das Escolas Agrotécnicas Federais e se preocuparam em preparar o País para a revolução tecnológica ocorrida entre os anos 1980 e 1990 (Brasil, 2011, [s/p]).

Com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, logo após o fim da ditadura militar (1964-1985), em um período de redemocratização, educadores progressistas viram o momento como favorável para a criação de uma nova legislação educacional.

Dessa forma, a Assembleia Nacional Constituinte proporcionou à comunidade educacional a oportunidade de realizar discussões e debates sobre a educação e sua abordagem na futura e mais recente Constituição Federal.

Nessa perspectiva, Savianni (2011) aponta:

[...] a IV Conferência Brasileira de Educação, realizada em Goiânia em agosto de 1986, teve como tema central “A educação e a constituinte”. E na assembleia de encerramento desta Conferência foi aprovada a “Carta de Goiânia” contendo as propostas dos educadores para o capítulo da Constituição referido à educação. Aí previa-se a manutenção do artigo que definia como competência da União legislar sobre diretrizes e base da educação nacional. (Saviani, 2011, p.43).

A mobilização da comunidade educacional organizada teve o impacto desejado, resultando na inclusão quase integral das propostas dos educadores, apresentadas na "Carta de Goiânia"³⁹, no texto da mais recente Constituição Federal brasileira. Em seu Art.208, o texto constitucional de 1988 ressalta a relação entre a responsabilidade do Estado e os direitos do cidadão, enfatizando a importância do ensino fundamental como uma etapa obrigatória da educação básica.

Além disso, reconhece a educação como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado, estabelecendo, como princípios do ensino, a igualdade de oportunidades de acesso e permanência na escola, assim como a garantia de um padrão de qualidade no ensino (Brasil,1988).

Após garantir a inclusão das propostas dos educadores na Carta Magna, a comunidade educacional se mobilizou para outro marco importante na história da educação brasileira. Ao mesmo tempo em que a Constituição Federal estava sendo formulada, os educadores direcionaram seus esforços para a elaboração de um anteprojeto destinado a criar uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Como aponta Ciavatta (2014, p.60), “havia um movimento contra-hegemônico de instalar na educação brasileira a educação politécnica. ”

Neste sentido, o objetivo primordial era integrar o desenvolvimento tecnológico ao processo educacional, de forma a capacitar os indivíduos não apenas com habilidades técnicas, mas também com uma compreensão crítica da sociedade em que estão inseridos.

No entanto, o senador Darcy Ribeiro apresentou outra proposta no Senado, a qual foi aprovada, inclusive com apoio do Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, de acordo com Frigotto *et al.*, (2005).

Figura 11 - Imprensa anuncia a aprovação da LDB de 1996

³⁹ Carta de Goiânia - Documento resultante da IV Conferência Brasileira de Educação (CBE) em setembro de 1986, que desempenhou um papel significativo na formulação do capítulo educacional da Constituição de 1988 (artigos 205 a 214). Esta conferência ocorreu poucos meses antes da abertura do processo constituinte. O Manifesto de Abertura da IV CBE estabeleceu os princípios de uma política nacional educacional que deveriam ser incorporados na nova Constituição. A Carta de Goiânia, aprovada na Assembleia Final da Conferência, consistiu em 21 princípios que definiram a concepção de educação, sociedade e Estado, buscando estabelecer uma base democrática para o projeto nacional expresso na Constituição da nova República. O documento refletiu o apelo aos educadores para assumirem sua responsabilidade social, em âmbito nacional, e contribuírem para a construção de uma política educacional sólida (Adaptado pela autora).

O ESTADO DE SÃO PAULO

GERAL

PÁGINA A22

QUARTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 1996

ENSINO

Câmara aprova Lei de Diretrizes e Bases

Substituto do senador Darcy Ribeiro foi quase integralmente mantido, com seus 91 artigos

ZÉLIA LEAL

BRASÍLIA — Depois de mais de dois meses de tramitação no Congresso, a Câmara dos Deputados aprovou ontem a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que mantém quase integralmente o substitutivo do senador Darcy Ribeiro (PTB-RJ) com seus 91 artigos. A LDB institui a Década da Educação que deverá culminar, num prazo de dez anos, na instalação de redes escolares públicas de ensino fundamental em regime integral.

As modificações apresentadas pelo relator, deputado José Jorge (PTL-PE), introduziam aulas de religião no ensino fundamental e a obrigatoriedade do ensino de artes e educação física no 1º e 2º graus.

O projeto do senador também previa a exigência de um curso docente universitário formado com uma maioria de mestres e doutores, mas a nova lei exige apenas um tempo de profissio-

em pós-graduação.

De um modo geral, a LDB mantém as diretrizes do senador Darcy Ribeiro que contemplavam em seu projeto as principais ideias já disseminadas pela política educacional do Ministério da Educação, tais como o conteúdo de avaliação do ensino básico e superior (o ensino), o ensino a distância, a autonomia universitária e o ingresso na universidade sem vestibular mediante controle do rendimento escolar por etapas no segundo grau.

A nova LDB deverá agora ser encaminhada ao presidente Fernando Henrique Cardoso para ser sancionada e entrar em vigor.

A lei aprovada ontem na Câmara, uma espécie de Constituição da Educação, teve como esboço o texto do deputado Odáris Elias, de 1980, que evoluiu para um projeto de lei completo com mais de 400 emendas depois de polêmicas debates nas diversas comissões — de Constituição, Justiça e Cidadania e Educação, além das discussões nas plenárias da Câmara e do Senado.

No Senado, onde o projeto chegou em 1993, esteve sob a responsabilidade do senador Cid Sábá de Carvalho e do senador Darcy Ribeiro.



RELIGIÃO FARÁ PARTE DO CURRÍCULO DO 1º E 2º GRAUS

Senador Darcy Ribeiro, relator da LDB aprovada ontem: "Todo mundo fala de estado, o que é mentira, o que há é espulso".

Fonte: O Estado de São Paulo. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,educacao-a-distancia-comecou-por-correio,9176,0.htm>. Acesso em: jul. 2023.

Embora seja uma lei que busque estabelecer a educação de maneira democrática, tanto em seu processo formativo quanto organizacional, ela ainda se alinha aos mesmos ditames das leis regulamentadas anteriormente, as quais possuíam um forte vínculo mercadológico e tecnicista, vinculando-se ao mercado do trabalho desde a educação básica:

Art. 2º - A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996, p.1).

Na visão de Frigotto (1998), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996, representa um projeto que não reflete os anseios históricos da sociedade brasileira, mas, sim, se baseia nas diretrizes político-administrativas e pedagógicas impostas por organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial.

Além disso, o autor acrescenta que:

O campo educativo, da escola básica à pós-graduação, no quadro do ajuste global é, então, direcionado para uma concepção produtivista, cujo papel é o de desenvolver habilidades de conhecimento, de valores e atitudes e de

gestão da qualidade, definidas no mercado de trabalho, cujo objetivo é formar, em cada indivíduo, um banco ou reserva de competências que lhe assegurem empregabilidade (Frigotto, 1998, p. 224).

A partir da promulgação da LDB de 1996 ocorreu uma importantetransformação no campo do ensino profissional técnico, pois foi um marco significativo que resultou na publicação do Decreto Lei nº 2.208/96. Esse decreto trouxe uma reformulação no ensino técnico, estabelecendo a separação das disciplinas propedêuticas das disciplinas técnicas, como explana Santos (2017):

[...] o governo, ao abrir à iniciativa privada este nicho de mercado, atende a dois objetivos de orientação neoliberal que se complementam em suas finalidades. Por um lado, o governo se isenta de custear uma formação técnico-científica articulada ao ensino médio, pois este tipo de educação acaba onerando mais do que a formação propedêutica nos moldes das que se ofertam no ensino médio público, sobretudo noturno e, por outro lado, abre ao empresariado a possibilidade de lucrar com a educação do trabalhador. Em resumo, cortar gastos diretos com a educação pública ou mesmo eliminá-los e ainda ceder espaço para a venda da educação faz parte da lógica do que se chama Estado Mínimo (Santos, 2017, p. 231).

É necessário ressaltar que algumas outras leis aprovadas também foram responsáveis pelo retrocesso da educação profissional e tecnológica. Dentre elas, a Lei 2.208/97, que estabeleceu a separação entre ensino médio e educação técnica, e a Lei 9.649/08 que, em seu artigo 42, condicionava a oferta da educação profissional em parcerias com estados, municípios, governos estaduais, setores produtivos ou organizações não governamentais.

Em 2004, após extensas discussões sobre os rumores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, o Decreto 2.208 de 1997 foi revogado e substituído pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004.

A respeito da promulgação do Decreto nº 2.208/1997 e sua subsequente revogação pelo Decreto nº 5.154/2004, Ciavatta (2005) aponta que:

No Brasil, hoje, há um déficit de pesquisa para conhecer os estragos e as conquistas deflagradas com a imposição do Decreto nº 2.208/97. A sua revogação e a aprovação do Decreto nº 5.154/2004 trouxe a abertura e o estímulo à formação integrada, mas não trouxe a garantia de sua implementação. Seu horizonte está na sociedade, na adesão ou recusa de escolas, gestores, professores e alunos (com suas famílias) de avançar para a ruptura com todas as formas duais que permeiam a sociedade brasileira. Mas está também, em uma sinalização clara e efetiva do Ministério da Educação no papel de orientar e de apoiar os projetos de formação integrada. (Ciavatta, 2005, p. 17).

Magalhães (2011) aponta que, por determinação do Decreto 5.154/04, “foi

reintegrado, mais uma vez, o ensino técnico ao médio e, em 2005, o Decreto 5.458/05 criou o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA” (Magalhães,2011, p.95-96).

Esse novo decreto trouxe uma abordagem inovadora, buscando uma articulação entre a educação profissional e o ensino médio, com o objetivo de minimizar a dualidade existente no sistema educacional brasileiro.

O decreto estabelece as seguintes diretrizes para a educação profissional e tecnológica:

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;

II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, da ciência e tecnologia;

III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e

IV - a indissociabilidade entre teoria e prática⁴⁰ (Brasil, 2004, grifo do autor).

Conforme argumentado por Ramos e Corrêa (2005), a educação tem a responsabilidade de capacitar os alunos para enfrentar e superar desafios, promovendo a integração de sentimentos, expectativas e conhecimentos, ou seja, deve propiciar ao indivíduo um desenvolvimento integral.

A EPT possui um caráter transformador; porém, para que essa transformação se concretize é necessário a consolidação de uma identidade institucional que tenha como foco o ideário de uma educação *omnilateral*, politécnica e emancipadora, premissas que nortearam a política pública de criação dos Institutos Federais, sendo necessário também, a partir dessa ideologia, propiciar uma gama de aspectos na formação do indivíduo social, com manifestações nos campos da moral, da ética, da prática, da criação intelectual, artística, da afetividade, da sensibilidade e da emoção, entre outros.

Ao tratar da perspectiva pedagógica de Karl Marx e especificamente do conceito de *omnilateralidade*⁴¹, Manacorda (2010) afirma que este conceito diz respeito ao momento histórico que o homem chega a uma combinação completa de

⁴⁰ Os incisos destacados foram acrescidos pelo decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014.

⁴¹ Omnilateralidade está relacionado à formação integral do indivíduo, abrangendo múltiplas dimensões do desenvolvimento humano. Ele é frequentemente associado às ideias de filósofos como Karl Marx e Friedrich Engels, que o usaram para descrever um ideal de desenvolvimento amplo e completo das capacidades humanas.

capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a um conjunto completo de capacidades de consumo e prazeres. Nesse sentido, é crucial garantir que o homem desfrute dos bens espirituais, além dos materiais, dos quais ele tem sido privado devido à divisão do trabalho. (Manacorda, 2010, p.96).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade de educação que tem como objetivo proporcionar a formação técnica e profissionalizante dos alunos, preparando-os para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania. Ao longo de sua trajetória, a EPT passou por diversas transformações e reconfigurações, com o intuito de adaptar-se às demandas sociais.

Inicialmente, a EPT foi concebida de forma mais restrita, voltada principalmente para o desenvolvimento de habilidades e competências específicas para determinadas profissões. No entanto, com o passar do tempo, percebe-se a necessidade de ampliar o escopo da EPT, abrangendo não apenas a formação técnica, mas também a formação integral dos estudantes, incluindo aspectos como a formação cidadã, o pensamento crítico, a capacidade de adaptação e a busca constante por atualização profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), instituída pela Lei nº 9.394 em 1996, foi um marco importante para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Nessa Lei foram estabelecidas as diretrizes e bases do sistema educacional brasileiro, incluindo em seu artigo 39 a EPT como parte integrante da educação, do trabalho, da ciência e da tecnologia (Brasil, 2008).

A concepção da EPT como integrada às diferentes formas de educação, trabalho, ciência e tecnologia representou uma superação de abordagens assistencialistas ou economicistas da educação profissional, assim como dos preconceitos sociais que desvalorizavam essa modalidade educacional.

O Parecer CNE/CEB nº. 16/1999, enfatizando a importância da LDB, destaca que a EPT está na interseção de dois direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Isso significa que a EPT não deve ser vista apenas de forma didática, mas também como parte integrante de um sistema educacional que prepara os estudantes para o mundo do trabalho, valorizando suas habilidades e suas competências. (Brasil, 1996)

Com essa perspectiva, a EPT passou a ser reconhecida como uma modalidade educacional de qualidade, capaz de fornecer aos alunos conhecimentos técnicos e práticos, necessários para a sua inserção no mundo do trabalho, visando assim o

pleno desenvolvimento socioeconômico do país.

No Brasil, por exemplo, o Ministério da Educação (MEC), juntamente com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), desempenham um papel importante desenvolvendo políticas e programas voltados para a EPT. Dentre os programas⁴¹ e as ações desenvolvidas destacam-se os Novos Caminhos, Energif, Brasil Profissionalizado, entre outros.

Além disso, a EPT também incorporou cada vez mais a dimensão tecnológica e científica, acompanhando os avanços tecnológicos e as demandas do mundo do trabalho⁴². Atualmente, a formação profissionalizante não se restringe apenas a habilidades práticas, mas também inclui conhecimentos relacionados às novas tecnologias, à inovação e à pesquisa aplicada.

Neste sentido Pacheco (2011) afirma que:

O fazer pedagógico desses institutos, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada (Pacheco, 2011, p.27).

A LDB, juntamente com os demais marcos legais e políticas públicas subsequentes, contribuíram para elevar a importância e o reconhecimento da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, tornando-a uma alternativa relevante para os estudantes que desejam se qualificar e ingressar no mundo do trabalho.

De acordo com Pacheco (2011):

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. (Pacheco 2011, p 11).

Outro aspecto relevante na evolução da EPT é a sua integração com o ensino médio regular, por meio da oferta de técnicos integrados.

⁴¹ Saiba mais sobre os programas e as ações desenvolvidos pelo MEC em parceria com a SETEC acessando: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoas>.

⁴² Fonte: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept> acesso em: 16/08/2023

Essa integração busca proporcionar uma formação mais ampla e completa aos estudantes, permitindo que desenvolvam tanto habilidades técnicas quanto conhecimentos gerais, fortalecendo assim sua formação como cidadãos emancipados. Dessa forma, o Ensino Médio Integrado assume um papel fundamental ao potencializar o aluno, reafirmando a importância do desenvolvimento integral do indivíduo (Pacheco, 2011).

Desde a promulgação da LDB em 1996, a EPT tem passado por avanços e transformações, visando a sua oferta em todo o país. Diversas políticas públicas foram implementadas para fortalecer a EPT, e uma das grandes transformações foi a sua consolidação como política pública, com a criação de instituições e órgãos responsáveis pela sua regulamentação e promoção.

Pacheco (2011) aponta que:

[...] é na compreensão das estruturas institucionais e na intervenção nas relações sociais moldadas por diferentes interesses e expectativas que os Institutos Federais assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. (Pacheco, 2011, p.18-19)

Apontados os caminhos da Educação Profissional no Brasil, na sequência, será apresentado um breve histórico sobre a criação e a expansão dos Institutos Federais.

4.1 A criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Em 29 de dezembro de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.892, no segundo mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a qual tramitou em diversos processos de reordenamento antes da sua publicação.

Essa legislação criou os Institutos Federais (IFs) e estabeleceu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que atualmente abrange 38 Institutos Federais e dois Centros Federais de Educação.

De acordo com a Lei no seu artigo 2º,

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (Brasil, 1996, s/p).

A criação dos IF's teve como objetivo promover a justiça social, a equidade e o desenvolvimento sustentável, visando a inclusão social e a busca por soluções técnicas e geração de novas tecnologias, com a responsabilidade de atender, de maneira ágil e eficaz, as demandas crescentes por formação profissional, difusão de conhecimento científico e suporte aos arranjos produtivos locais⁴³. Dessa forma, “[...] assumem o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social” (Pacheco, 2010, p.1).

Deste modo conforme expressado na obra “Concepções e Diretrizes Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”:

O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais (Brasil, 2009, p.5).

Ainda de acordo com a referida obra, o Projeto em curso reafirma que a formação “humana e cidadã precede à qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento” (Brasil, 2009, p.9).

Nesse direcionamento, os Institutos Federais atuam com base no tripé ensino, pesquisa aplicada e extensão, orientados para a produção do conhecimento e sua disseminação, disponibilizando os mesmos para a sociedade. Outras características norteadoras devem ser a inovação e o aprimoramento tecnológico.

Os IF's são comprometidos com a verticalização do ensino, contemplando a articulação entre Educação Superior, Educação Básica e Educação Profissional, permeados por pesquisa e extensão, além de preocupação com o desenvolvimento local e regional.

Ainda de acordo com Pacheco (2011), um dos principais objetivos dos Institutos Federais é eliminar as barreiras entre o ensino técnico e científico, integrando o trabalho, a ciência e a cultura, com o propósito de promover a emancipação humana.

⁴³ Fonte: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes> Acesso em 17/08/2023.

Entre suas finalidades e características, segundo o artigo 6º da Lei de criação dos IF's destacam-se:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (Brasil, 2008).

Para atender a essas finalidades e características, a Educação Profissional e Tecnológica possui um caráter de verticalização, atuando desde a Educação Básica, com o Ensino Fundamental, através da Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional, com o Ensino Médio, por meio da formação Técnica Articulada, em Cursos Integrados e Concomitantes e em Cursos Subsequentes, podendo articular-se com a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e até a Educação Superior, por meio da graduação, com Cursos Superiores e Cursos Superiores Tecnológicos; e também na pós-graduação em Especializações, Mestrados e Doutorados, na seguinte forma:

I) Cursos integrados: prioritariamente, são oferecidos cursos integrados de educação profissional e técnica de nível médio. Nesses cursos, os alunos estudam tanto disciplinas da base comum, como matemática, português e história, quanto a formação técnica específica da área escolhida.

II) Cursos técnicos em geral: os Institutos também oferecem cursos técnicos específicos, nos quais os estudantes se dedicam exclusivamente à formação profissional em uma área específica, sem integração com disciplinas de base comum.

III) Cursos de formação inicial e continuada do trabalhador: além disso, os Institutos oferecem cursos de curta duração voltados para a formação inicial e atualização profissional em áreas relacionadas à educação técnica e tecnológica.

IV) Cursos superiores: estão disponíveis cursos de nível superior como tecnologia, licenciatura, bacharelado e engenharia, abrangendo diversas áreas de conhecimento.

V) Cursos de pós-graduação: os Institutos Federais também oferecem cursos de pós-graduação em duas modalidades: a) Lato sensu: especializações e cursos de aperfeiçoamento; b) Stricto sensu: mestrados e doutorados.

VI) A lei determina que os Institutos devem reservar um percentual mínimo de vagas para determinados cursos, como forma de assegurar o cumprimento das propostas:

- Pelo menos 50% das vagas são destinadas à educação profissional técnica de nível médio, com prioridade para cursos integrados, que unem a formação técnica com a formação geral do ensino médio.

- No mínimo 20% das vagas são destinadas aos cursos de licenciatura, visando formar professores para atuar na educação básica, principalmente nas áreas de ciências e matemática, bem como na educação profissional.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) passou por importantes transformações ao longo do tempo, e esse processo continua acontecendo, refletindo a necessidade de melhorias no ambiente em que a sociedade está inserida. Quando da criação dos Institutos Federais, propunha-se a superação da dicotomia educacional⁴⁴ existente por décadas no país, objetivando proporcionar o crescimento e o desenvolvimento humano e integral do indivíduo, estimulando suas habilidades, potencialidades e competências, buscando promover a formação de cidadãos emancipados, críticos, éticos e participativos na sociedade.

⁴⁴ Dicotomia educacional diz respeito a oferta de uma educação fragmentada entre conhecimento manual (prático) e conhecimento intelectual (teórico). A superação da dicotomia educacional preconizada pela EPT é uma abordagem integradora que visa garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, integral, *omnilateral* independentemente de suas circunstâncias socioeconômicas, origens culturais ou capacidades individuais.

Todavia, essa questão não é tão simples. Conforme apontam Frigotto *et al.*(2005):

[...] a direção que assume a relação trabalho e educação nos processos formativos não é inocente. [...], trata-se de uma relação que é parte da luta hegemônica entre capital e trabalho. Sob o domínio do capital, são estabelecidas propostas educativas que visam à ocupação de posições diferentes no contexto da divisão social do trabalho, destinando alguns para funções de direção, e outros, sendo preparados para funções operativas (Frigotto, Ciavatta, Ramos, 2005. p.21).

Santos (2012) argumenta que:

A nova classe que ascende ao poder enxerga na escola o ambiente propício para formar seus líderes, para perpetuar o status quo, ao mesmo tempo em que pretende adestrar o trabalhador para garantir via aparato produtivo a sustentação do capitalismo[...] (Santos, 2012, p.16).

Neste encadeamento, observa-se, nas palavras de Darcy Ribeiro⁴⁵, quando incisivamente afirma que ‘a crise na educação no Brasil não é uma crise, é um projeto’, sugerindo que a crise na educação brasileira não é apenas uma contingência passageira, mas sim o resultado de decisões políticas e sociais intencionais. Ao afirmar isso, ele está apontando para a ideia de que a negligência em relação à educação é, na verdade, uma estratégia planejada para preservar certos interesses políticos e econômicos. Essa perspectiva ressalta a importância de se reconhecer a educação como um direito fundamental e um investimento essencial para o desenvolvimento integral do ser humano, destacando a necessidade de mudanças profundas nas políticas e na mentalidade da sociedade, a fim de efetuar uma verdadeira transformação educacional (Brasil, 1988; 2018).

Ciavatta (2014) destaca, ainda, a importância de compreender a gama de acontecimentos históricos que foram produzidos durante esse período:

A compreensão histórica de como as políticas conduzem a esses resultados implica também o conhecimento de como são representados no nível dos discursos produzidos pelos sujeitos envolvidos nos acontecimentos, relatos ou narrativas. A história escrita, oral, mapas, documentos nos mostram como se interpreta essa produção material da existência (Ciavatta, 2014, p.55).

Enfim, compreender a história e a memória desse período e os processos de transformação a ela associados é reconhecer a instituição à qual pertencemos como

⁴⁵ Darcy Ribeiro foi um renomado antropólogo, escritor, político e educador brasileiro. Como antropólogo, dedicou-se ao estudo das culturas indígenas e à questão da identidade nacional brasileira, destacando-se por sua visão crítica e engajada. Foi um defensor apaixonado dos povos indígenas e de suas culturas, buscando valorizá-los e preservá-los.

parte integrante de uma grande Rede, que é a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

4.1.1 Planos de Expansão

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica teve um crescimento exponencial, propiciando maior acesso à Educação Profissional e Tecnológica pública, sendo isso demonstrado na ampliação do número de municípios atendidos, matrículas efetivas de estudantes e número de servidores (as) conforme detalhado a seguir:

4.1.2 Fase I

A primeira etapa da expansão da rede federal de educação, que se iniciou em 2006, teve como propósito criar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados que ainda não contavam com essas instituições. Além disso, priorizou-se a implantação dessas escolas, preferencialmente em áreas periféricas de metrópoles e em municípios do interior, distantes dos centros urbanos. Nessas regiões, os cursos ofertados deveriam estar em sintonia com as demandas locais de geração de trabalho.

No projeto de expansão, foi prevista a criação de cinco escolas técnicas federais e de quatro escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de, pelo menos, uma instituição federal de educação tecnológica (Gráfico 1).

4.1.3 Fase II

A segunda fase da expansão, que teve início em 2007, tinha como objetivo estabelecer uma escola técnica em cada cidade-polo do país, com a implantação de 150 novas unidades de ensino. Essa iniciativa resultou na criação de um total de 180 mil vagas na área de educação profissional e tecnológica (Gráfico 1).

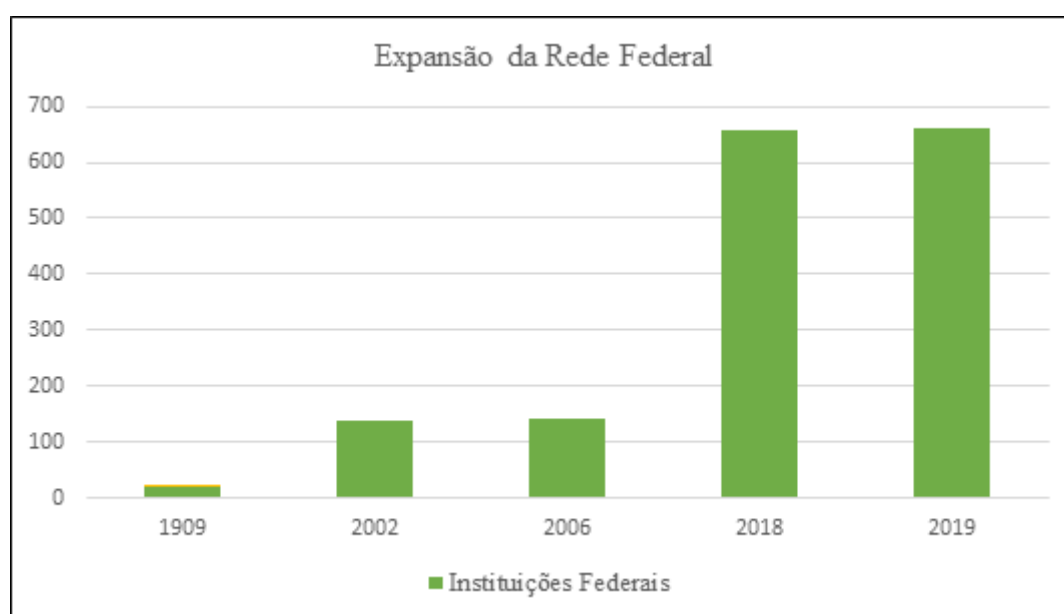
4.1.4 Fase III

A partir de 2011, sua terceira fase foi iniciada com o objetivo de estabelecer um

projeto de criação de 208 novas unidades até 2014. O objetivo principal era superar as desigualdades regionais e fornecer condições para o acesso a cursos de formação profissional e tecnológica, como uma ferramenta para melhorar a qualidade de vida da população (Gráfico 1).

Houve uma significativa expansão e interiorização das Instituições Federais de Ensino Profissional e Tecnológico (EPT) no Brasil. Em 2006, existia um total de 144 unidades. No entanto, em 2018, esse número aumentou para 659 unidades em todo o país, sendo que 643 delas já estavam em funcionamento. Essa expansão significou construção de mais de 500 novas unidades, um número maior do que o previsto nas fases anteriores (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Expansão da Rede Federal



Fonte: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal>

4.1.5 Fase Atual

A nova fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi anunciada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no mês de março de 2024. Com a expansão, 100 novos *campi* serão criados em todas as unidades da federação, gerando cerca de 140 mil novas vagas, sendo a maioria para os cursos técnicos integrados ao ensino médio.

O objetivo da expansão é aumentar a oferta de vagas na educação profissional

e tecnológica e criar oportunidades para jovens e adultos, especialmente os mais vulneráveis.

Figura 12 - Infográfico sobre a criação de 100 novos Campi



Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>

Apresenta-se a seguir um quadro sintético que visa demonstrar, em uma linha do tempo, o histórico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, desde a sua criação até os dias atuais, destacando acontecimentos históricos no âmbito da EPT e seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Figura 13 - Cronologia da Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa

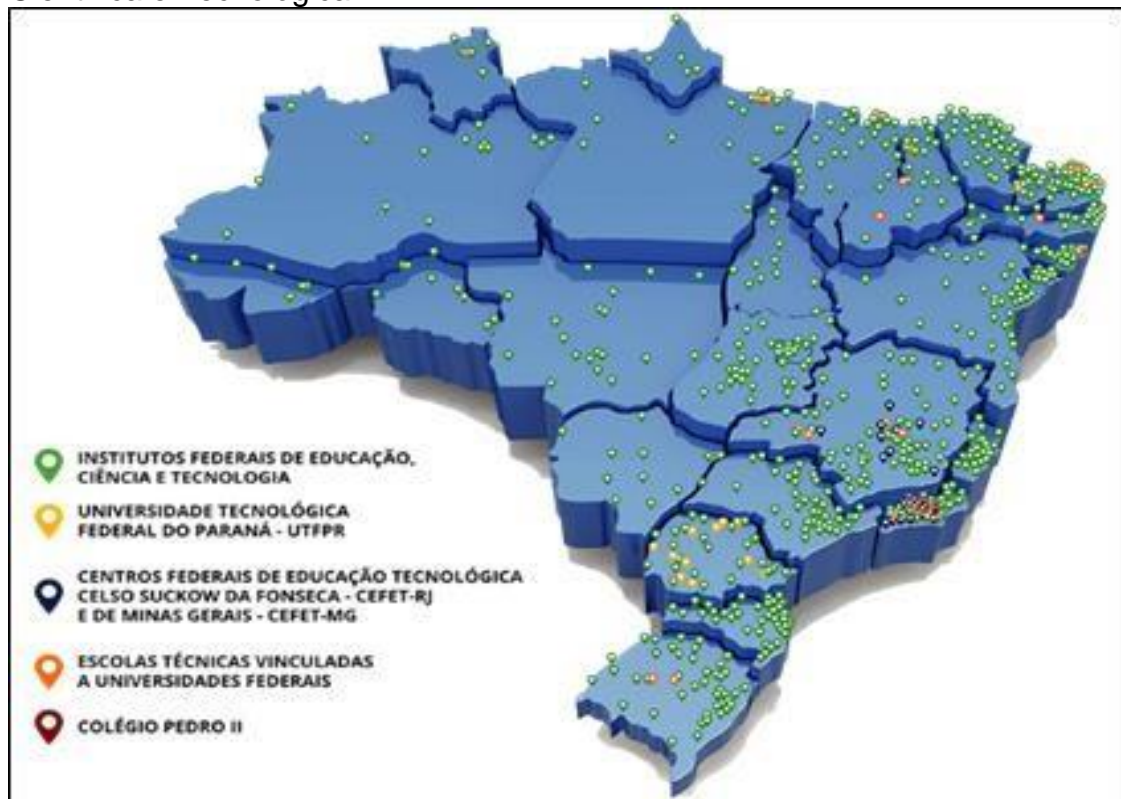
De acordo com Pacheco (2011, p.56) o termo Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem sido utilizado como referência a “um conjunto de instituições federais, vinculadas ao MEC, voltadas para a educação profissional e tecnológica em nível superior e médio”.

A Rede Federal é vinculada ao Ministério da Educação e atualmente formada pelas seguintes instituições⁴⁶:

- 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia,
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR),
- 2 centros federais de educação tecnológica (CEFET),
- 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, e
- Colégio Pedro II, e seus respectivos campi.

⁴⁶ Previsão de criação de 100 novos campi em todas as unidades federativas. Saiba mais acessando: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 23 Mai. 2024.

Figura 14 - Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: Extraído de <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>

Na sequência, será trazido o histórico da criação do IFMG Campus Conselheiro Lafaiete.

5 BREVE HISTÓRICO DO IFMG-CAMPUS CONSELHEIRO LAFAIETE

O Instituto Federal Minas Gerais (IFMG) é uma das instituições criadas pela Lei nº 11.892, fazendo parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, juntamente com outras 38 instituições, distribuídas entre as 27 unidades federadas do país.⁴⁷

Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, somam-se 661 unidades.

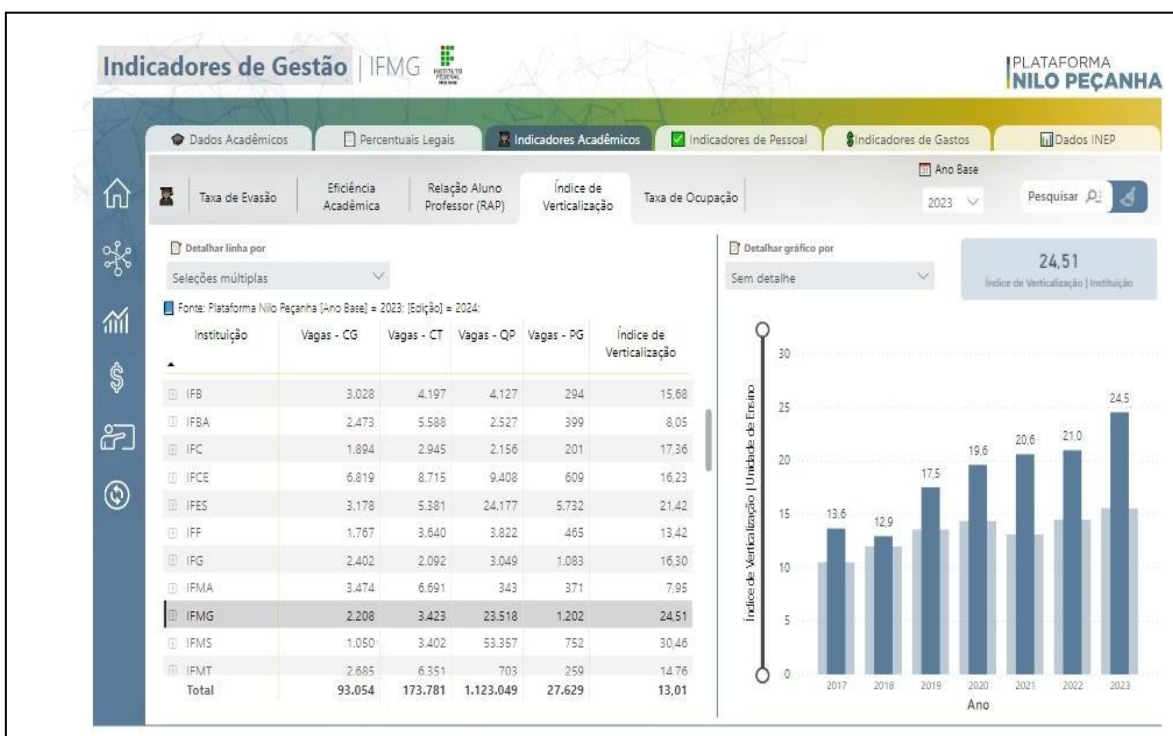
Dentre as unidades que compõem o IFMG estão a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto e Bambuí e as Unidades de Ensino Descentralizadas de Formiga e de Congonhas. Atualmente, é composto por 18 *campi*, sendo seis avançados, um polo de inovação e uma Reitoria (Figura 5).

O IFMG tem o compromisso com a valorização do aprendizado através do desenvolvimento de habilidades e competências, e da geração de conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos. Procura promover junto ao corpo discente amplo domínio das atividades intelectuais, culturais e práticas laborais, como instrumento de conquista da cidadania e de adaptação ao mercado de trabalho, preparando-os para agir com autonomia e responsabilidade. Para isso, desenvolve as bases tecnológicas em laboratórios de ensino e produção, enquanto também trabalha as bases instrumentais e científicas, na convivência diária e através de atividades de lazer, esportes, artísticas e culturais (IFMG, 2024, s/p).

São oferecidos mais de 70 cursos nas mais diversas modalidades: formação inicial e continuada, técnico, superior, pós-graduação e educação a distância. No ano de 2023 o IFMG alcançou a marca de 24,51% no índice de verticalização, que mede a oferta de cursos nas diversas modalidades, enquanto a média nacional foi de 13,01%. Os dados foram publicados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP) do ano de 2024.

⁴⁷ Fonte: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/> acesso em: 30/10/23.

Gráfico 2- Dados sobre índice de Verticalização do IFMG - Plataforma Nilo Peçanha



Fonte: Extraído de <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp> acesso em 14/05/2024.

Cada uma dessas unidades tem sua própria identidade, história, memórias e características únicas. Apesar de compartilharem uma configuração organizacional semelhante, possuem estruturas distintas, por serem resultado de agregação e/ou transformação de antigas instituições profissionais; soma-se a esse fato a localização geográfica, a temporalidade e as especificidades de cada um dos *campi* que fazem parte da rede, conforme aponta Frigotto (2018):

A Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que criou os IFs, na realidade engendra uma memória secular. Assim, os IFs em sua realidade institucional convivem com a memória de longa, média e curta duração. Juntam-se memórias de um século, de algumas décadas, e de menos de uma década. A memória remota é a rede federal de educação profissional, que teve seu marco regulatório traçado, no ano de 1909, pelo Decreto nº 7.566, do Presidente Nilo Peçanha, com a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, dando origem à rede federal que culminou nas escolas técnicas. A memória que apreende uma determinada conjuntura de tempo médio pode ser caracterizada como o processo de transformação daquela rede em CEFET e a universidade tecnológica em IFs em tempo de curta duração. A grande expansão deu-se no tempo de curtíssima duração. Esta junção de tempos, se tem potencialidades educativas marcadas pela experiência e sedimentação, também tem o complicador da natureza dessa memória e de como juntar tempos com história e cultura tão diversas e mudança de institucionalidade e criar uma nova identidade (Frigotto, 2018, p. 131)

Figura 15 - Unidades do Instituto Federal de Minas Gerais



Fonte: extraído de <https://www.ifmg.edu.br/portal/sobre-o-ifmg/o-que-e-o-ifmg>

O *Campus* Avançado de Conselheiro Lafaiete é uma das unidades do IFMG, tendo sido implantado no ano de 2014, autorizado pela portaria nº 27 de 21 de janeiro de 2015. O imóvel onde está instalado o *campus* foi obtido a partir de um contrato de comodato firmado entre o IFMG e a Associação ‘Os Padres do Trabalho’, inicialmente pelo prazo de 60 anos, sendo posteriormente, no ano de 2017, prorrogado para 300 anos.

Figura 16 - Área externa do campus IFMG- CLA



Fonte: Acervo Institucional

Figura 17 - Vista aérea da parte externa do campus



Fonte: Acervo Institucional

Figura 18 - Salas de aulas (parte externa)



Fonte: Acervo Institucional

Figura 19 - Rampas de Acessibilidade



Fonte: Acervo Institucional

O prédio possui uma excelente infraestrutura, com amplas salas de aulas, laboratórios de mecânica, eletrotécnica, ciências e informática, com equipamentos e tecnologia de ponta que facilitam um trabalho educativo de qualidade. Possui, ainda, uma biblioteca com rico acervo bibliográfico, auditório, estúdio para gravação de aulas EAD e um prédio para atendimento administrativo.

Figura 20 - Sala de aulas (espaço interno)



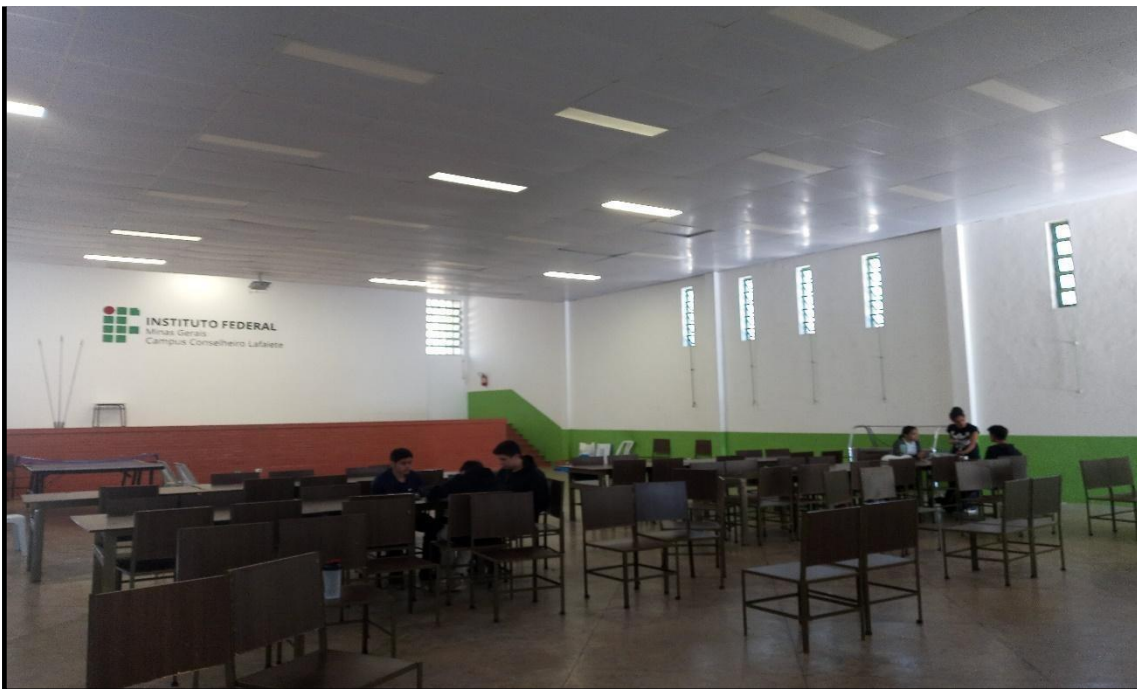
Fonte: Acervo Institucional

Figura 21 - Biblioteca



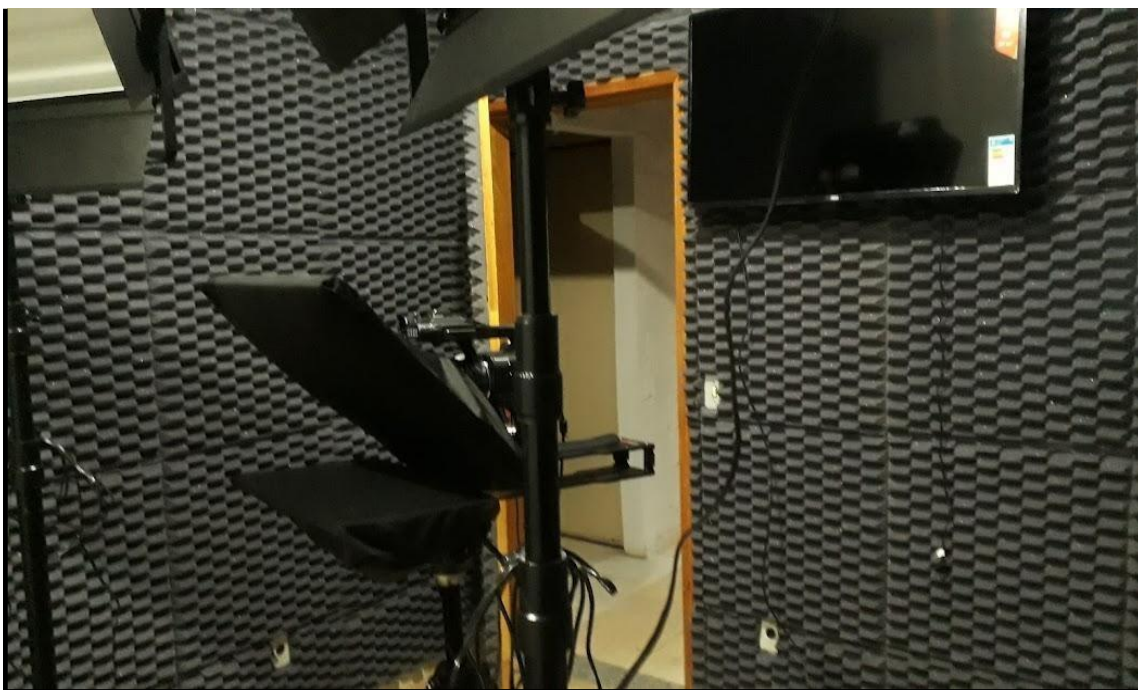
Fonte:Acervo Institucional

Figura 22 – Auditório



Fonte: Acervo pessoal

Figura 23 - Estúdio para Gravação de Aulas EAD



Fonte: Acervo Institucional

Figura 24 - Prédio Administrativo



Fonte: Acervo Institucional

O IFMG-CL teve suas primeiras turmas ingressantes no ano de 2015, dando continuidade à missão educacional e ao legado da escola anterior, beneficiando a comunidade local com a oferta de ensino técnico público, gratuito e de qualidade.

A unidade oferece os cursos técnicos em Eletrotécnica e Mecânica nas modalidades integrado e subsequente, nos períodos diurno e noturno, respectivamente, contando atualmente com aproximadamente 410 estudantes regularmente matriculados, sendo 280 deles nos cursos técnicos integrados, divididos em sete turmas, e 130 estudantes nos cursos subsequentes, distribuídos em quatro turmas.

O IFMG-CL oferta também cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, que são cursos de rápida duração com foco em área de atuação específica, visando à preparação para a vida produtiva e social, promovendo a inclusão e a reintegração de jovens e trabalhadores no mundo do trabalho. Atualmente o *campus* possui um total de 34 servidores do quadro efetivo, sendo 20 do quadro da carreira de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e 14 do quadro Técnico- Administrativo em Educação (TAE).

Figura 25 - Laboratório de Eletrotécnica



Fonte: Acervo Institucional

Figura 26 - Laboratório de Mecânica



Fonte: Acervo Institucional

Figura 27 - Laboratório de Ciências



Fonte: Acervo Institucional

Figura 28 - Laboratório de Informática



Fonte: Acervo Institucional

O *campus* está situado na Microrregião do Alto Paraopeba⁴⁸, integrada por 24 municípios, com uma população aproximada de 370 mil habitantes. A região, englobada pelo Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, possui vários complexos industriais, sobretudo da indústria de mineração. O município de Conselheiro Lafaiete, local de implantação do *campus*, possui uma população de 130.584 habitantes, de acordo com os dados extraídos do IBGE 2021⁴⁹. A cidade faz parte do Circuito Turístico Villas e Fazendas de Minas. A economia de Conselheiro Lafaiete possui como principais setores econômicos a prestação de serviços, o comércio e a indústria.

⁴⁸ Associação dos Municípios do Alto Paraopeba – AMALPA. Disponível em: <http://amalpa.org.br/site/>. Acesso em 12 de outubro de 2023.

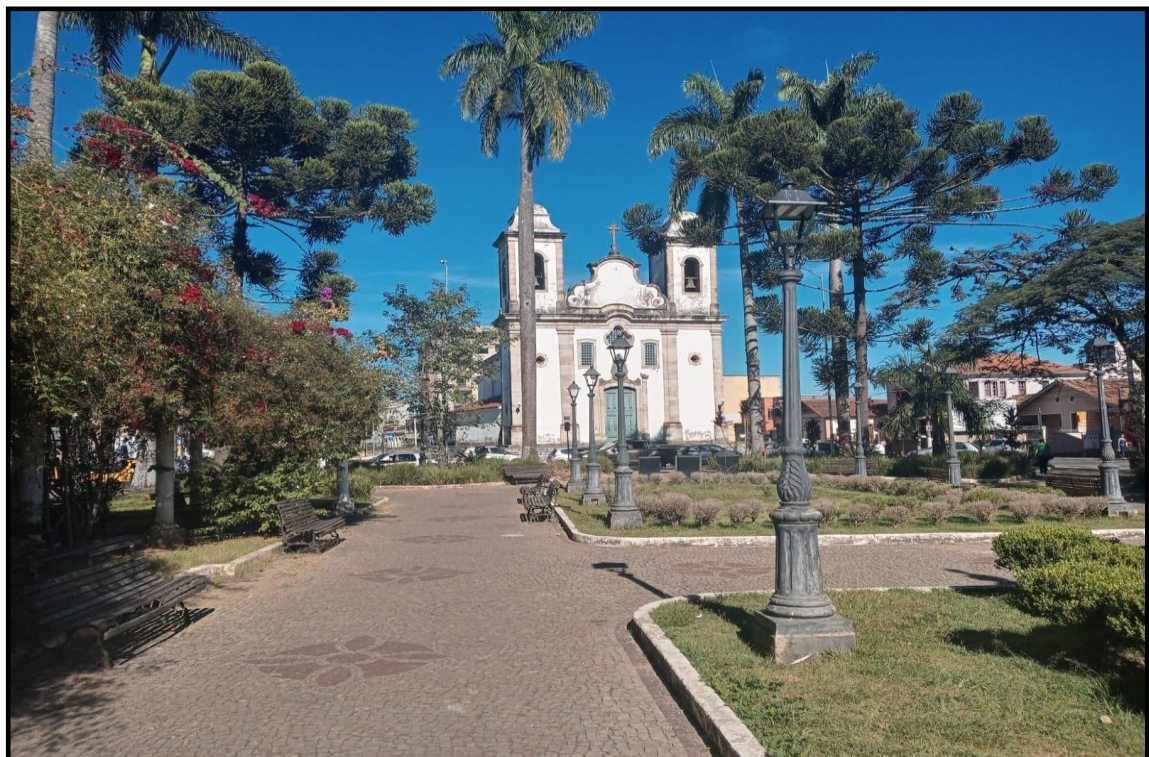
⁴⁹ Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de 1º de julho de 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf. Acesso em 07 de setembro de 2023.

Figura 29 - Vista parcial da cidade de Conselheiro Lafaiete



Fonte: Extraído do site https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselheiro_Lafaiete#/media/Ficheiro:Conselheiro_Lafaiete_Minas.jpg

Figura 30 - Ponto Turístico da cidade – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Com a inauguração da unidade, o município contemplado iniciou um novo ciclo na Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, pensar em trabalhar a memória na instituição reforça ainda mais a relevância de serem desenvolvidas pesquisas voltadas para este tema. Conhecer a história da instituição faz com que ela tenha sua identidade institucional reconhecida e ampliada, valorizando, assim, a sua trajetória educacional.

No próximo capítulo, é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa. Serão detalhados os métodos e procedimentos empregados para a coleta e análise dos dados, assim como as justificativas para a escolha dessas técnicas.

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Visando alcançar os objetivos elencados neste estudo, decidiu-se inicialmente por realizar um breve resgate histórico da Escola Técnica 'Os Padres do Trabalho', instituição que precedeu o IFMG - *Campus* Conselheiro Lafaiete (IFMG - CL). Para isto, utilizou-se, como fonte de pesquisas, documentos oficiais, sites e/ou registros em que essa história pudesse ser explorada, para, posteriormente ser desenvolvido um trabalho de análise da história do *campus*, a partir das memórias e narrativas dos primeiros servidores da instituição, presentes no momento de sua implantação.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, teses, dissertações e artigos científicos, conforme destaca Gil (2008). Já a pesquisa documental, embora tenha semelhanças com a pesquisa bibliográfica, guarda diferenças especialmente na natureza das fontes, tendo em vista que esta forma se utiliza de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados considerando os objetos da pesquisa (Idem).

Nessa perspectiva, neste estudo a pesquisa bibliográfica atemporal foi realizada a partir de consultas em várias plataformas educacionais como *Google Acadêmico*, *EduCapes*, *Observatório ProfFEPT*, repositórios de instituições federais de ensino, dentre outros, com o levantamento de informações sobre o tema proposto em livros, teses, dissertação e artigos acadêmicos; foram realizadas, ainda, buscas em *sites*, por meio de pesquisas *online*, principalmente em instituições federais de ensino, especialmente para a construção do produto educacional. Dessa forma, a finalização do processo de revisão de literatura ocorreu somente após a conclusão da criação do produto.

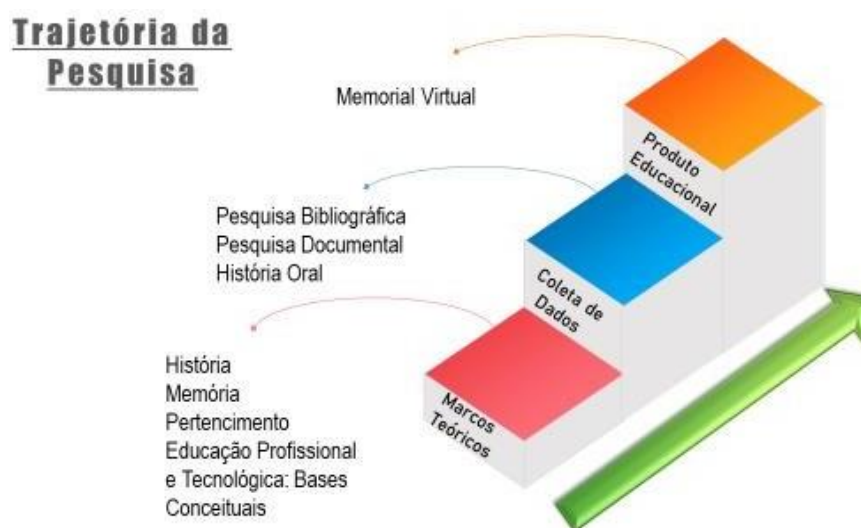
Já a pesquisa documental, foi realizada a partir de dados extraídos de documentos diversos, os quais compõem o acervo digital da instituição, como atas, contratos, jornais locais, memoriais, datados a partir do ano de criação da Associação 'Os Padres do Trabalho', de 1966, até os dias atuais.

Importa destacar a importância da pesquisa documental, tendo em vista que se a cultura e as narrativas ajudam a compor a memória de um povo, o conhecimento documental e, posteriormente, sua guarda, se preocupam em disponibilizar a história para que, no presente ou no futuro, suas raízes possam ser compreendidas, a fim

de que seja desenvolvido um senso crítico sobre o nosso lugar no mundo.

Os dados documentais ajudam a preservar a memória, relacionando a capacidade de lembrar com a história construída, através da coleta de dados. Assim, destaca-se a importância da relação da memória coletiva com a memória individual, e como ambas se intercalam e se unem para construir a cultura e a identidade social de uma instituição.

Figura 31 - Trajetória da pesquisa: percurso metodológico



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa

Destaca-se que, por conta do momento ocasionado pela greve dos servidores federais da educação no ano de 2024, as entrevistas foram realizadas de forma remota através da plataforma *google meet*. Antes da entrevista, cada participante teve acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, impresso em duas vias, ficando uma com o pesquisador e outra com o entrevistado. O esclarecimento sobre a pesquisa aos entrevistados e a garantia formal de seus direitos asseguram os aspectos éticos da pesquisa, assim como a sua correta execução. Ressalta-se que as entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo utilizando o programa *OBS studio* – mediante aviso prévio e consentimento dos participantes – e transcritas utilizando o aplicativo *TurboScribe*, garantindo fidelidade e veracidade das informações. Além da gravação das entrevistas foram realizadas anotações de informações paralelas realizadas pelo pesquisador, a fim de relatar condições não perceptíveis na fala ou indícios para inclusão de questionamentos não previstos anteriormente, no roteiro.

As questões apresentadas visavam compreender de que forma a reconstrução

da história da Escola Técnica 'Os Padres do Trabalho', que precedeu o IFMG *campus* Conselheiro Lafaiete; já a reconstituição do processo de implantação do *campus*, a partir das múltiplas memórias dos servidores que participaram do momento de sua emergência, contribuíram para valorizar a trajetória histórica do IFMG-CL. Como as entrevistas eram semiestruturadas, combinando perguntas abertas e fechadas, os entrevistados tiveram a liberdade de discorrer sobre o tema proposto. Embora a pesquisadora seguisse um conjunto pré-estabelecido de questões, ela conduziu as entrevistas de maneira mais informal e aberta. (Boni, Quaresma, 2005).

Os documentos decorrentes da entrevista serão guardados por um período de cinco anos. Após esse período, toda a documentação será destruída utilizando-se trituradoras de papel. Os áudios gravados foram armazenados em uma pasta digital com acesso restrito e serão excluídos após o término do prazo mencionado.

Dessa forma, os participantes compartilharam suas narrativas livremente sobre o tema abordado, o que nos permitiu construir as informações que orientaram a realização desta pesquisa. Além disso, as entrevistas foram realizadas individualmente, em horários e locais previamente acordados com os informantes.

Ao se optar por realizar o registro de criação do *campus* por meio de narrativas orais levou-se em consideração ser este um acontecimento do qual muitas pessoas fizeram parte, proporcionando, assim, um exercício de rememoração que pode ser comparado à confecção de uma colcha de retalhos, em que cada narrativa é representada por pedaços de tecidos adornados com diferentes estampas, cores, formatos e texturas, simbolizando as lembranças individuais de um passado vivido, quase esquecido e narrado de forma singular. Essas narrativas acontecem de tal maneira que, juntando todos os pedaços de experiências vividas, seja possível chegar na completude de uma peça única, tornando-se uma memória coletiva. Contudo, Halbwachs (2013) argumenta que:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (Halbwachs, 2013, p. 39).

Neste processo, as histórias transmitidas oralmente, entrelaçadas entre as lembranças individuais e coletivas, surgem como valiosas fontes de informações, pois

expressam significados e acontecimentos que nem sempre estão registrados nos documentos escritos e/ou oficiais. Essas fontes se apresentam de forma inspirada, uma vez que estão impregnadas de emoções e sentimentos que deixaram sua marca em determinado período. São lembranças que marcam o indivíduo, e é por meio delas que é possível buscar elementos para compreender o contexto histórico vivenciado. E esse legado não deve ser ignorado.

A opção em compreender a gênese da história oral deve-se, sobretudo, a uma série de possibilidades que ela oportuniza, sistematizadas nas palavras de Thompson:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente à sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (Thompson, 2002, p. 44).

Dessa maneira, pode-se deduzir que Thompson (2002) caracterizou a história oral como sendo uma análise dos eventos históricos e das transformações nas sociedades e culturas por meio de narrativas orais que dão enfoque às histórias de vida de pessoas comuns através da evocação de suas memórias e relatos de suas experiências, sendo estas captadas pela audição de quem as registra. Além disso, ele compreende a história oral com um caráter interdisciplinar, pois evidencia a interação humana que ultrapassa as fronteiras das diversas disciplinas que a envolvem.

Para Delgado (2006), a história oral é um método que, por meio de entrevistas, gera narrativas a partir de indivíduos que vivenciaram eventos, tanto em suas vidas pessoais quanto em contextos coletivos/sociais, ou seja, a história oral da memória pessoal. Por contraste, o historiador Corrêa (1978, p.13), baseando-se em Georg P. Browne, define história oral como “o conjunto de técnicas empregadas na coleta, preparação e utilização de registros de memória para servirem como fontes primárias para historiadores e cientistas sociais”.

Para os historiadores Meihy e Holanda,

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação os resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (Meihy; Holanda, 2007, p. 15).

Meihy (2002) apresenta uma outra perspectiva ao enfatizar que a história oral pode ser interpretada como uma ferramenta contemporânea que, por sua vez, pode ser usada na criação de documentos e estudos relacionados à vivência social dos indivíduos e grupos. Essa abordagem é caracterizada por ser uma narrativa sempre centrada no tempo presente, também reconhecida como uma história viva.

Ainda para Meihy (2002) a história oral surge como um meio de registrar as experiências daqueles que estão dispostos a compartilhar aspectos de suas vidas. Para a autora, quanto mais eles expressarem suas experiências a partir de sua própria perspectiva, mais eficaz será o testemunho fornecido por eles. (Meihy, 2002, p. 51).

Camargo (1994, p.75-76) ressalta que “a história oral, no fundo, é um instrumento pós-moderno para se entender a realidade contemporânea. [...] Pós-moderno por sua elasticidade, por sua imprevisibilidade, por sua flexibilidade”. Na concepção das historiadoras Ferreira e Amado (2006, p.8), “a história oral é entendida como metodologia, pois remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica. Esta última evidentemente a transcende e concerne à disciplina histórica como um todo”.

Já Alberti (2006) define a história oral como sendo:

Uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (Alberti, 2006, p.155).

Destaca-se ainda que “[...] a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na *visão* e *versão* que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais” (Lozano, 2006, p.16, grifo do autor).

Outra autora que traz uma contribuição sobre a compreensão da história oral é Voldman (2006, p.34), ao se referir que “[...] Portanto, se a história oral é entendida como um método, ela deve incluir-se na história do tempo presente, e se ela serve

para designar a parte pelo todo e a expressão deve ser abandonada em prol da história feita com testemunhas”.

Para Lozano (2006), a história oral não pode ser considerada unicamente como um método, mas também como uma forma de se estabelecer com os participantes entrevistados uma relação de maior profundidade, ou seja, entende-se a história oral com uma construção entre as duas pessoas envolvidas: o pesquisador e o entrevistado.

6.1 Tipo e Abordagem da Pesquisa

Este trabalho foi desenvolvido através de uma abordagem qualitativa, pois nesse tipo de pesquisa os dados são coletados de forma descritiva, o que permite compreender as características do objeto pesquisado, conforme orienta Minayo (2014, p.21-22): “[...] que se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Além da abordagem qualitativa, este trabalho é de natureza exploratória, pois,

a pesquisa exploratória é a coleta de dados que compreende levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes, relação ao assunto, análise de exemplos. Seriam pesquisas exploratórias: pesquisa bibliográfica, estudo de caso, levantamento de campo (Gil, 2016, p.27).

Através desse tipo de pesquisa é possível explorar e, conseqüentemente, conhecer um pouco mais sobre um determinado problema, com o intuito de disponibilizar informações para uma investigação mais aprofundada.

Dentre as técnicas de pesquisa que foram utilizadas neste trabalho, além da bibliográfica, em que se realiza uma revisão ou levantamento de materiais publicados sobre o tema em revistas, periódicos, sites confiáveis, dentre outros, foi realizada também pesquisa documental. Essa fase envolveu a identificação e catalogação dos itens memoráveis (documentos escritos, objetos, vestígios materiais) constantes no IFMG *campus* Conselheiro Lafaiete, compreendendo o período de 1966, ano de fundação da Associação ‘Os Padres do Trabalho’, passando pela implantação do IFMG-CL até 2024, ano em que esse *campus* comemora o seu primeiro decênio. Foi realizada, ainda, pesquisa de campo com realização de entrevista semiestruturada, cuja principal característica metodológica relaciona-se ao fato de o observador ter

contato direto com o grupo estudado.

Quanto à sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada que objetiva a geração de conhecimentos e de aplicação prática, direcionando a solução de problemas específicos que envolvem interesses locais. Conforme Marconi e Lakatos (1999, p.22): “[...] como o próprio nome indica, caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade [...]”.

6.2 O Local e os Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada no *Campus* Conselheiro Lafaiete do Instituto Federal de Minas Gerais, localizado na rua Padre Teófilo Reyn, número 441, no Bairro São Dimas, em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, mesmo endereço que outrora sediava a instituição de ensino profissional Escola Técnica Profissional ‘Os Padre do Trabalho’.

De acordo com estudiosos e profissionais que trabalham com o campo de preservação da memória, a história trata-se de um processo dinâmico, no qual existem múltiplas vozes, discursos e perspectivas, e todas elas precisam ser consideradas para se construir um panorama amplo do momento passado ou atual. Assim, em consonância com essa visão, para coletar os dados, foram realizadas entrevistas com os diferentes segmentos de servidores do *campus*, em um total de cinco pessoas, considerando, para a escolha dos servidores participantes, aqueles que estiveram presentes no momento da implantação e permanecem no *campus* até o momento atual (2024).

As perguntas foram respondidas pelos participantes separadamente, cada um em dia e horário previamente agendados. Os depoimentos foram transcritos, preservando-se as características de oralidade de cada discurso, mas com alterações e correções mínimas para garantir a compreensão no registro escrito. Todo material produzido pela pesquisa, sigiloso ou não, foi arquivado no *google drive*, serviço de armazenamento de arquivos ligados à conta de endereço eletrônico (e-mail) da pesquisadora, de forma a assegurar sua privacidade e proteção de dados. Os materiais impressos foram arquivados em pasta box no armário da sala (privativa) de trabalho da profissional dentro da Instituição.

Tabela 01 - Perfil dos sujeitos da pesquisa

Entrevistado	Cargo que ocupa	Tempo de trabalho no IF	Sexo	Idade
E1	TAE	10 anos	Fem.	50
E2	EBTT	09 anos	Masc.	40
E3	TAE	10 anos	Masc.	37
E4	EBTT	09 anos	Masc.	38
E5	EBTT	10 anos	Masc.	41

Fonte: Dados da pesquisa/ transcrição das entrevistas semiestruturadas.

Do total de oito participantes convidados, apenas cinco aceitaram o convite. O período das entrevistas durou cerca de 15 dias e elas ocorreram entre os dias 01 a 15 de maio do ano de 2024, sendo que cada uma delas levou em média 40 minutos para realização.

Os participantes da pesquisa não terão suas identidades divulgadas, bem como possíveis imagens, vídeos ou vozes obtidas. A pesquisa resguardará todos os direitos dos participantes, respeitando seus limites, fragilidades, possibilidades, vontades e autonomia, podendo ser suspensa a qualquer momento, caso seja solicitado.

Os resultados serão divulgados em periódicos científicos e/ou em eventos da área, bem como para outros profissionais do Instituto Federal de Minas Gerais, interessados na temática.

As metodologias utilizadas neste projeto não oferecem riscos, a curto e longo prazo, aos participantes da pesquisa. Os fatores externos causados pelas tecnologias e comunicação serão prevenidos com maior planejamento organizacional do tempo. Os fatores internos que podem estar relacionados aos atores desta pesquisa, como disponibilidade dos mesmos em responder as questões, condições emocionais ou outras, serão resolvidas de maneira a atender os limites e as possibilidades de cada um.

A entrevista foi anônima, sendo assegurado o absoluto sigilo de todas as informações coletadas como questionários e roteiros de entrevistas na educação.

Ressalte-se aqui que as entrevistas não são consideradas como a história real e, sim, devem ser interpretadas como fonte e, neste caso específico, na condição de fontes orais. As entrevistas foram compiladas em formato de texto, e assim tornou-se necessário realizar uma análise desse texto para verificar e apurar como os objetivos

da pesquisa foram atingidos.

6.3 Levantamento de Memoriais e Museus Virtuais que Registram a História das Instituições

Instituições a exemplo de museus, centros de memória, centros de documentação, arquivos e bibliotecas têm como principais atribuições registrar e preservar a memória e a história do país. São os documentos e artefatos do passado que tornam possível o resgate e uma melhor compreensão dos processos históricos e políticos que, por sua vez, são utilizados como ferramentas que permitem a construção de novas ideias.

Relativo aos memoriais virtuais, embora não exista uma definição clara do que seja essa ferramenta de preservação da memória, no senso comum a palavra 'memorial' possui a mesma definição de museu. O decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013, foi elaborado com a finalidade de regulamentar os dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que estabelece o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Entre outros pontos, o documento trata as obrigações do IBRAM e dos museus públicos e privados, bem como dos instrumentos da Política Nacional de Museus e da organização dessas instituições.

No inciso IX do referido Decreto fica explicitado o conceito de Museu:

(...) instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (Decreto 8.124/2013).

Para Barcellos (2002), memorial pode ser definido como aquilo que ajuda a lembrar, observando que a experiência de algumas instituições que adotaram esse nome indica diferentes tendências, indicando que, em determinadas instituições, os memoriais são concebidos como locais para prestar homenagens, ao passo que, em outras, os memoriais possuem uma função mais ampla, atuando como museu, centro cultural e espaço para convenções, a exemplo do Memorial da América Latina.

Na perspectiva de Axt (2004) existe pouca consistência entre a distinção de

museu e memorial, para o autor,

A palavra memorial foi tomada de empréstimo à língua inglesa, onde designa monumentos públicos erigidos em homenagem a um fato ou a um personagem histórico de destaque. No Brasil, ganhou um sentido completamente diverso, sendo aproximado ao conceito de museu. (Axt, 2004, sem paginação).

Neste sentido, por não haver uma identidade definida conceitualmente sobre o vocábulo “memorial”, e, metodologicamente, devido à pouca bibliografia disponível sobre a temática, a presente pesquisa optou por entender que os termos memorial e museu se relacionam.

Desta feita, a fim de facilitar o entendimento sobre o conceito de museus não se pode olvidar da definição constante no artigo 1º da Lei 11904/2009 (Estatuto dos Museus):

Consideram-se museus, para os efeitos dessa lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (Brasil, 2009, não paginado).

O Instituto Brasileiro de Museus, a autarquia que sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais, é o órgão responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor, a exemplo de aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. O IBRAM aponta que o museu é:

Um lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante onde se descobre e se aprende, nele se amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha. Por meio dos museus, a vida social recupera a dimensão humana que se esvai na pressa da hora. As cidades encontram o espelho que lhes revele a face apagada no turbilhão do cotidiano. E cada pessoa acolhida por um museu acaba por saber mais de si mesma (IBRAM, 2021 [sp])⁵⁰.

Com o objetivo de explorar exemplos comparáveis de preservação de memória, tanto física quanto digital, com especial ênfase àquelas direcionadas à Educação Profissional por meio de plataformas virtuais, foram realizadas pesquisas *online* em

busca de instituições que possuíam museus/memoriais virtuais. Essa investigação proporcionou uma maior compreensão do tema para a elaboração do projeto educacional em desenvolvimento.

Foram realizadas buscas na plataforma *Google* e também no portal <https://www.museus.gov.br/>, mantido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que abriga a plataforma [museus.br](https://www.museus.gov.br/), por ser reconhecida como a fonte mais atualizada para explorar os museus brasileiros.

Durante a seleção dos museus, foram levados em conta alguns critérios importantes para o desenvolvimento do Memorial Virtual, tais como: os que tinham como objetivo a preservação das memórias; a existência de acervos físicos ou digitais que continham espaços educativos e de pesquisa; possibilitar o envolvimento dos usuários na construção dessa narrativa, visando promover um sentimento de pertença e conexão com a história publicitada.

Após visitas e análises em diferentes museus e memoriais virtuais, foram selecionados oito museus que atendiam ao que fora definido, intentando examinar as tecnologias adotadas, os espaços mais destacados e as ferramentas utilizadas para atingir seus objetivos. Essa investigação teve como propósito principal extrair conhecimento servindo de inspiração para a concepção do Memorial Virtual, projeto educacional desenvolvido neste estudo.

Tabela 2- Museus selecionados para análise, identificados através de pesquisas no *Google* e no IBRAM, acompanhados dos *links* para seus respectivos *sites*

Instituição	Site
CEFET-MG	https://www.memoria.cefetmg.br/inicio/

⁵⁰ Disponível em: [Museus do Brasil — Instituto Brasileiro de Museus - Ibram \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/ibram) acesso em 26/07/2024.

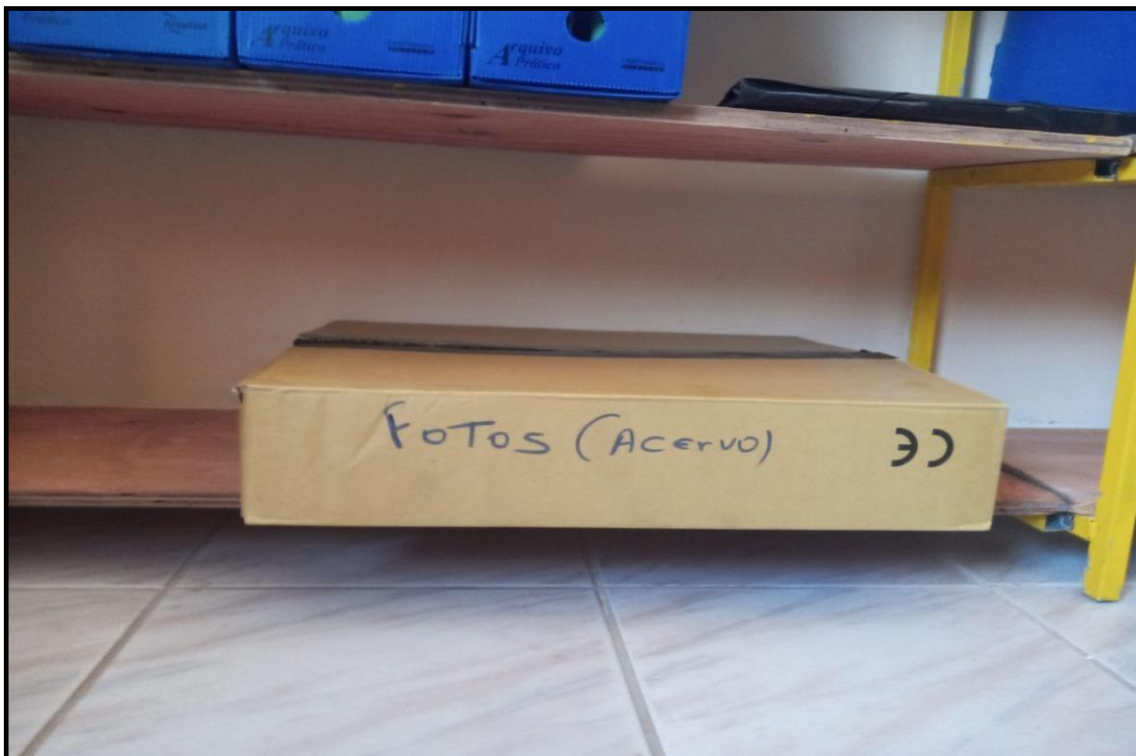
IFSUDESTE - CAMPUS SANTOS DUMONT	<u>Museu de Memórias – Campus Santos Dumont</u> (museudememorias.com.br)
IFRS	https://musemep.braz.dev/Acervo
IFCE	https://ifce.edu.br/memorial/memorial-do-ifce
UNB	http://www.museuvirtual.unb.br/
IFSUDESTE– CAMPUS RIO POMBA	https://sistemas.riopomba.ifsudestemg.edu.br/dirext <u>Museu/</u>
IFMS	https://www.ifms.edu.br/10anos/museu-e-arquivo

5.1 Levantamento dos Itens Memoráveis do IFMG – *Campus* Conselheiro Lafaiete

Após a etapa inicial, procedeu-se à seleção e identificação dos objetos de memória presentes nas instalações atuais do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete. Esse processo envolveu tanto a solicitação de informações à comunidade local quanto a exploração direta do espaço em busca desses itens. Como critérios fundamentais para a inclusão desses objetos no acervo, foram considerados sua relevância, importância histórica e estado de conservação.

O primeiro resgate do material foi realizado em arquivos de fotos utilizadas na apresentação de um trabalho na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, que acontece anualmente no *campus*, realizado pelos professores de História e Língua Portuguesa, juntamente com os alunos dos cursos integrados e subsequentes do *campus*, e que nos cederam o acervo que continha fotos antigas de registros de eventos de ex-alunos, obras e instalações da Escola Técnica ‘Os Padres do Trabalho’ e do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete, a partir de sua instalação em 2014.

Figura 32 - Pasta de localização do acervo fotográfico



Fonte: Arquivo Institucional

Figura 33 - Registro de evento realizado no prédio da instituição com a participação da comunidade local (sem data de registro)



Fonte: Acervo institucional.

Figura 34 - Registro de formandos da Escola Técnica “Os Padres do Trabalho” (sem data de registro)



Fonte: Acervo institucional.

Figura 35 - Obras de construção dos prédios da Escola Técnica “Os Padres do Trabalho” - década de 1960



Fonte: Acervo institucional.

As imagens selecionadas para compor o acervo virtual incluem também fotografias de estudantes, aulas práticas, equipamentos e dos espaços físicos, além de notícias e documentos, dentre outros.

Figura 36 - Fachada da Escola Técnica Municipal Os Padres do Trabalho - década de 2000



Fonte: Acervo institucional.

Figura 37 - Boletim escolar de ex-aluno da Escola Técnica Municipal "Os Padres do Trabalho" – década de 2000.

ETM OS PADRES DO TRABALHO																	
ATO DE CRIAÇÃO: PORTARIA 139/80 DA SEE/MG		ENDEREÇO: Rua Padre Teófilo Reyn, 441, Cons. Lafaiete, MG															
BOLETIM ESCOLAR - 2000 - 3º BIMESTRE																	
Aluno: AGUNALDO MARCILIO PEREIRA								Matrícula: 991242				Turma: 4AM					
Curso: MECÂNICA								Turno: Noturno				Nº Cham: 3					
Disciplinas	Avaliação								Total	Rec.	Faltas				Total Faltas	Freq. %	Rendimento Escolar
	1º Bim		2º Bim		3º Bim		4º Bim				1º	2º	3º	4º			
	Apr.	Rec.	Apr.	Rec.	Apr.	Rec.	Apr.	Rec.									
Ling. Português	17	---	18	---	18	---			51		2	0	3		60	5	91,7
Matemática	17	---	19	---	25	---			61		1	3	2		60	6	90,0
Sociologia	16	---	14	---	21	---			51		0	0	0		30	---	100,0
Filosofia	16	---	14	---	25	---			55		0	0	0		30	---	100,0
Prod. Mecânica	13	---	18	---	25	---			56		2	4	2		180	8	95,6
Metrologia	20	---	18	---	27	---			65		0	3	2		30	5	83,3
Elem. Máquinas	16	---	15	---	25	---			56		0	4	6		60	10	83,3
Desenho	9	---	12	---	22	---			43		1	2	1		90	4	95,6
Elem. Computação	14	---	14	---	20	---			48		0	0	0		60	---	100,0
Org. e Normas	20	---	15	---	23	---			58		1	1	1		30	3	90,0
Mecânica	20	---	14	---	23	---			57		0	7	6		120	13	89,2
Tabela de Conceitos																	

" Grandes realizações são possíveis quando se dá importância aos pequenos começos."

Emitido em 23/10/2000

Fonte: Acervo institucional.

Em seguida, iniciou-se a identificação de itens dispersos nas instalações do *campus*. Esses itens foram inicialmente selecionados com base na presença de etiquetas antigas de patrimônio vinculadas à instituição de ensino que, anteriormente, estava sediada no prédio. Esses materiais foram divididos em duas categorias: itens em uso e itens em desuso, sendo que a maioria desses estava em uso e localizada nos laboratórios da instituição.

Os itens identificados durante a pesquisa de campo foram submetidos a um processo que envolveu identificação, organização, catalogação e registro. A seguir a demonstração de alguns dos itens que compõem o acervo.

A seguir são apresentados alguns desses itens memoráveis que fazem parte do acervo do Memorial Virtual do (IFMG-CL).

Figura 38 - Plaina Limadora - Marca: Sanches Blanes S/A, Modelo: P400 (item em desuso)



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 39 - Serra alternativa 12" - marca Schneider (item em uso)



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 40 - Furadeira Kone tipo k.38 (item em uso)



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 41 - Guincho Hidráulico (item em uso)



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 42 - Plana Limadora 650, Marca Zocca (item em uso)



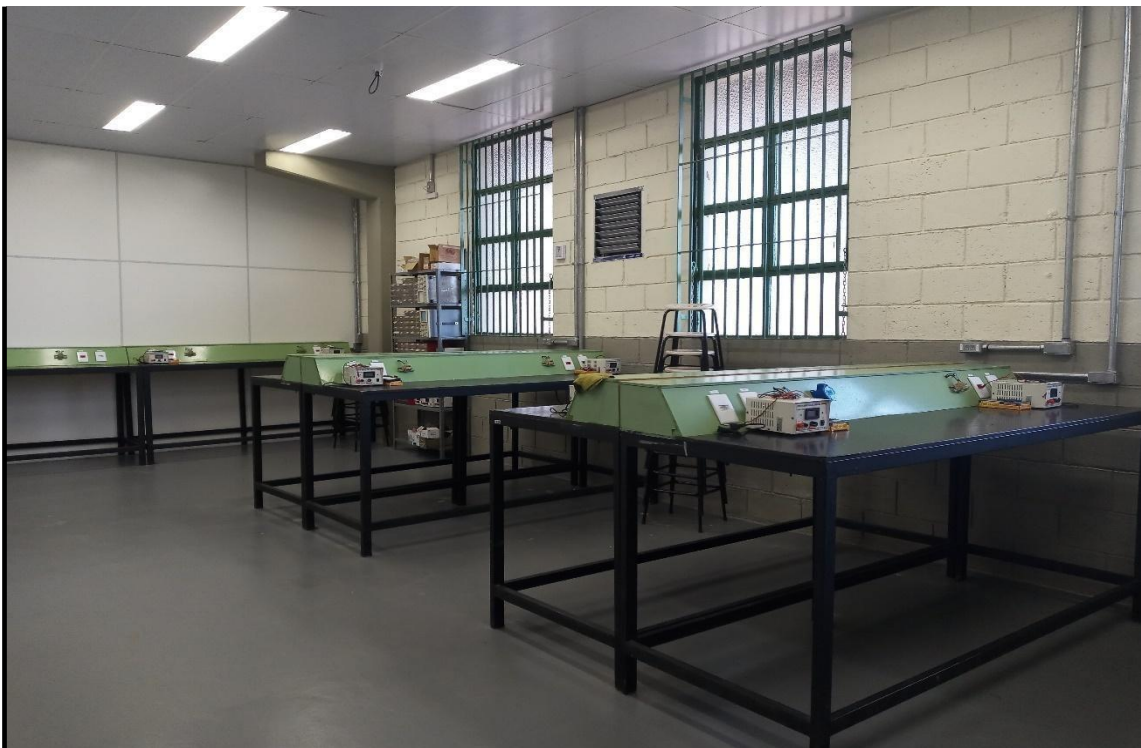
Fonte: Arquivo pessoal

Figura 43 - Bancada de madeira para oficina (item em uso)



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 44 - Bancadas do laboratório de eletrônica (item em uso)



Fonte: Arquivo pessoal.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme disposto no capítulo da metodologia, as entrevistas foram realizadas e analisadas a partir do método da história oral. A discussão visou compreender se a criação do Memorial Virtual do IFMG – *Campus* Conselheiro Lafaiete, através da reconstrução da história da Escola Técnica ‘Os Padres do Trabalho’, que precedeu o IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete, e a reconstituição do processo de implantação do *campus*, a partir das múltiplas memórias dos servidores que participaram do momento de sua emergência poderiam contribuir para valorizar a trajetória histórica do IFMG-CL.

A entrevista semiestruturada continha um questionário preliminar de 10 perguntas, disponível no Apêndice A deste trabalho. Posteriormente, essas perguntas foram desdobradas em outras questões, conforme a característica desse tipo de entrevista, que permite a elaboração de perguntas adicionais, pois esse tipo de entrevista é “um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal”. (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 72).

7.1 Análise Preliminar das Entrevistas

A análise das entrevistas foi realizada com base nas histórias e relatos falados fornecidos pelos entrevistados, ou seja, se concentrou no conteúdo das declarações verbais dos participantes.

As respostas às questões foram classificadas em sete eixos principais:

- (I) Desafios enfrentados durante o processo de implantação do *campus*.
- (II) A relevância de se preservar as histórias e memórias da instituição e sua importância na valorização da trajetória da instituição;
- (III) Os sentimentos que podem ser despertados na comunidade acadêmica a partir da compreensão das histórias e memórias do *campus*;
- (IV) O legado deixado pela instituição e sua influência na identidade da instituição;
- (V) A existência de alguma iniciativa ou projeto da instituição na

organização esistemização do acervo de memórias;

(VI) A importância de criação de um memorial virtual;

(VII) Conteúdos que acham pertinentes constar no Memorial Virtual e sua utilização.

Quando perguntado aos participantes sobre os desafios enfrentados durante o processo de implantação da escola, eles lembraram as dificuldades enfrentadas por ocasião do corte no orçamento direcionado às instituições federais, que ocorreu pouco tempo após a implantação do *campus*.

O entrevistado 2, em sua narrativa, explica:

Nos 3 primeiros anos foi um grande desafio, não tínhamos experiência e lidamos com a queda no orçamentários nas instituições Federais, isso nos custou muito, pois tivemos que otimizar os recursos que nos foram repassados. A gente foi cortando despesas, tendo que enxugar a questão da terceirização, que não era o que a gente queria, mas era necessário. [...] A gente foi fazendo parcerias, parcerias com a prefeitura, para que algumas coisas fossem mantidas por eles, para a gente diminuir despesas. Enfim, como a receita não aumentava, a gente tinha que cortar na despesa, para sobrar dinheiro. (E2)

O ato de recordar, conforme compartilhado pelo depoente, revelou as dificuldades enfrentadas no período inicial da trajetória do *campus*. Os desafios foram superados graças à força institucional representada pelas identidades locais, com equipes de longa experiência que aceitaram o desafio e, com seu conhecimento, concretizaram o que havia sido idealizado. Apesar dos desafios, percebe-se, a partir das narrativas, que havia um forte sentimento de engajamento entre os envolvidos. Esse comprometimento manifestou-se especialmente no estabelecimento de parcerias com outros órgãos, visando consolidar a implantação da instituição na cidade.

Muitas das memórias compartilhadas pelos entrevistados revelaram as expectativas e as conquistas dos primeiros anos do *campus*, conforme observado pelo entrevistado E5:

No início começamos sem equipamentos, sem ferramentas adequadas pra dar aula prática, depois vieram os cortes, não tivemos como comprar. Quer dizer, chegou muita coisa que compramos em 2015. Aí foram pingando os equipamentos, principalmente dos laboratórios [...] Pegamos um pouquinho de cada componente, elencamos, separamos. A gente conseguiu fazer... foram acho que, 10 bancadas que a gente conseguiu com os componentes daqui, da época dos Padres, de 2014. Então, a gente fez um projetinho de bancada e foi o nosso primeiro banco. E funciona até hoje muito bem. A gente aprendeu a trabalhar com o que tinha. E foi assim que a gente trabalhou na

época de 2018, 2019. (E5).

De fato, os cortes orçamentários implementados nos últimos anos, principalmente no período de 2015/2016 e 2018/2022, geraram sérias dificuldades financeiras, não só ao IFMG, mas em toda a Rede Técnica Profissional. No IFMG-CL, a redução no orçamento afetou significativamente a capacidade de manter os serviços básicos oferecidos na instituição.

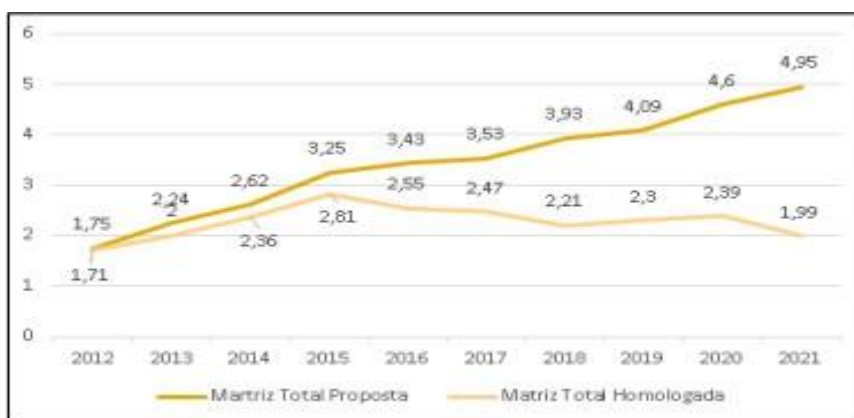
Dentre as dificuldades enfrentadas no *campus*, houve a impossibilidade de contratar funcionários terceirizados, necessários para diversas funções operacionais, impedindo a adequada manutenção e limpeza das instalações, até a expansão dos laboratórios, essencial para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e de pesquisa, além da impossibilidade de adquirir novos equipamentos e tecnologias, indispensáveis para uma formação de qualidade dos alunos.

O desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, fundamentais para a integração entre o instituto e a comunidade, também sofreu grandes impactos, limitando as oportunidades de inovação e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Outra consequência dos cortes foi a drástica redução, tanto no número, quanto no valor das bolsas de Assistência Estudantil, que são auxílios projetados para mitigar os altos índices de evasão, retenção e baixo desempenho acadêmico, frequentemente causados pela insuficiência de condições financeiras dos estudantes. (Melillo, 2023)

No gráfico 03 abaixo, elaborado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), podem ser verificados os valores orçamentários anuais que foram propostos conforme a necessidade da Rede, comparados com os valores efetivamente aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA), de 2012 a 2021, pelo Ministério da Educação. Observa-se com clareza, ao analisar os dados, uma diferença considerável entre o que era necessário e o que foi efetivamente disponibilizado.

Gráfico 3 - Valor matriz proposta versus valor homologado em bilhões (2012-2021)



Fonte: CONIF, 2021.

O gráfico acima aponta um crescimento contínuo nas verbas até 2015. Em 2012, os recursos eram de 1,71 bilhões, atingindo um pico de 2,81 bilhões em 2015. Porém, a partir desse ponto, houve uma reversão na tendência de crescimento, iniciando um processo de redução dos recursos. Em 2016, os valores caíram para 2,55 bilhões e continuaram a diminuir até alcançar 1,99 bilhões em 2021. Para o exercício atual, o valor proposto foi de 4,95 bilhões, o que representa apenas 40% do montante considerado essencial para a manutenção das atividades da Rede. (Silvestre *et al.*, 2022).

No exercício de 2016, questões como a Reforma do Ensino Médio e a tramitação da Emenda Constitucional nº 95/2016 nas esferas legislativas, que estabelece limites de gastos do governo federal, baseados no orçamento de 2017 para a educação, corrigidos pela inflação por um período de até 20 anos, indicavam os cenários de dificuldades que seriam enfrentados pelas Instituições da Rede Federal nos anos subsequentes (Brasil, 2016).

A proposta orçamentária elaborada em 2016 para 2017 já refletia essas dificuldades, demonstrando os primeiros sinais das restrições financeiras que impactariam o funcionamento das instituições de ensino.

O gráfico 03 também revela uma significativa redução acumulada nos valores aprovados, ano após ano, desde 2015, o que indica uma mudança nas prioridades das políticas públicas em relação à educação profissional. Esta redução no financiamento impacta diretamente a capacidade de oferecer uma educação de qualidade, mostrando as dificuldades enfrentadas para a manutenção e desenvolvimento dos serviços básicos e projetos da Rede Federal.

Chauí (1999), ao analisar a destinação dos recursos à esfera educacional, enfatiza a necessidade de uma correta aplicação dos valores provenientes do fundo público, por se tratar de um grande esforço que envolve a luta democrática pela qualidade do ensino, boa formação dos professores e alunos, ampliação da rede pública escolar, salários dignos para professores e funcionários e gratuidade da universidade pública.

Ainda, segundo a autora, embora essas lutas não sejam lideradas por um pequeno grupo ruidoso, nem por lobistas ou corporativistas que defendem seus próprios interesses, elas são lideradas por indivíduos que travam uma luta democrática pela utilização eficiente e justa dos fundos públicos. Essas causas garantem que os recursos sejam direcionados para a melhoria e expansão do sistema educacional público, ao mesmo tempo em que promovem uma educação gratuita, acessível e de qualidade para todos. (Chauí,1999).

Foi indagado aos entrevistados qual era a relevância de se preservar a história de uma instituição educacional, e em relação a esse tema foram obtidas as seguintes narrativas:

É muito importante o registro, pois diz respeito à própria história do lugar, das pessoas que passaram por lá. [...] É uma história do bairro onde estamos inseridos, é uma história da nossa cidade. É a história de várias e várias gerações que nunca deve se perder. (E1)

Nas palavras do entrevistado 2, preservar a história de diversas gerações é essencial, pois possibilita à comunidade acadêmica entender seu passado e planejar melhor o futuro: *“Um povo que não conhece seu passado não consegue traçar o seu futuro. Nos possibilita rever os erros do passado e evitar cometê-los novamente.” (E2)*

De acordo com o entrevistado 3, o conhecimento histórico fornece uma base sólida para enfrentar e resolver problemas futuros, despertando sentimentos de perseverança e resiliência diante das adversidades: *“Muito importante, pois através das histórias e memórias a gente conhece o que aconteceu no passado e diante das dificuldades que possam vir a aparecer a gente consegue traçar um caminho para a resolução de problemas.” (E3)*

Observamos que a percepção dos participantes a respeito da importância em se preservar as histórias e memórias vai de encontro de apontamentos de autores no referencial teórico utilizado na pesquisa. O historiador Jacques Le Goff (1996) afirma

que a história não se resume a uma sequência de eventos, constituindo-se como um campo dinâmico, pois a interpretação e a representação do passado têm grande importância para a compreensão de quem somos. Dessa forma, a memória histórica é fundamental para a identidade cultural e social de grupos sociais, bem como de um povo.

Para Ribeiro (2011) a preservação e disseminação das história e memórias de uma instituição são de extrema importância, pois permitem dar visibilidade à trajetória da escola no tempo e espaço, ou seja, as especificidades e contribuições únicas que foram cultivadas naquele ambiente.

Preservar a memória institucional não consiste em apenas reviver o passado. Significa ter conhecimento das diferenças e das limitações que definiram cada era. É um alicerce para o presente e um esboço do futuro. É descobrir valores inerentes e reconstruir laços. A manutenção da memória institucional é vital para manter a instituição viva e fortalecida em suas bases. Neste sentido é fundamental manter registro de fotografias, documentos, objetos e organizar eventos passados de maneira sistemática, mas, acima de tudo, compreender o que eles nos mostram.

Vale ressaltar que, neste estágio da análise, foi possível observar que, ao comentarem sobre a afirmação da importância de se registrarem as histórias e memórias, os entrevistados compartilharam muitas informações sobre suas próprias experiências, ficando evidente que as memórias de suas vivências na instituição estavam presentes em suas narrativas.

As lembranças daqueles que participaram desse marco histórico fazem parte de um processo dinâmico, envolvendo vivências e práticas sociais que constituem a memória da organização. O senso de pertencimento e a construção da identidade surgem coletivamente daqueles que, de diferentes formas, compartilham o mesmo ambiente e se empenham em preservar e manter viva a história por meio de suas memórias.

Ainda, tal percepção fortaleceu a decisão de se utilizar a história oral como método de coleta de dados, em decorrência da natureza subjetiva da análise pretendida. Esse recurso foi uma abordagem metodológica apropriada, pois, ao ser aplicado de forma estruturada, possibilitou que as vozes de nossos entrevistados fossem ouvidas, proporcionando um espaço para que suas experiências e percepções sejam valorizadas e reconhecidas, permitindo também capturar narrativas memoriais que são essenciais para entender as particularidades da Educação Profissional e

Tecnológica (EPT) no contexto da implantação do IFMG campus Conselheiro Lafaiete. Assim, tal percepção vem ao encontro do que defende Meihy (2002, p.510), para quem “A história oral se apresenta como forma de captação de experiência de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas os contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento”.

Foi perguntado a cada um dos participantes como eles viam o legado deixado pela instituição que existia antes da implantação do *campus* e, nesse questionamento, foram obtidos os seguintes relatos:

Deixaram um legado muito importante na cidade e no campus, temos um profundo respeito pela história da associação. (E1)

Eu acho que a cidade não entende a dimensão do tamanho da história dos Padres e do trabalho desenvolvido por eles... Foi um trabalho desbravador merece ser disseminado. (E2)

A partir das narrativas acima descritas, observamos que os entrevistados têm consciência do trabalho social e educacional desenvolvido pela instituição anterior e sua relevância na cidade. A Escola Técnica ‘Os Padres do Trabalho’ deixou um legado extremamente significativo não só para a cidade, mas também para a instituição atual e para as pessoas, uma vez que já se percebia a dimensão da importância de uma escola técnica de qualidade na formação da juventude da região, marcando, de forma indelével, a história local.

Na narrativa do E1, evidencia-se o respeito e a valorização do legado deixado pela Escola Técnica ‘Os Padres do Trabalho’, mostrando que o trabalho educacional desenvolvido pela instituição pode ser visto como um pilar fundamental na formação de indivíduos críticos e participativos na sociedade. Na fala do entrevistado E2 é enfatizada a necessidade de maior disseminação e reconhecimento do legado dos Padres da Associação, especialmente porque o impacto do trabalho formativo realizado por eles ainda hoje não foi compreendido e valorizado pela comunidade local, segundo a compreensão do entrevistado, o que o leva a afirmar a necessidade de divulgação do trabalho daqueles sujeitos, pioneiro – desbravador – no município.

Em ambas as narrativas, evidencia-se que o legado da instituição é algo que transcende o tempo, moldando o presente e o futuro. Nesse contexto, é entendida a importância de se documentar, preservar, registrar e compartilhar a história da instituição, inferindo que, a partir do conhecer e compreender essa história, seja

possível que seu legado continue a influenciar e inspirar as próximas gerações.

Para Freire (1987), somos seres históricos em constante desenvolvimento e devemos usar a nossa compreensão do passado como ferramenta para construirmos um futuro melhor.

Daí que corresponda à condição dos homens como seres históricos e à sua historicidade. Daí que se identifique com eles como seres mais além de si mesmos – como “projetos” – como seres que caminham para frente, que olham para frente; como seres a quem o imobilismo ameaça de morte; para quem o olhar para trás não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar, mas um modo de melhor conhecer o que está sendo, para melhor construir o futuro (Freire, 1987, p.47).

Na pergunta sobre quais sentimentos poderiam ser despertados na comunidade acadêmica ao terem acesso às memórias de uma instituição, os respondentes demonstraram, em suas falas, sentimentos de identidade e pertencimento em relação à ela:

Quando você entra nessas instituições centenárias, no colégio que eu estudei, por exemplo, a gente entrava nos corredores tinha uns quadros de formandos, e tinha aqueles que eram uns retratinhos assim, que formavam uma figura, e eu passava naqueles corredores e a gente sentia aquela energia de uma coisa que já existia muito antes da gente. [...] Quando você vê ali talvez uma foto sua, te dá o senso de pertencimento àquele lugar... [...]Aí eu achei a foto da minha mãe... aí isso me remetia a um outro sentimento...identificação com o lugar, é isso. (E1)

No processo de memorização, a memória se estabelece como um elemento determinante na construção da identidade pessoal e coletiva, conferindo ao lugar um significado relevante e intimamente ligado à experiência humana. A memória não é apenas uma questão de pertencimento individual a um espaço específico, mas sim de pertencimento ao grupo que compartilha esse espaço.

Borges (2013) argumenta que a memória é moldada pela conexão do grupo com o ambiente em que viveu, trabalhou e se relacionou, e não apenas pela presença física de um indivíduo nesse espaço. Assim, a memorização e a afetividade associadas ao lugar são fundamentais para a construção de uma identidade comum, refletindo como o espaço se torna parte integrante da história e das experiências coletivas. Esse processo de atribuição de sentido ao lugar é essencial para a formação e a manutenção da identidade, permitindo que os indivíduos se relacionem e interajam com o mundo ao seu redor, moldando e sendo moldados pela história compartilhada.

A memória pode ser compreendida como a construção resultante da acumulação das experiências vividas pelo ser humano em um determinado espaço. À

medida que essas experiências se acumulam, elas são lembradas pelos indivíduos e evocam, de maneira intrínseca, um sentimento profundo associado ao lugar em questão. Assim, a memória não é apenas um registro de eventos passados, mas também uma construção emocional que conecta o indivíduo ao espaço onde essas experiências ocorreram, conforme podemos verificar na narrativa do entrevistado 5:

Olha comecei a trabalhar aqui no início da implantação e o fato de você começar junto com a instituição, conhecer e escrever junto essa história te dá um sentimento de pertencimento, um sentimento de que você está ajudando a construir uma instituição, como um pai de uma criança que está nascendo agora... (E5).

Nesse contexto, observou-se que a identidade está intrinsecamente ligada à forma como cada pessoa se percebe e se reconhece, envolvendo sua história, características pessoais, crenças e valores. Ela é moldada por influências como cultura, sociedade, ambiente familiar, e outros aspectos que compõem o contexto individual de cada um.

Para Barbosa (2013), o ato de acessar e interagir com as memórias faz com que os indivíduos possam redescobrir sua identidade, encontrar seus pontos de referência e construir vínculos sociais. Isso significa que, ao se conectar com lembranças coletivas ou pessoais, as pessoas conseguem compreender melhor quem são e de onde vieram, criando uma ligação mais profunda com suas origens e história.

Quando perguntado aos entrevistados se existia algum projeto ou iniciativa próprios da instituição para documentar e preservar sua história e memórias, eles destacaram a inexistência de qualquer trabalho desenvolvido com este objetivo, e reconheceram a importância de se registrar, disseminar e preservar a história da instituição. Assim, segundo a opinião dos participantes,

Existe um projeto [...] na reitoria, mas aqui não vejo esse cuidado. [...] Então... a organização do acervo em um só lugar, quer dizer, fica muito mais fácil pesquisar e preservar, não é? (E1).

O IFMG apresentou um projeto nesse sentido, mas isso precisa ser desengavetado. Me lembro também de um trabalho que foi desenvolvido pela Viviane, pelo Carlos, em 2019. Ali que eu tive a dimensão real do legado desses Pais, dessa Associação pra Lafaiete. (E2).

[...] Que eu conheça somente o seu trabalho que está sendo desenvolvido agora... um projeto estruturado, assim dessa forma nunca houve. (E3).

O entendimento do E1 vai ao encontro da visão de Magalhães (2004), que aponta

que os historiadores enfrentam muitos desafios quando lidam com a falta de um arquivo organizado, a dispersão de documentos em vários locais e as condições precárias de conservação.

Em consonância a esse entendimento, Saviani (2013) afirma que

O trabalho de organização de acervos é decisivo e de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa. Na medida em que pudermos contar com um número crescente de instituições de memória com acervos documentais adequadamente organizados e dotados de instrumentos que facilitem e agilizem o acesso às fontes, o trabalho dos pesquisadores será grandemente facilitado, com impacto significativo na qualidade das pesquisas também na sua quantidade, uma vez que, nessas condições, o tempo de busca e de manipulação das fontes será fortemente reduzido (Saviani, 2013, p. 15).

As narrativas dos entrevistados em relação à inexistência de informações sistematizadas sobre o acervo memorialístico da instituição, bem como a falta de uma política de incentivo à salvaguarda desse material, corroboram a percepção da pesquisadora, explicitada no capítulo da introdução desta pesquisa, e reforçam a relevância de desenvolver pesquisas voltadas para este tema.

Preservar as memórias de uma instituição ajuda a manter a continuidade de sua identidade ao longo do tempo. As memórias refletem os princípios, conquistas e desafios enfrentados, criando uma narrativa que conecta o passado ao presente, orientando para futuras decisões. Sem esse registro, uma instituição corre o risco de perder o sentido de quem é, de onde veio e para onde deseja ir. Ao disseminar suas histórias e memórias, uma instituição fortalece sua identidade, valoriza sua trajetória e inspira a continuidade de sua missão ao longo do tempo.

Gonçalves Neto e Carvalho (2020, p. 54-55) destacam aspectos fundamentais a serem considerados em pesquisas que envolvem instituições escolares, sublinhando a importância de se atentar à história, trajetória e às pessoas que compõem esse ambiente. “Essas perspectivas não apenas nos oferecem uma compreensão mais profunda sobre as instituições escolares, mas também revelam como essas dimensões se entrelaçam para formar a identidade dessas organizações ao longo do tempo”.

De fato, a memória desempenha um papel crucial na construção da identidade, seja individual ou coletiva. Não é um mero arquivo intacto de eventos pretéritos, mas antes um processo ativamente formador que ajuda a construir nossa compreensão de quem somos, em que época e contexto. A memória de si mesmo é essencial para a autoconsciência; é como uma pessoa percebe suas continuidades e mudanças ao

longo do tempo.”(Barbosa, 2013).

Como admite o autor, a memória própria é uma ferramenta que ajuda o indivíduo a situar suas experiências em uma dimensão espacial e temporal, assim atribuindo significado e formando a experiência do mundo social circundante. Essa relação entre memória e identidade é dialética, com as duas dimensões sempre afetando uma à outra: enquanto a identidade escolhe como organizar suas memórias, a memória forma a identidade. Afirma, ainda, que, “ao acessar e interagir com as memórias, os sujeitos podem (re)descobrir sua identidade, seus pontos de referência e construir vínculos sociais.” (Barbosa, 2013, p.5).

A história de uma instituição escolar, por exemplo, é carregada de significados que vão além dos registros documentais, pois ela reflete a evolução das práticas pedagógicas, as transformações sociais e políticas que impactaram a educação e os desafios enfrentados pela comunidade escolar. Nesse sentido, estudar a história de uma escola é essencial para entender as raízes das práticas atuais e a cultura institucional.

Para Tavares *et al.* (2024)

Os estudos das instituições escolares são fundamentais no entendimento dos processos de organização e funcionamento da vida social, assinalam, em nível macro, o modo como os indivíduos são educados e formados para viverem em sociedade. Reduzindo a escala de observação, esses estudos e aprofundamento sobre as instituições escolares se fazem necessários também no sentido de explicar a sua sociogênese, percorrer sua história no campo da educação, conhecer sua identidade institucional, perceber seu desenvolvimento e transformação, mostrar os sujeitos do processo educacional, os projetos, as propostas pedagógicas, a própria materialidade e organização do espaço escolar, em suma, esquadrihar desde o seu ambiente interior às conexões que estabelece com o seu entorno, com a sociedade. (Tavares *et al.*, 2024 p.87).

Além disso, a trajetória das instituições escolares, ou seja, o percurso que fora trilhado ao longo do tempo, torna-se uma ferramenta importante para compreensão das mudanças nas dinâmicas internas, nas políticas educacionais adotadas e nas adaptações feitas em resposta às necessidades da sociedade. Essa trajetória pode revelar momentos de crise, inovação e renovação, aspectos que moldaram a escola tal como é conhecida atualmente.

Conforme pondera Sanfelice (2004) explorar uma instituição escolar com o olhar de um historiador é como viajar no tempo, desvendando suas origens, suas mudanças arquitetônicas e o que elas revelam. Mas essa jornada vai além das paredes: envolve entender quem foram as pessoas que viveram ali – professores,

gestores, alunos, técnicos – e as práticas pedagógicas que moldaram o dia a dia da escola. Também é sobre observar como o espaço físico e o mobiliário escolar se transformaram.

Por fim, a comunidade escolar desempenha um papel central na constituição dessas instituições. As interações sociais que ocorrem dentro do ambiente escolar são fundamentais para a formação da identidade coletiva e individual, influenciando diretamente o clima escolar, o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento dos valores e normas que regem a vida escolar.

Aos participantes da pesquisa também foi perguntado qual era a sua opinião sobre a criação de um memorial virtual para registrar a história e memórias do Instituto. As respostas dos entrevistados podem ser verificadas a seguir:

Acho maravilhosa a ideia de criar um memorial virtual do campus, facilita demais para você buscar informações sobre a instituição. (E1).

Acho ótima a ideia de se criar um memorial, acho importantíssimo fazer parte dessa escola que hoje é o IFMG, mas que no passado era a Escola Técnica Os Padres do Trabalho uma reconhecida instituição escolar de nossa cidade. Acho importante também porque o registro da história da instituição facilitará muito a compreensão das origens da instituição e como ela se transformou com o passar do tempo. (E4).

Para o entrevistado 2, manter as histórias e memórias do *campus* organizadas em um único local é muito importante pois,

Eu percebo que a sociedade de Lafaiete ainda não tem noção do que é o IFMG, do que ele representa pra uma comunidade, e eu acho também que eles não têm a dimensão do tamanho da história dos Padres e do trabalho desenvolvido por ele. [...] foi um trabalho desbravador e merece ser disseminado. (E2)

A partir da análise dos comentários dos participantes da pesquisa, pode-se observar quão importante é desenvolver trabalhos e projetos voltados para o tema memórias. Registrar e preservar a história da instituição permite que futuras gerações compreendam e valorizem o seu legado e de seus antecessores, promovendo um senso de continuidade e respeito pelo passado, além de fornecer uma base rica para pesquisas acadêmicas e estudos históricos, facilitando a produção de conhecimento e a disseminação de informações sobre a instituição.

A difusão do conhecimento sobre a história da instituição permite não apenas o compartilhamento de experiências e saberes, mas também assegura que cada indivíduo desenvolva um senso de pertencimento e identidade com o coletivo. Além

disso, a memória institucional, ao ser preservada e transmitida, atua como um elo entre passado, presente e futuro, consolidando os valores e a cultura organizacional, e garantindo que as novas gerações compreendam e deem continuidade aos propósitos da instituição.

Para Maricato (2006, p. 126), “analisar a trajetória de uma organização ao longo do tempo, possibilita identificar a relevância dos eventos históricos, as respostas às mudanças, as estruturas de liderança e o perfil que a instituição vai adquirindo”. Esses elementos, por sua vez, moldam a própria identidade da organização, refletindo-se em sua cultura e modo de ser.

Diante disso, percebeu-se que recuperar a memória institucional vai além de um simples registro, sendo uma ferramenta valiosa para embasar decisões estratégicas. Esse processo contribui para a geração de conhecimento e para a construção da identidade organizacional, o que reforça a importância de um planejamento contínuo e adequado, voltado à preservação e fortalecimento da cultura institucional.

O memorial virtual, nesse caso, apresenta-se como uma ferramenta estratégica na produção de informações sistemáticas sobre determinada instituição, por meio da identificação e organização de documentos, reportagens, livros, fotografias, depoimentos, vídeos, depoimentos orais e outros materiais que refletem sua memória.

As fontes da memória institucional, muitas vezes dispersas, fragmentadas e em risco de extinção, em tempo e espaço tornam-se significativas, ao serem preservadas e acessíveis nos repositórios dos memoriais, pois eles disseminam e democratizam o conhecimento e oferecem recursos valiosos a pesquisadores e demais pessoas interessadas, seja na cultura escolar, na história da própria instituição ou em compreender a gênese da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Trata-se, nesse sentido, da ‘abertura dos portões’ da instituição para a apreciação de um vasto público.

Nesse sentido, o entrevistado E2 complementa sua fala:

Acho muito importante o registro da história do campus. Nós temos uma história pequena que se iniciou a partir da implantação, mas herdamos um legado imenso para trás. (E2). (grifo nosso).

Mais uma vez, é observado, na fala dos entrevistados, a importância do legado de uma instituição. Um legado positivo de uma instituição educacional se manifesta

na qualidade de educação que proporciona, nos valores que promove, nos cidadãos que forma. Quando uma escola é respeitada por sua história, isso reflete o impacto positivo que ela teve na vida de seus alunos, no desenvolvimento da comunidade local e na perpetuação do conhecimento e dos princípios que a instituição viabiliza.

Outro questionamento feito aos entrevistados se referia a que tipos de conteúdo eles acreditavam que deveriam ser incluídos no memorial virtual da instituição.

O respondente E5 destacou a importância de constar, no memorial, o registro fotográfico da cerimônia de assinatura do Contrato de Comodato entre a Associação e o IFMG-CL que ocorreu em 2014, pois acredita ter sido um marco importante na história da instituição.

Eu lembro, nesse processo, quando eu já estava aqui no Pronatec, em 2014, foi quando o Reginaldo Lopes veio fazer a cessão aqui. Vieram vários convidados, o Castanheira estava aqui, o Reitor estava aqui. Aconteceu no auditório, a cessão do espaço que era da prefeitura naquela época. Então, esse momento da cessão... Eu me lembro que eu vim aqui... E aí, naquele dia, em 2014, quando foi assinado, eu falei... nossa, saiu efetivamente. [...] Porque a gente estava trabalhando muito para isso acontecer. (E5).

Já para o entrevistado E1, seria importante registrar os eventos ocorridos e obras feitas na estrutura do campus:

Ah, de repente, essa questão dos formandos, talvez fosse uma ideia bacana, fazer, às vezes, por temática, Semana de Ciência e Tecnologia, e acredito que seria legal também colocar fotos de registro das mudanças na estrutura do campus. (E1).

Também E2 complementa a ideia narrada por E1, dizendo que, além dos eventos, deveria haver também o registro das pessoas pois elas são a essência de qualquer instituição: *[...]o importante são as pessoas, essas que um dia fizeram parte e as que hoje fazem parte da história da instituição. (E2).*

Analisando as narrativas apresentadas, foi possível identificar elementos importantes que devem constar no memorial virtual do IFMG Campus Conselheiro Lafaiete, para registrar e preservar as histórias e memórias da instituição.

Um memorial virtual bem projetado deve ser composto por uma variedade de materiais. As narrativas nos forneceram uma base sólida para incluir momentos significativos ocorridos no *campus*, tais como mudanças na estrutura e eventos realizados, além de contribuições das pessoas que fazem parte da instituição.

Com base nas informações coletadas através das narrativas dos entrevistados foi possível perceber que, documentar a história de uma instituição, é vital para que

futuras gerações conheçam, valorizem e respeitem o legado deixado. A preservação da memória institucional permite que todos os envolvidos, servidores, alunos, ex-alunos e toda a comunidade acadêmica compreendam sua importância na história da instituição que está sendo registrada. A partir da disseminação de suas histórias, a instituição demonstra a toda comunidade que está cumprindo seu papel educacional e social. Assim, a preservação histórica e sua disseminação são vistas como extremamente importantes pelos entrevistados, destacando a necessidade contínua de registrar e preservar o legado institucional.

8 ELABORAÇÃO DO MEMORIAL VIRTUAL

Com base nos levantamentos coletados por meio das entrevistas, e que representaram a fase de diagnóstico para a criação e implementação do Produto Educacional, foi desenvolvido o Memorial Virtual do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete, como resultado prático deste estudo.

A ideia secundária da instituição a partir da criação do Produto Educacional é utilizar o Memorial Virtual como um protótipo para a criação de um museu físico a ser desenvolvido futuramente, em formato de projeto, idealizado pelo professor de História do *campus*, juntamente com os discentes.

A concepção do Memorial Virtual alinha-se aos princípios fundamentais desta pesquisa, sendo este entendido como um instrumento que possa contribuir para a consolidação da missão da instituição, considerando que a preservação e a divulgação da história institucional são fundamentais para promover a valorização da trajetória da Instituição, inferindo que o conhecimento e a compreensão das histórias e memórias do IFMG-CL possuem a capacidade de despertar o senso de pertencimento em toda comunidade acadêmica e local.

8.1 Aplicação e avaliação do Memorial Virtual do IFMG-CL

O Memorial Virtual do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete, Produto Educacional desta pesquisa, disponibiliza, em formato digital, um conjunto de objetos culturais, materiais e imateriais, herdados da instituição que o precedeu, bem como o acervo do próprio instituto. Esse lugar de memórias é entendido também como um espaço não formal de educação, através do qual se pode ter acesso a toda a história que antecede e permeia a implantação do *campus*, possibilitando, assim, o conhecimento e a compreensão dessa memória institucional.

Após a proposta de organização de todo o acervo, conforme a metodologia anteriormente apresentada, foram definidos os espaços de navegação do Memorial, que serão apresentados a seguir.

Na página inicial do Memorial Virtual do *Campus* Conselheiro Lafaiete está contida a foto da fachada da instituição, com aplicação de filtro na cor verde, que é uma das cores que compõem a identidade visual dos IF's, a qual expressa a harmonia

e a integração em rede, além do compromisso com a ecologia e o meio ambiente⁵¹. Logo abaixo é apresentada a identificação do *campus* na cor preta, contendo a frase “Conhecer para reconhecer”, fazendo um convite ao visitante para adentrar-se nas histórias e memórias da instituição; na sequência, há uma linha na cor vermelha, que também é uma das cores que fazem parte da marca IFMG, a qual representa o pensamento expresso, forte e com energia.

Figura 45 - Página Inicial do Memorial Virtual campus Conselheiro Lafaiete



Fonte: Memorial Virtual, 2024.

Logo após a página principal aparecem os menus de pesquisa conforme os temas de navegação propostos.

⁵¹Fonte: <https://www.ifmg.edu.br/portal/comunicacao/manual-id-compressed.pdf>. Manual de

Identidade visual IFMG. Acesso em 29/07/24.

Figura 46 - Opções de navegação por meio de temas



Fonte: Memorial Virtual, 2024.

Ao clicar em cada um dos menus o visitante será direcionado às diversas informações sobre o projeto tais como dados sobre a criação da instituição, eventos, diretores dentre outros.

No primeiro menu foi adicionado um texto descritivo sobre o Memorial Virtual IFMG campus Conselheiro Lafaiete.

Figura 47 - Imagem do texto descritivo sobre o Memorial Virtual IFMG campus Conselheiro Lafaiete



Sobre

O Memorial do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) *campus* Conselheiro Lafaiete representa um marco significativo no resgate e preservação das memórias e histórias da instituição. Este projeto emergiu a partir de uma pesquisa realizada no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT que teve como propósito pesquisar, explorar e documentar a trajetória do campus. A iniciativa busca não apenas registrar o passado, mas também construir uma ponte para o futuro, permitindo que as gerações futuras conheçam, reconheçam e valorizem a história do IFMG campus Conselheiro Lafaiete.

LILIANE CARDOSO DA SILVA
 ORIENTADORA: GISELIA MARIA CAMPOS RIBEIRO
 EDITOR DE CONTEÚDO: MÁRCIO CARLOS PIRES

INSTITUTO FEDERAL
 Minas Gerais
 Campus Avançado Conselheiro Lafaiete

« Anterior

Próximo: Épocas »

Fonte: Memorial Virtual, 2024.

O texto representado na figura acima visa apresentar o objetivo de criação do Memorial Virtual do IFMG campus Conselheiro Lafaiete.

O visitante tem a opção de retornar ao menu principal ou clicar no link épocas no canto inferior direito da tela para ser direcionado ao próximo submenu.

Na opção Épocas o visitante poderá conhecer um pouco mais sobre a fundação da Congregação na Bélgica e no Brasil conforme figuras apresentadas abaixo.

Figura 48 - Opção de navegação - Épocas

Épocas
A ASSOCIAÇÃO NO BRASIL

Joseph Cornelius Marie De Man, comumente conhecido como Padre de Man, foi um dos religiosos que anos depois da fundação da Associação na Bélgica, atuava nas missões dos Padre Operários. Padre De Man em uma viagem missionária a caminho do Chile, encontrou-se ocasionalmente com Dr. Joseph Hein, diretor da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira e este o convidou a vir para o Brasil trabalhar nas obras de promoção social do Rio Doce.

Padre De Man aceitou o convite e desembarcou no Brasil em 29 de outubro de 1963, se instalando na cidade de Marliéria, no Estado de Minas Gerais, onde participou de movimentos sociais, principalmente através do Movimento de Educação de Base (MEB) ligado ao Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), atuando nas zonas rurais promovendo a alfabetização e a promoção social dos trabalhadores. Em dezembro de 1963 mudou-se para a cidade de Coronel Fabriciano e fundou ali a "Associação dos Padres do Trabalho".



PADRE DE MAN
1927-1981

Épocas
ONDE TUDO COMEÇOU...

Em 21 de novembro de 1894, foi fundada na Bélgica a Congregação dos Missionários dos Operários 'Os Padres do Trabalho'.

A iniciativa de criação da Associação partiu do Padre Teófilo Reyn, que, ao perceber a necessidade de se dedicar ao serviço do mundo operário e enfrentar os desafios sociais, religiosos e políticos da época, procurou o bispo de Liège, Dom Doutreloux e expôs seu desejo de aproximar-se dos operários, compreender com exatidão quais eram seus direitos, ajudá-los na organização de suas obras sindicais dentre outras iniciativas.

Com a aprovação e apoio do bispo, a Congregação foi estabelecida com o propósito de apoiar os trabalhadores, organizá-los sindicalmente e fortalecer sua fé e vida cristã. A criação da Associação foi utilizada pelo Padre Reyn como instrumento para concretizar seu sonho apostólico dedicando sua vida a serviço da classe operária,



Pe Teófilo Reyn, MO

FUNDADOR E PRIMEIRO SUPERIOR GERAL
MISSIONÁRIOS DOS OPERÁRIOS, "OS PADRES DO TRABALHO"
* 08/03/1860
+ 08/03/1941


"Tenho compaixão desse povo"

PADRE TEÓFILO REYN
1860-1941

Fonte: Memorial Virtual, 2024.

A página possui vários links que dão acesso a documentos que tratam da criação da instituição bem como outras informações pertinentes.

Para ler a história completa - [CLIQUE AQUI](#) - Fonte: Site "euamoipatinga com br"



08 de Março: Aniversário de Nascimento e Falecimento de Pe Teófilo Reyn - [CLIQUE AQUI](#)

Congregação dos Missionários dos Operários "Os Padres do Trabalho" - [CLIQUE AQUI](#)

Livro de Registro de Funcionários - Ano 1975 - [CLIQUE AQUI](#)

Em 1978, a Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete realiza a doação de um terreno no Bairro Campo Alegre à Associação "Os Padres do Trabalho" para a construção de uma creche e também a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Conselheiro Lafaiete. Tal informação encontra-se publicada na página 6 do Jornal "O Processo" - [CLIQUE AQUI](#)

No ano de 2013, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais declara pública, por meio do Projeto de Lei nº 4.815/2013 a Associação "Os Padres do Trabalho", com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

PROJETO DE LEI Nº 4.815/2013 - [CLIQUE AQUI](#)

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.815/2013 - [CLIQUE AQUI](#)

Fonte: Memorial Virtual, 2024.

Clicando no Menu Histórias o visitante terá acesso a várias informações e fontes sobre a história de criação da Associação e da Escola Técnica Municipal Os Padres do Trabalho na Cidade de Conselheiro Lafaiete, acompanhadas do acervo disponibilizado.

Histórias - Associação Os Padres do Trabalho 1966-1982



Padre Lambert Nobem um dos principais representantes dos Padres Missionários Operários Belgas na cidade de Conselheiro Lafaiete fundou em junho de 1966, com o apoio do Padre de Man a **Associação Os Padres do Trabalho**, concebida nos mesmos moldes da congregação estabelecida na cidade de Coronel Fabriciano. Tendo como principal objetivo dar apoio humanista aos trabalhadores que vinham de outras cidades ou Estados, a associação disponibilizava-lhes gratuitamente alojamento enquanto estivessem a serviço nas indústrias da região. Com vistas a proporcionar à população de baixa renda qualificação para o mercado de trabalho a Associação passou a ofertar cursos profissionalizantes de soldador elétrico, desenho mecânico, ajustador e torneiro mecânico, eletricitista, corte e costura dentre outros.

Escola Técnica Os Padres do Trabalho 1982- 1990

Com a expansão industrial na região o mercado de trabalho apresentou uma carência por mão de obra especializada. Atentos a isso os Padres do Trabalho fundaram em 1982 a Escola Técnica Os Padres do Trabalho visando suprir essa demanda mercadológica, ministrando cursos técnicos em Mecânica e Eletrotécnica além da qualificação em soldador elétrico, proporcionando às empresas trabalhadores qualificados necessários ao bom desempenho das atividades, ampliando também as oportunidades educacionais dos jovens e adultos.



A construção...





Logo abaixo na página contém links que direcionam a várias outras informações importantes sobre a instituição, assim como fotos antigas da construção do prédio administrativo, das salas de aulas e dos galpões onde funcionam os laboratórios de Mecânica e Eletrotécnica, possibilitando assim ao visitante uma viagem no tempo.

Um detalhe interessante é o "[Emblema da Universidade do Trabalho](#)" instalado no topo do [Colégio Padre de Man](#) que também aparece nos pilares, conforma fotos abaixo, da construção da **Escola Técnica Municipal "Os Padres do Trabalho"** em Conselheiro Lafaiete.

 [Fotos da Construção - CLIQUE AQUI](#)

Em 1971 entrou em funcionamento o Centro de Preparação Intensiva de Mão de Obra na cidade de Lafaiete ofertando cursos na área de Eletrotécnica e Mecânica.

Em 1975, o jornal "**O Processo**" publicou na página 1/capa uma informação que Conselheiro Lafaiete ganhou uma oficina para o ensino de eletrotécnica e rolamento de motores, doada com recursos vindos dos Padres da Bélgica. Subentende-se a partir da informação contida na reportagem que esse maquinário seria para a criação da oficina da **Escola Técnica Municipal "Padres do Trabalho"** -  [CLIQUE AQUI](#)

Em 1990 a **Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete** e a **Associação "Os Padres do Trabalho"** transferiram para o município a titularidade de mantenedora da escola técnica, conforme documentos anexo -  [CLIQUE AQUI](#)

A **Escola Técnica Municipal "Os Padres do Trabalho"** iniciou suas atividades acadêmicas na cidade de Conselheiro Lafaiete em 1991, ofertando os cursos subsequentes em Eletrotécnica e Mecânica na modalidade presencial.

Mais abaixo na página é explorada a história de implantação do IFMG campus Conselheiro Lafaiete, datada de 2014, contendo além de fotos, documentos diversos, informações sobre a infraestrutura do campus, obras realizadas, etc

IFMG - Conselheiro Lafaiete 2014 - Hoje


A Lei nº 11.892 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Campus Avançado de Conselheiro Lafaiete, uma das 18 unidades do IFMG, foi implantado em 2014 em um imóvel cedido por contrato de comodato com a Associação Os Padres do Trabalho. O IFMG oferece cursos Técnicos Integrados e Subsequentes em Eletrotécnica e Mecânica, além de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).



Fonte: Memorial Virtual, 2024.

UPI! Em agosto de 2014 foi celebrado um contrato de comodato entre o IFMG e a entidade religiosa **"Associação Os Padres do Trabalho"** de um imóvel localizado no Bairro São Dimas para a criação do **Campus Conselheiro Lafaiete** pertencente a rede do IFMG. Neste imóvel funcionava a **Escola Técnica Municipal "Os Padres do Trabalho"** até então considerada uma das melhores escolas técnicas da região. Seu objetivo era formar técnicos capacitados, por meio de estrutura física adequada aos cursos de mecânica, eletrotécnica e eletrônica com laboratórios, biblioteca e salas de aula.


Com a inauguração do campus do IFMG, a cidade de Conselheiro Lafaiete iniciou em 2015 um novo ciclo na educação técnica objetivando a formação de jovens e adultos para a vida e para o mundo do trabalho.

 **Conversa com Andréa de Souza dos Santos sobre a implantação do Campus do IFMG na cidade de Conselheiro Lafaiete - [CLIQUE AQUI](#)**

Em junho de 2014 a **Prefeitura de Conselheiro Lafaiete** em parceria com a **Associação "Os Padres do Trabalho"** assinou o termo de implantação do campus do **Instituto Federal de Minas Gerais** no município - [CLIQUE AQUI](#)

O Campus teve sua autorização de funcionamento em **21/01/2015 - PORTARIA Nº 27 - [CLIQUE AQUI](#)**.

 **No ano de 2018 foram gravadas algumas imagens do campus IFMG - Campus Conselheiro Lafaiete - [CLIQUE AQUI](#)**


 **No ano de 2019 foi publicado a primeira edição do Jornal InfoHistória destacando os 50 anos de história da Associação "Os padres do trabalho" em Conselheiro Lafaiete até a implantação do Campus do IFMG - [CLIQUE AQUI](#)**

No dia 17 de fevereiro de 2020, o Prefeito de Conselheiro Lafaiete no uso de suas atribuições publicou o **Decreto nº 567** que oficializou o encerramento das atividades da **Escola Técnica Municipal "Os padres do trabalho"**.

 **DECRETO Nº 567, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020 - [CLIQUE AQUI](#)**


Durante a **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia**, desenvolvida no ano de 2019, o IFMG Campus Conselheiro Lafaiete recebeu a visita dos padres belgas fundadores da Associação **"Os Padres do Trabalho"** e da **"Escola Técnica Municipal"** que recebe o mesmo nome em Conselheiro Lafaiete.

 **Para mais informações sobre a visita - [CLIQUE AQUI](#)**

Em 2020 o **IFMG Campus Conselheiro Lafaiete** realizou inúmeras obras para adequações e melhorias em sua estrutura física e no desenvolvimento do projeto de acessibilidade. Estas obras foram desenvolvidas durante o período da Pandemia, no qual as aulas presenciais ficaram suspensas. No ano de 2021 as aulas foram ministradas no formato virtual. Nesse período os alunos ingressantes puderam conhecer o campus e as obras de melhorias e acessibilidade por meio do vídeo de **"Boas Vindas"** -  [CLIQUE AQUI](#)

 **Confira algumas fotos de alguns espaços do campus (Antes de Depois) das obras - [CLIQUE AQUI](#)**

Em 2021 o **IFMG Campus Conselheiro Lafaiete** deu início ao **Projeto Alvorada**. Gerar oportunidades profissionais por meio da inclusão social e produtiva é um dos objetivos do Projeto Alvorada, ação que visa reintegrar egressos do sistema prisional no mercado de trabalho com a oferta de cursos profissionalizantes. A iniciativa é do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, em parceria com entes ligados à Comarca de Conselheiro Lafaiete, com a participação do IFMG na promoção e oferta de cursos profissionalizantes.

 **Vídeo apresentação do projeto - [CLIQUE AQUI](#)**

Em 2022 as obras de acessibilidade realizadas no **IFMG Campus Conselheiro Lafaiete** foram finalizadas -  [CLIQUE AQUI](#)

No menu Memórias são expostas fotos de diversos momentos que marcaram as histórias e memórias do campus.

Figura 49 - Opção de navegação Memórias



Fonte: Memorial Virtual, 2024.


Dando continuidade à exposição da visita ao Memorial Virtual clicando no Menu Eventos o visitante terá acesso a fotos de diversas atividades que ocorreram no campus além possuir links que possibilitem acesso a informações cronológicas sobre eventos esportivos, culturais e científicos conforme detalhado abaixo.


Figura 50 - Opção de navegação Eventos Culturais (a) Esportivos (b) Científicos (c)

(a)




(a)


 Arraiá IFMG 2016 - [CLIQUE AQUI](#)


 Arraiá IFMG 2017 - [CLIQUE AQUI](#)

 Arraiá IFMG 2019 - [CLIQUE AQUI](#)


 Arraiá Virtuá dos Federá 2020 - [CLIQUE AQUI](#)

 Arraiá IFMG 2022 - [CLIQUE AQUI](#)

 Arraiá IFMG 2023 - [CLIQUE AQUI](#)


 Aluna do curso Técnico Integrado em Eletrotécnica publica livros - [CLIQUE AQUI](#)


 Aluna do curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica tem seu primeiro livro publicado - [CLIQUE AQUI](#)


 Arraiá IFMG 2016 - [CLIQUE AQUI](#)


 Arraiá IFMG 2017 - [CLIQUE AQUI](#)

 Arraiá IFMG 2019 - [CLIQUE AQUI](#)

 Arraiá Virtuá dos Federá 2020 - [CLIQUE AQUI](#)

 Arraiá IFMG 2022 - [CLIQUE AQUI](#)

 Arraiá IFMG 2023 - [CLIQUE AQUI](#)

 Aluna do curso Técnico Integrado em Eletrotécnica publica livros - [CLIQUE AQUI](#)

 Aluna do curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica tem seu primeiro livro publicado - [CLIQUE AQUI](#)

Fonte: Memorial Virtual, 2024.



(b)


- [📄 Jogos Interclasse - 2019 - CLIQUE AQUI](#)
- [📄 Jogos Interclasse - 2022 - CLIQUE AQUI](#)
- [📄 12º Encontro Esportivo do IFMG - 2022 - CLIQUE AQUI](#)
- [📄 Encerramento Jogos Interclasse - 2023 - CLIQUE AQUI](#)

Fonte: Memorial Virtual, 2024.



(c)

 [I Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - 2016 - CLIQUE AQUI](#)

 [V Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - 2022 - CLIQUE AQUI](#)

 [VI Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - 2023 - CLIQUE AQUI](#)

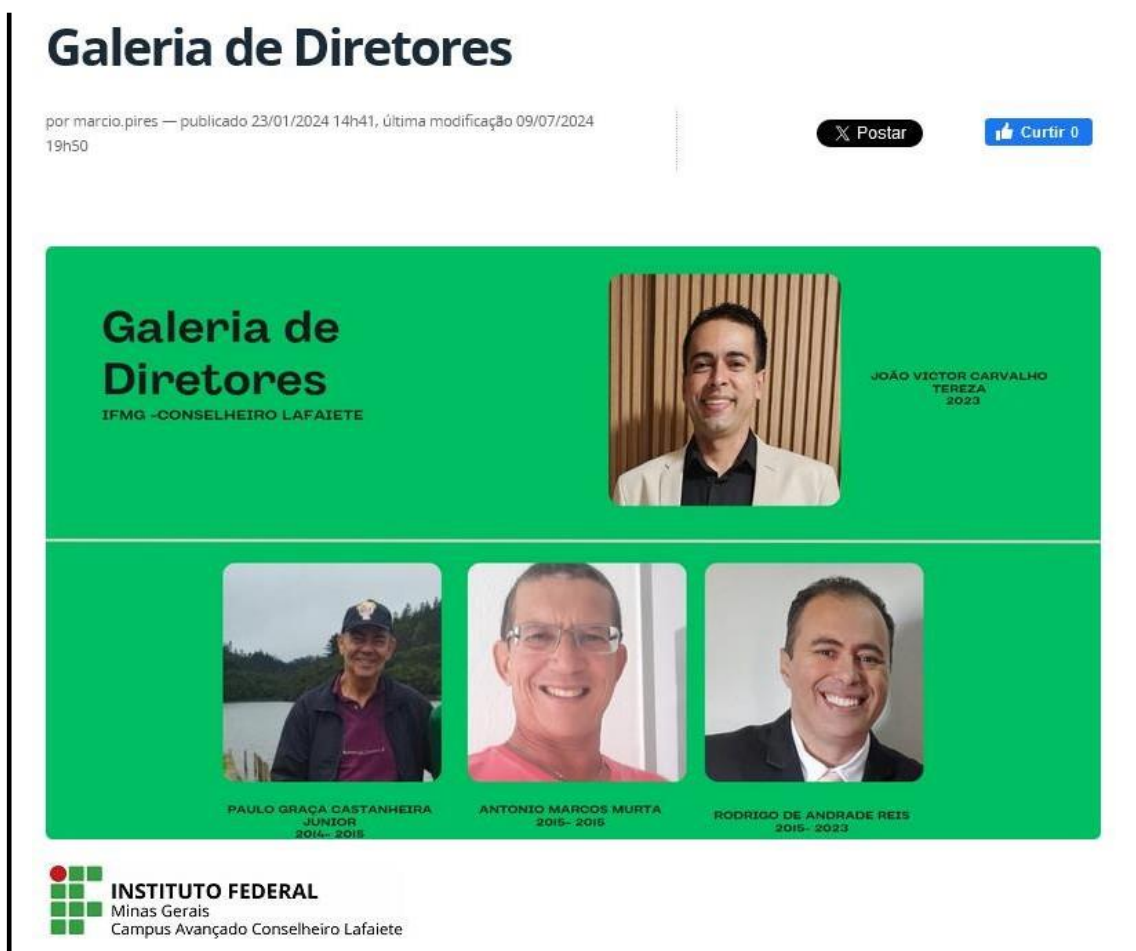


[« Anterior Memórias](#)

[Próximo: Galeria de Diretores »](#)

Após esse conteúdo o visitante tem acesso a uma galeria com informações sobre os diretores que passaram pela instituição e a gestão atual.

Figura 51 - Opção de navegação Galeria de Diretores



Fonte: Memorial Virtual, 2024.

Após a exposição dos diretores foi disponibilizado ao visitante um espaço destinado a depoimentos com a descrição “Deixe seu depoimento” e outro para disponibilização de materiais para compor o Memorial descrito como “Deixe sua contribuição” com o objetivo de promover a interação com os usuários, possibilitando a construção contínua da história do campus Conselheiro Lafaiete possibilitando protagonismo aos seus partícipes.

Após a detalhada descrição do Produto Educacional desenvolvido nesta pesquisa, intitulado Memorial Virtual do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete, é importante destacar que, durante todo o processo de construção, foram integradas referências às histórias e memórias da instituição. Essas referências não foram feitas de forma aleatória, mas com a intenção deliberada de promover uma profunda reflexão sobre a importância das memórias institucionais. Tal reflexão visa não apenas reconhecer e valorizar a trajetória histórica da instituição, mas também fortalecer a identidade e o legado do IFMG. Além disso, buscou-se fomentar, através dessa reflexão, um sentimento de pertença nos membros da comunidade acadêmica bem como na comunidade local. A ideia é que, ao tomar conhecimento sobre as histórias e memórias institucionais seja desenvolvido nessas pessoas um vínculo mais profundo e significativo com a instituição, reconhecendo sua importância e contribuindo para a continuidade de sua história e de seus valores.

8.2 Análise da Aplicação e avaliação do Memorial Virtual do IFMG *campus* Conselheiro Lafaiete

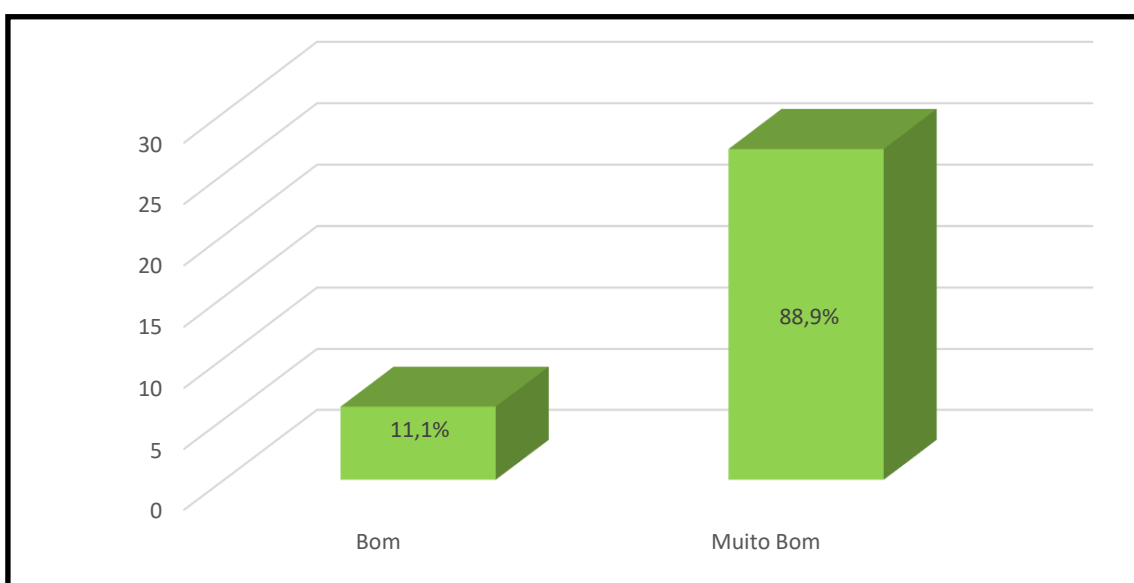
A implementação do Memorial Virtual do IFMG – *Campus* Conselheiro Lafaiete teve início com a sua apresentação oficial, realizada por meio do compartilhamento de um *link* de acesso à página do *campus*, onde está disponibilizado o memorial, destinado aos 33 servidores da instituição. Esta fase inicial foi cuidadosamente planejada para garantir que todos os servidores pudessem explorar o Memorial Virtual de maneira eficiente e intuitiva. Foi disponibilizado também, juntamente com o *link* de acesso ao Memorial, um questionário de avaliação (Apêndice D), especificamente elaborado para coletar *feedback* dos usuários após a visita. O questionário incluía uma série de perguntas projetadas para avaliar diversos aspectos do Memorial, tais como aspectos gráficos e de *design*, navegabilidade e interatividade dentre outros. Além disso, o questionário abordava outras áreas importantes, visando obter uma visão ampla da experiência de visita dos usuários e identificar possíveis melhorias para futuras atualizações do Memorial Virtual.

Neste sentido, quando se propôs a identificar, organizar, disseminar e utilizar as memórias do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete, intentou-se, além de fortalecer a imagem institucional e sua identidade, disponibilizar também uma fonte de informação, cultura e história da educação profissional, proporcionando um ambiente

propício ao fomento da pesquisa como princípio educativo, resultando na produção de conhecimento em prol da formação integral e da cidadania.

O Memorial ficou disponibilizado por três dias para visitação, e de um total de 33 servidores, 27 visitaram o Memorial Virtual e realizaram a avaliação. O gráfico 04, na sequência, representa a avaliação dos servidores que participaram da pesquisa no que se refere a quantidade de obras disponibilizadas atualmente no acervo.

Gráfico 4 - Avaliação da quantidade de conteúdo disponível no Memorial Virtual.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa

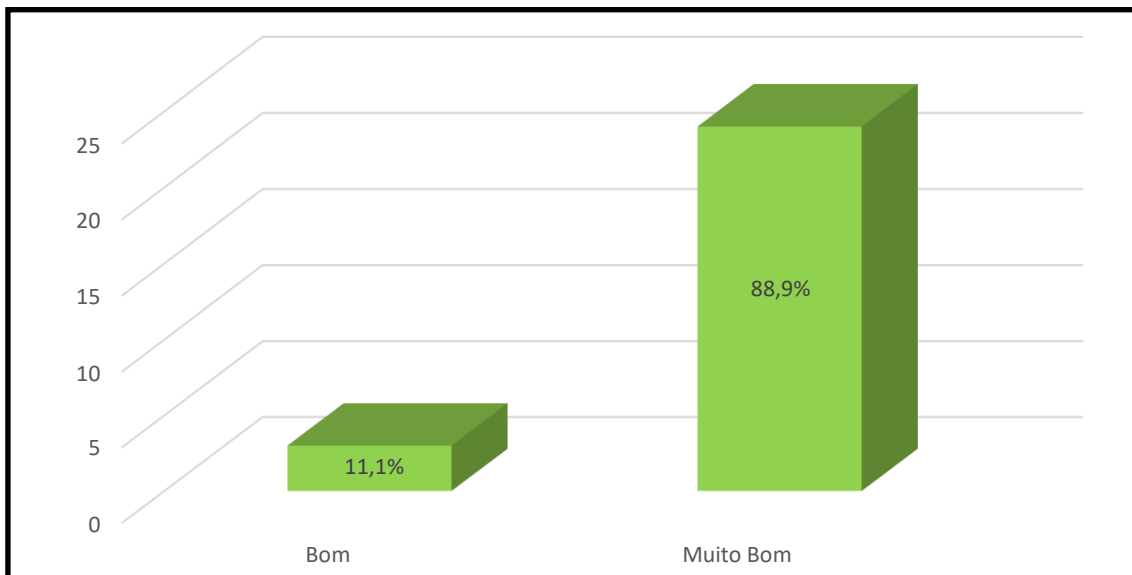
Observa-se no gráfico 04 que, no que concerne à avaliação do conteúdo disponibilizado no Memorial Virtual, 88,9% dos servidores consideraram que a quantidade de material disponibilizado é muito boa e os 11,1% acharam tal conteúdo bom. Desta forma, acredita-se que as Histórias e Memórias da Escola Técnica 'Os Padres do Trabalho' e do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete, todo o acervo fotográfico, documental e textos disponibilizados atingiram a expectativa dos participantes da pesquisa.

Segundo Sartori (2006),

Os museus são espaços de divulgação e de pesquisas que contemplam a memória e a produção de conhecimento, o que implica em processos de produção, circulação e difusão de bens culturais, históricos e educacionais. (Sartori, 2006, p.13)

Já no gráfico 05 é apresentada a avaliação do Memorial Virtual com relação à clareza, coerência e alcance da linguagem utilizada.

Gráfico 5 - Avaliação da linguagem utilizada pelo do Memorial Virtual em relação à clareza, coerência e alcance.



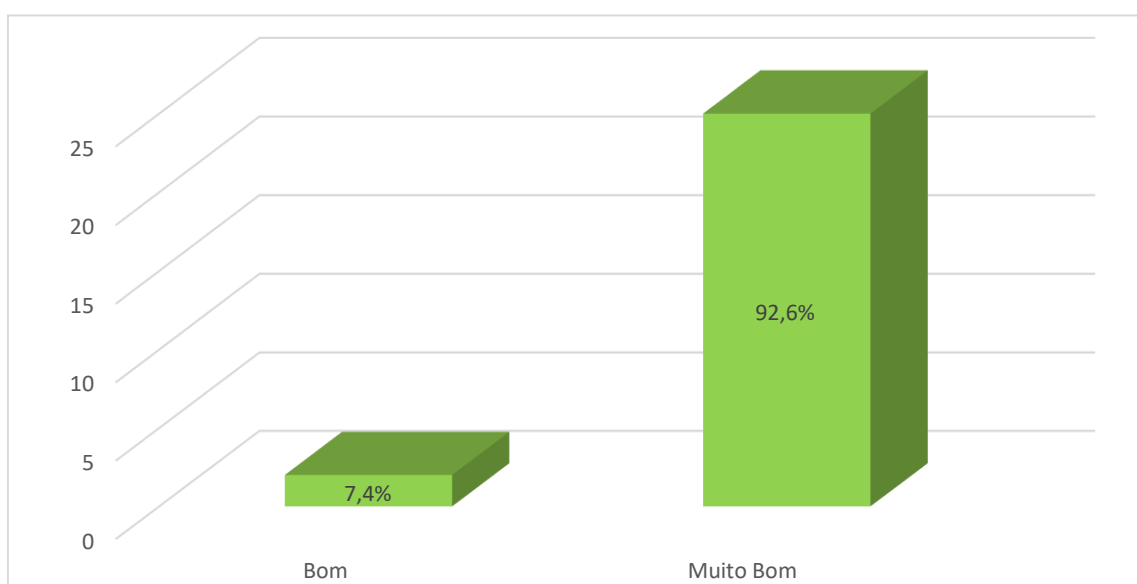
Fonte: Próprio autor com dados da pesquisa

De acordo com o gráfico 05, na avaliação deste item 88,9% dos servidores que preencheram os formulários afirmaram que a linguagem adotada no Memorial Virtual é muito boa. Para os demais servidores, 11,1% consideraram que a linguagem adotada no Museu de Memórias é boa. Logo, entende-se que as informações disponibilizadas foram bem compreendidas pelos participantes da pesquisa, sem dificuldades para apreensão da mensagem que se pretendeu transmitir. Acredita-se que a linguagem adotada em museus ou qualquer outro suporte informacional, cujo propósito seja a disseminação de conhecimento deve ser marcada por textos claros, acessíveis e coerentes.

Ribeiro *et al.* (2016) discutem a comunicação em museus, destacando-a como uma estratégia fundamental para aproximar esses espaços da sociedade e evitar a exclusão. Eles argumentam que os museus devem apresentar produtos informacionais de relevância pública que garantam a participação ativa do público. Além disso, devem utilizar uma linguagem clara e objetiva que facilite a compreensão e a inclusão de todos, garantindo um acesso amplificado e participativo dentro do tecido social.

No gráfico 06, é apresentada a avaliação do Museu de Memórias em relação ao valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural das obras expostas. Em outras palavras, intencionou-se verificar se os itens selecionados realmente possuem um valor que justifique sua preservação para a posteridade.

Gráfico 6 - Avaliação sobre o valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural das obras expostas no Memorial Virtual.



Fonte: Próprio autor com dados da pesquisa

Conforme apresentado no gráfico 06, 92,6 % dos servidores consideram o valor do acervo como muito bom e 7,4% consideram bom, ficando evidenciado que há um posicionamento positivo em relação à valorização do acervo da instituição.

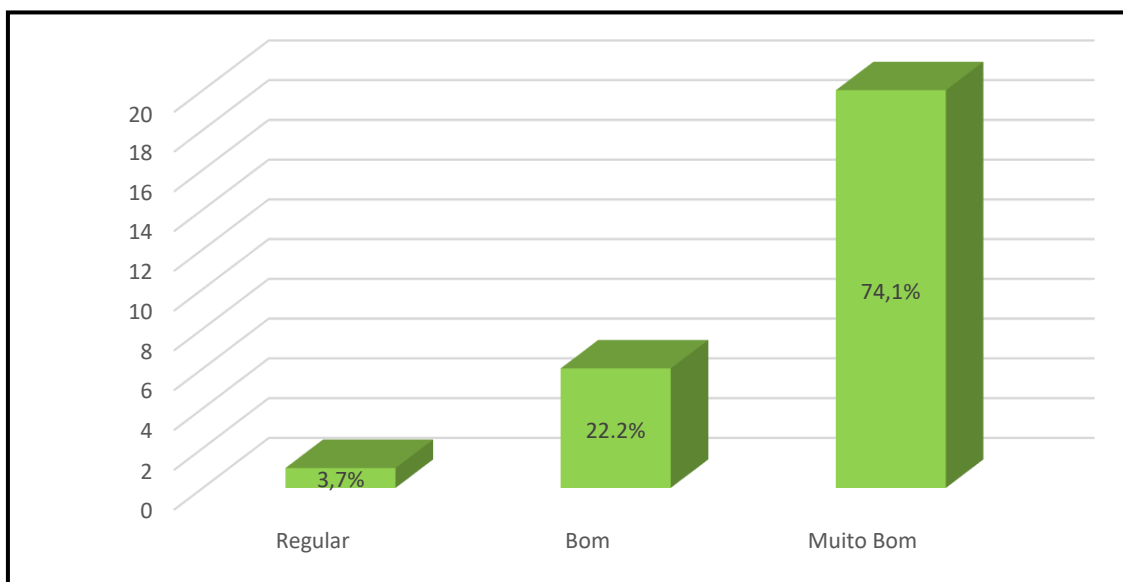
Com base na análise dos servidores pode-se afirmar que o acervo do Memorial Virtual está imbuído de um grande valor cultural e histórico. Cada peça exposta no memorial não apenas representa um fragmento importante da história e da cultura local, mas também evoca memórias que são essenciais para a compreensão e valorização da trajetória institucional. Além do mais, a partir dos dados apurados, é possível inferir que os servidores destacaram a coleção como memorável não apenas pelo seu conteúdo intrínseco, mas também pela forma como é apresentada, promovendo uma conexão significativa com as narrativas e contextos históricos ali representados.

De acordo com Brasil (2009), que referencia a Lei 11904, a qual institui os museus, define a qualidade do acervo ao seu interesse público.

O acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade deve representar um valor cultural de destacada importância para a Nação respeita a diversidade cultural, regional, étnica e linguística do País. (Brasil, 2009, p.3)

No gráfico 07 estão representados os resultados relativos à análise da organização das informações no Memorial Virtual. Esta avaliação envolveu diversos aspectos, incluindo a quantidade de informações disponibilizadas, a qualidade dessas informações, a linguagem utilizada e o valor museológico atribuído a cada item. A pesquisa examinou se todas essas informações, previamente avaliadas em termos de conteúdo e relevância, estão estruturadas de maneira clara e coerente no site.

Gráfico 7 - Avaliação da organização das informações contidas no Memorial Virtual.

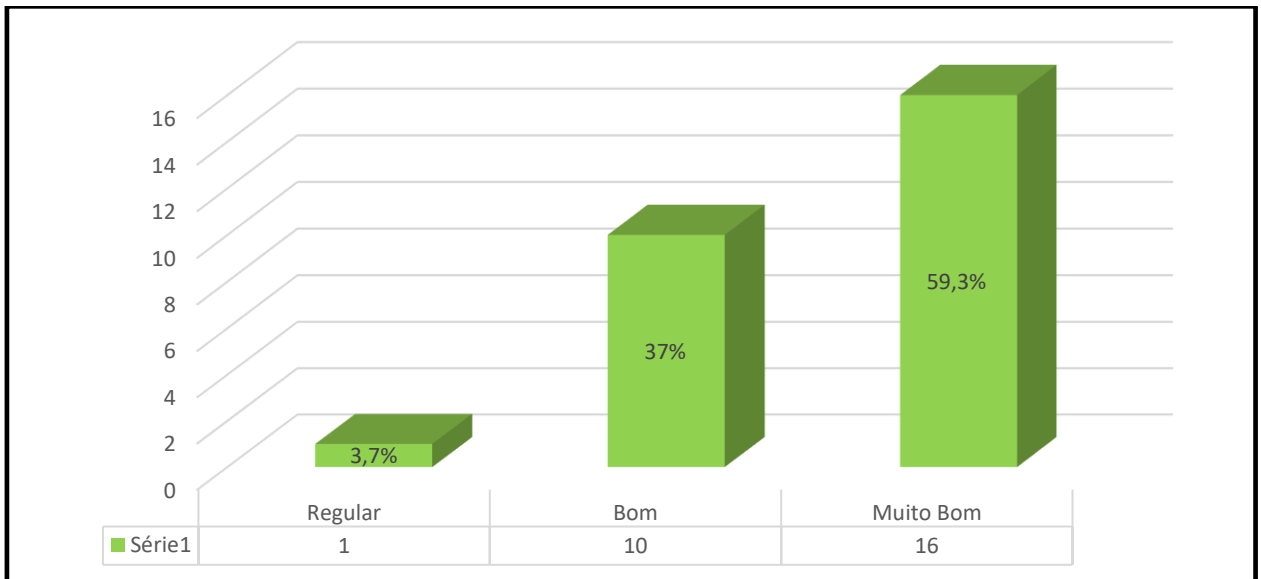


Fonte: Próprio autor com dados da pesquisa

Conforme indicado no gráfico 07, 74,1% dos servidores considerou que a organização das informações é muito boa, enquanto 22,2% avaliou a organização como boa e 3,7% como regular. Dessa forma, pode-se concluir que, para os participantes da pesquisa, a organização das informações no *site* foi realizada de maneira adequada e coerente. Isso facilitou a navegação, a recuperação dos dados e, especialmente, a compreensão do conteúdo disponibilizado.

No gráfico 08 é apresentada a avaliação do Memorial Virtual sobre a qualidade das imagens expostas, ou seja, se as fotos possuem uma boa resolução, qualidade e nitidez.

Gráfico 8 - Avaliação da qualidade das imagens expostas no Memorial Virtual.

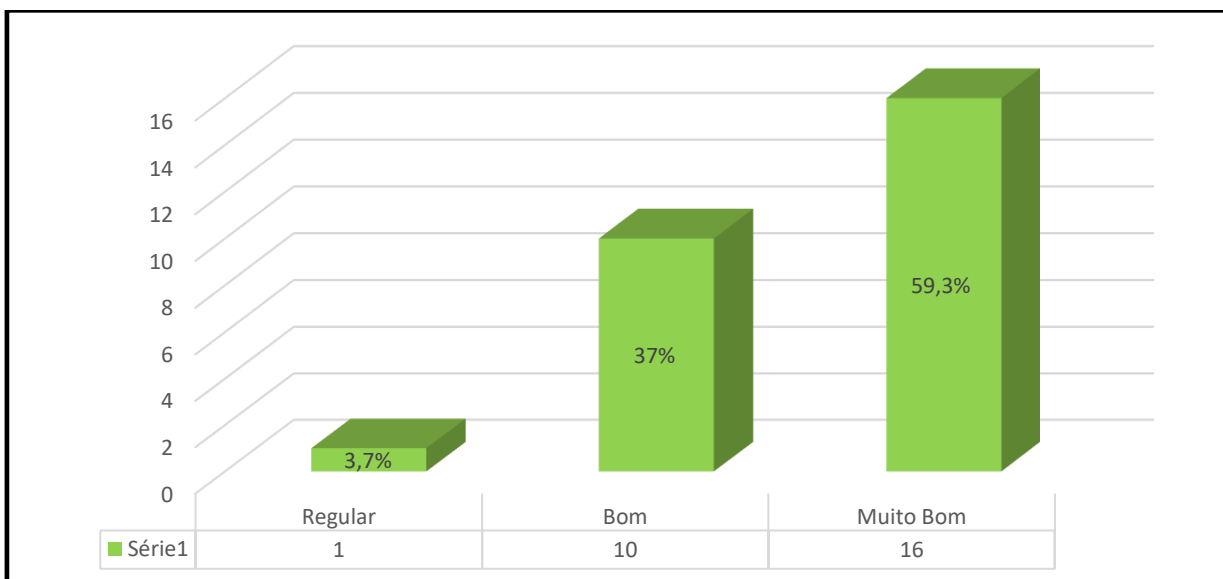


Fonte: Próprio autor com dados da pesquisa

De acordo com o gráfico 08, 59,3% dos participantes da pesquisa afirmaram que as qualidades das imagens contidas no Memorial Virtual do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete são muito boas, 37% as consideram de boa qualidade e 3,7% regular. Destaca-se que o conteúdo visual em um *site* é imprescindível; no entanto, é importante observar que as fotos mais antigas contidas no memorial têm quase 60 anos, e devido ao fato de possuírem uma baixa resolução de impressão, isso acaba por afetar a nitidez da fotografia. Uma digitalização de qualidade que pudesse melhorar a qualidade dessas imagens demandaria um custo mais elevado; porém, com vistas a melhorar a qualidade visual do material fotográfico exposto, algumas dessas fotos foram editadas

O gráfico 09 ilustra a avaliação do *layout* do Memorial Virtual, a qual aborda a usabilidade e os aspectos visuais. Esta análise inclui a disposição e organização dos elementos visuais e textuais presentes no *site*, como a estrutura e a distribuição das páginas, bem como o dimensionamento das imagens e ícones utilizados, além de examinar se o *design* do *site* facilita a navegação, proporciona uma experiência visualmente agradável e se os elementos gráficos e textuais estão corretamente ajustados para uma apresentação clara e eficiente do conteúdo.

Gráfico 9 - Avaliação do layout de apresentação do Memorial Virtual.

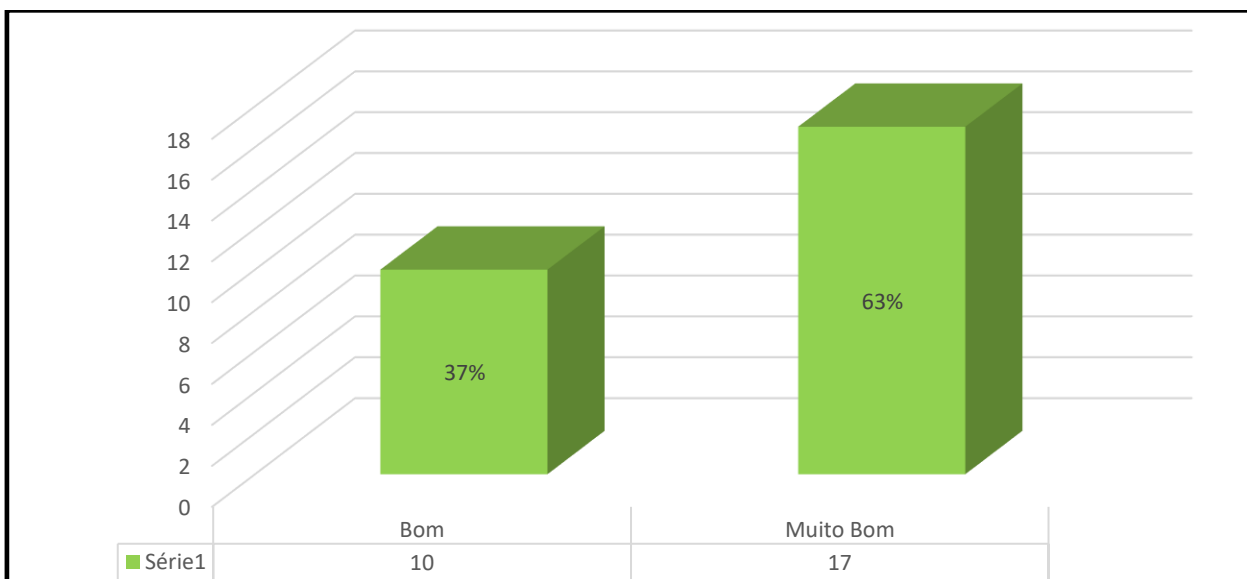


Fonte: Próprio autor com dados da pesquisa

Conforme indicado no Gráfico 09, 59,3% dos participantes avaliaram o *layout* do Memorial como muito bom, enquanto 37% o consideraram bom. Por outro lado, 3,7% dos servidores consideraram o *layout* regular, uma porcentagem que, inclusive, coincide com a avaliação da identidade visual do *site*, também classificada como regular (Gráfico 10, apresentado na sequência). Esses resultados sugerem que, de forma geral, o *layout* gráfico do Memorial Virtual atende às expectativas da maioria dos participantes da pesquisa.

O gráfico 10 apresenta as respostas relativas à avaliação da identidade visual do Memorial Virtual. Essa identidade visual engloba a combinação de elementos gráficos que representam um nome, conceito, produto, empresa ou serviço. Aspectos como cores, tipografias, formatos desempenham um papel essencial em fixar na mente do público, de maneira rápida e clara, a identidade visual e a missão da instituição representada.

Gráfico 10 - Avaliação da identidade visual contida no Memorial Virtual.

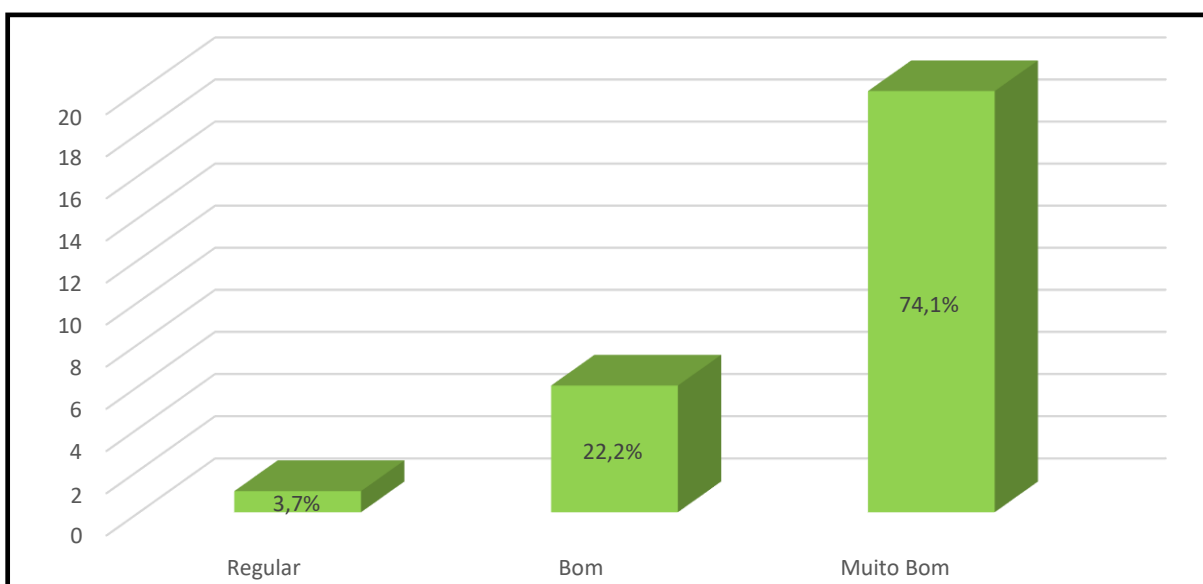


Fonte: Próprio autor com dados da pesquisa

De acordo com o gráfico 10, a maioria (63%) dos servidores aprovou a identidade visual do Museu Virtual do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete, e 37% considerou o *layout* bom.

Na sequência, o gráfico 11 ilustra a avaliação dos servidores sobre as diversas seções do Memorial Virtual, com destaque especial para a estrutura e a organização dos menus e submenus. Esses menus e submenus foram desenvolvidos para demonstrar os diferentes espaços e galerias do Memorial. A avaliação abarca aspectos como a clareza e a intuição dos menus, a facilidade de navegação entre as seções, e a correspondência entre as categorias apresentadas e os espaços físicos do museu.

Gráfico 11 - Avaliação da definição dos menus e submenus disponibilizados para navegação no Memorial Virtual.

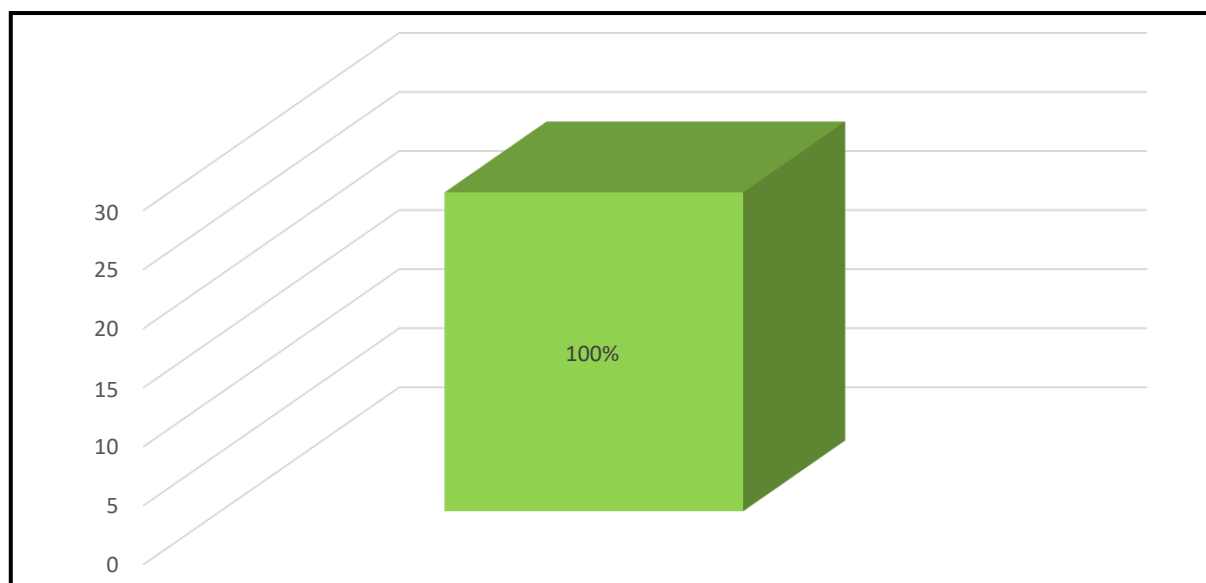


Fonte: Próprio autor com dados da pesquisa

Conforme demonstrado no Gráfico 11, a estruturação proposta para a definição dos espaços e galerias do Memorial Virtual do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete foi considerada muito boa por 74,1% dos servidores. Adicionalmente, 22,2% dos servidores a consideraram boa, enquanto 3,7% dos servidores a consideraram regular. Esses dados indicam que a organização do museu foi amplamente aprovada e que os espaços criados foram considerados adequados para a maioria dos servidores.

O gráfico 12 ilustra as respostas à pergunta que aborda a decisão de disponibilizar as histórias e memórias do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete em um único espaço acessível virtualmente, configurando um museu virtual. Esta figura sintetiza as opiniões dos participantes sobre a iniciativa de reunir documentos, fotografias, relatos e outros elementos históricos do *campus* em uma plataforma digital. Através dessa centralização virtual, busca-se não apenas preservar o patrimônio histórico da instituição, mas também facilitar o acesso e a disseminação dessas memórias para um público mais amplo, permitindo uma navegação ao mesmo tempo interativa pelos diversos períodos da história do *campus*.

Gráfico 12 - Avaliação sobre a iniciativa de disponibilizar o acervo histórico da instituição em um espaço virtual.

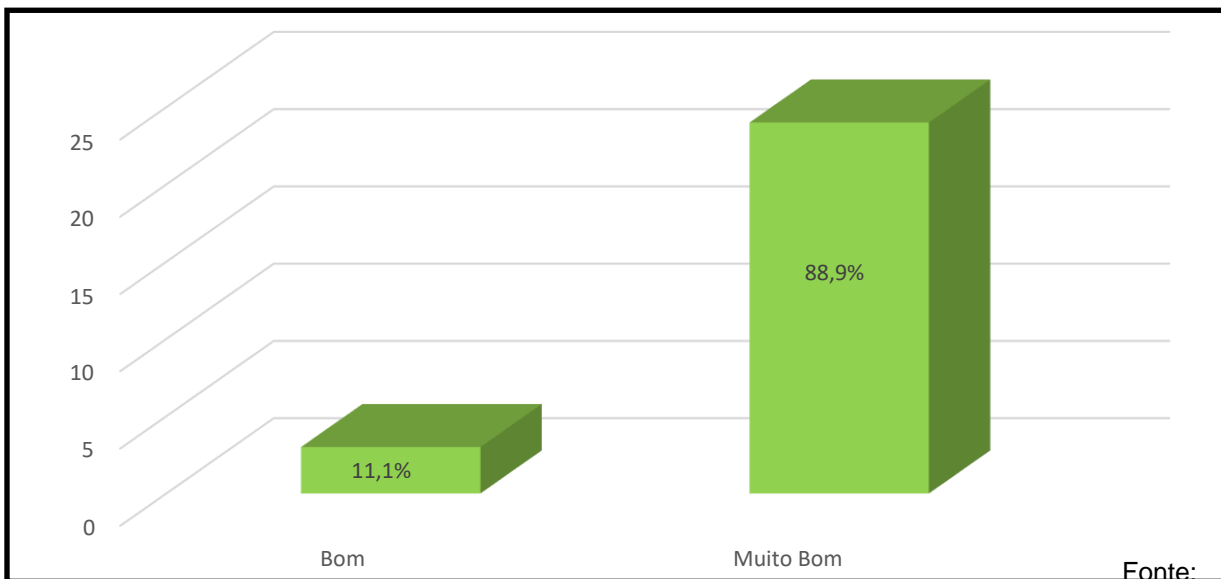


Fonte: Próprio autor com dados da pesquisa

Observa-se no gráfico 12 que a totalidade dos servidores aprovou a ideia de armazenar, preservar e disseminar todo o material histórico do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete em um espaço virtual. A partir desse dado, fica evidenciado um forte apoio dos servidores à iniciativa de criar um espaço digital dedicado à conservação e à divulgação do patrimônio histórico da instituição. A aprovação maciça reflete a valorização dos servidores no que concerne a preservação das memórias e histórias da instituição e a importância que atribuem à acessibilidade digital das informações e registros históricos. A criação do museu virtual não só facilita o acesso aos documentos e a todo o acervo memorialístico, mas também assegura o registro desse material, evitando que o mesmo se perca com o passar do tempo, mantendo esses registros históricos seguros e possibilitando, também, que esses materiais estejam disponíveis para visitação e pesquisas para as futuras gerações, oportunizando uma constante conexão com o passado da instituição.

No gráfico 13, é apresentada uma representação gráfica das respostas obtidas dos servidores quando questionados sobre sua opinião a respeito da visitação ao Memorial Virtual.

Gráfico 13 - Avaliação sobre a visitação ao Memorial Virtual.



Próprio autor com dados da pesquisa.

Os resultados apresentados no gráfico 13 revelam que a maioria dos servidores gostaram muito de visitar o Memorial Virtual, embora alguns tenham demonstrado um entusiasmo maior do que outros. Este resultado positivo indica que possivelmente outros visitantes do Memorial Virtual terão uma experiência igualmente agradável.

Conclui-se, portanto, a partir do grau de satisfação dos visitantes, que o museu se tornará uma importante opção cultural, promovendo a democratização da cultura institucional e a história da educação profissional no município de Conselheiro Lafaiete. Almeja-se que o Memorial virtual tenha o potencial de contribuir significativamente para a pesquisa como princípio educativo apoiando as atividades de ensino na instituição enquanto fonte de informação, recurso didático ou espaço não formal de educação, conforme aponta Nunes (2003).

Porque não os utilizar (memória escolar) nas atividades curriculares aí desenvolvidas? Quando as escolas começam a organizar a sua memória em torno de pequenos museus escolares, ou exposições, os arquivos costumam emprestar seus documentos e apenas nessas ocasiões eles são solicitados, mas porque não trabalhar os dossiês dos estudantes, os álbuns fotográficos, os jornais ali produzidos como material para provocar a aprendizagem de disciplinas como a História, a Geografia? (Nunes, 2003, p.35).

Apresentadas as análises e validação pelo público interno, relativas ao ProdutoEducativo, no próximo tópico são apresentadas as considerações finais e conclusões deste trabalho.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação resgata a relação entre a história e a memória da criação do Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus* Conselheiro Lafaiete, uma instituição escolar criada no ano de 2014, a partir das reflexões sobre o processo de construção da educação profissional na região, inicialmente com a Escola Técnica “Os Padres do Trabalho”, que antecedeu a implantação do Instituto.

O processo de busca das fontes documentais e orais, a análise, a interpretação e a discussão dos achados, à luz do referencial teórico, possibilitaram o conhecimento sobre o modo como se constituiu a educação profissional em Conselheiro Lafaiete nos anos 1960 do século XX e, posteriormente, a criação do IFMG na segunda década do século XXI. Para o aprofundamento da análise, foram utilizados autores como Ciavatta, Le Goff, Magalhães e Saviani, dentre outros, que deram o suporte teórico à discussão do tema. As memórias resgatadas possibilitam afirmar a importância deste trabalho, o primeiro realizado na instituição com este objetivo, o que reflete seu pioneirismo.

Ao se propor a realizar este estudo, com o objetivo de conhecer e recolher as histórias presentes na construção da trajetória do Instituto Federal de Minas Gerais - *Campus* Conselheiro Lafaiete (IFMG-CL), que se concretizou na criação de um Memorial Virtual em que são disponibilizadas as memórias da Instituição, esta pesquisadora se deparou com o desafio de alinhar, como numa colcha de retalhos, os fragmentos das diversas histórias que se entrecruzaram.

Nesta perspectiva, buscou-se utilizar a metodologia da história oral para, através da realização de entrevistas, obter relatos e depoimentos de servidores docentes e técnico-administrativos que estão na Instituição desde os seus primórdios, como também captar, junto aos mesmos, a sua memória afetiva, extraindo sentimentos, emoções, lembranças, enquanto construções reais e simbólicas. Dessa forma, motivar e estimular junto à comunidade do Instituto a percepção de valorização e pertencimento ao IFMG-CL, pela compreensão de que tais histórias contribuem com a tessitura social da educação pública de qualidade neste país, mas também pelo entendimento de que o processo de construção de uma Instituição desse porte é, também, um projeto de vida.

Muitas pessoas se dedicaram à construção do IFMG *Campus* Conselheiro

Lafaiete, e suas memórias estão presentes nas paredes do antigo ‘novo’ prédio, nos objetos, nas fotografias, nos velhos e nos recentes documentos que guardam a história do *campus* e a passagem do tempo, mas principalmente nas histórias vividas e que puderam ser contadas e recontadas a partir de seus olhares.

Assim, toda essa recolha se constituiu em um Memorial Virtual, uma plataforma digital que permitirá a visita a itens históricos, seja da antiga Escola Técnica ‘Os Padres do Trabalho’, que funcionou no local onde atualmente está localizada a sede do IFMG-CL, como também os itens memoráveis do próprio Instituto. Espera-se, assim, que o Produto Educacional objeto deste estudo possa contribuir, de forma prática, para o processo de consolidação de uma identidade institucional, balizada e sustentada pelo ideário de educação *omnilateral*, politécnica e emancipadora, que norteou a política pública de criação dos Institutos Federais.

Considerando o extenso trabalho de pesquisa realizado, esta autora avalia que conseguiu alcançar os objetivos propostos, tendo em vista que concluiu etapas fundamentais para a fundamentação e o desenvolvimento deste estudo, a exemplo do levantamento das fontes historiográficas que constituíram a memória histórica material da construção da trajetória institucional do IFMG *Campus* Conselheiro Lafaiete. Também foram realizadas entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras que estavam presentes no período da criação do *campus*, cujos relatos e impressões se constituíram como importante material de memória oral, e que possibilitaram reconstituir parte da história da escola. Ainda, o material documental da Escola Técnica ‘Os Padres do Trabalho’, especialmente as fotos antigas, foram fundamentais nesse processo, tendo em vista que as fotografias são importantes elementos evocadores de memórias.

Contudo, este trabalho não se esgota aqui, ao término desta dissertação de mestrado. Pelo contrário, ele é apenas o momento inicial de um processo que precisa ser contínuo, de forma a alimentar o conhecimento sobre o próprio processo educativo, tendo em vista que conhecer a história da educação justifica-se para que se possa, a partir da compreensão do seu desenvolvimento, contribuir para melhorá-la. E embora a história da implantação do *Campus* Conselheiro Lafaiete possa encontrar semelhanças em outros locais, ela é singular e, dessa forma, não cabe generalizações. Dessa forma, recomenda-se que outros trabalhos sejam realizados, para aprofundamento do tema da memória e história de instituições de ensino, também em outros locais.

Certamente há lacunas neste trabalho e, uma delas, conforme abordado no capítulo específico sobre a história da Escola Técnica 'Os Padres do Trabalho', é a perda, a desorganização e a dispersão do patrimônio documental dessa instituição. Outra lacuna é o pequeno número de participantes da pesquisa, tendo em vista que são poucos os remanescentes daquele período que se dispuseram a participar da fase das entrevistas, tendo em vista ser o momento inicial da instituição. Contudo, é importante enfatizar que isto não comprometeu a qualidade desta pesquisa, embora, é fato, que seria desejável haver um número maior de participantes.

Por fim, importa ressaltar que determinadas lembranças não fazem parte tão somente da memória individual, mas sim que pertence a todos e todas que integraram aquele grupo social. Dessa forma, essas memórias se juntam para formar um conjunto de histórias. Portanto, a partir das constatações deste estudo, pode-se afirmar que a memória da construção do IFMG, desde o período que o antecedeu até os dias atuais, é, para além das lembranças individuais, principalmente uma construção social e coletiva. Como afirmou Magalhães (2007, p.181), "se os monumentos, os ícones, os artefactos, enfim os lugares, os escritos e as imagens são necessários à memória, é no entanto, a rememoração (activação) que integra a educação.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

AMADO, Janaína; Ferreira, Marietade Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

AXT, Gunter. Memória, cidadania e os novos campos de trabalho do historiador. **Revista história hoje**, n. 4, 2004. Disponível em <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12943826/03-memoria-cidadania-e-os-novos-campos-de-trabalho-do-historiador> Acesso em: 26/07/2024.

BARBOSA, Andréia Arruda. A premência da memória: passados presentes. In: MEMÓRIA institucional: **possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontrosnacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historiografia-da-midia/memoriainstitucional-possibilidade-de-construcao-de-significados-no-ambienteorganizacional>. Acesso em: 16 mai. 2023.

BOBBIO, Norberto. **O Tempo da memória**. Rio de Janeiro: Campus, 1997

BONI, Valdete; Quaresma, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BORGES, S.M. **Possíveis contribuições da psicologia à educação profissional tecnológica**: uma análise comparativa de grades curriculares. Santa Maria: 65f. 2013. Monografia (Especialização) – Celer Faculdades.

BORGES, Lina; VAZ, Gustavo de Azevedo; MACHADO, Lais; RIBEIRO, Débora. **MERCADO DE TRABALHO, EMPREGABILIDADE E SUAS VARIAÇÕES**. 2019. 14F TCC (Graduação). Curso de Tecnologia em Gestão Comercial. Instituto Federal Goiano. Ipameri, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/472>. Acesso em 06/08/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Concepções e Diretrizes** -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=50. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – LDB. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10/08/2023.

BRASIL. **Parecer CNE//CEB nº. 16/1999**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: 1999 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf. Acesso em 29 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto de lei n.º 4024 de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.html Acesso em: 06 de jul de 2023.

BRASIL. **Decreto de lei n.º 5692 de 11 de agosto de 1971**. Diretrizes e Bases do ensino de 1.º e 2.º graus e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.html Acesso em: 06 de jul de 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html Acesso em 29 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em 10 abr.2023

BRASIL. **Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11741.htm#:~:text=NR\),%E2%80%9CArt.,da%20ci%C3%Aancia%20e%20da%20tecnologia](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11741.htm#:~:text=NR),%E2%80%9CArt.,da%20ci%C3%Aancia%20e%20da%20tecnologia). Acesso em 16 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/1mTMIS3 > Acesso em: 15 out. 2023. »
http://bit.ly/1mTMIS3: Atlas, 2002.3ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. **Portaria nº 458 de 26 de abril de 2022**. Dispõe sobre os procedimentos para Anuência de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão para submissão a Comitês de Ética em Pesquisa com Humanos. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/pesquisa-e-pos-graduacao/comite-de-etica-empesquisa/cephumanos/Portaria4582022ProcedimentosparaAnunciadeProjetosparaSubmissaoComitsdeticaemPesquisacomHumanos.pdf>. Acesso em 15 out.2023.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em: http://pronatec.mec.gov.br/cnct/perguntas_frequentes.php. Acesso em 05 dez 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.html. Acesso em 18 nov 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.html. Acesso em 18 nov 2023.

BRASIL. **O surgimento das escolas técnicas**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>. Acesso em 18 nov 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 16/99**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1699.pdf. Acesso em 05 dez 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº: 11/2008**. Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf. Acesso em 05 dez 2023.

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.html. Acesso em 16 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Diário Oficial da União, Brasília, 18 out. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm>. Acesso em: 08 ago. 2024.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias, **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**, São Paulo: Atlas, 2016.

CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

CANALI, H. H. B. A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional. In: SIMPÓSIO SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, 5, 2009, Belo Horizonte, Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2009.

CASTRO, Ademir. **Pe. José Maria de Man – presente**. (sp), 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005.

CIAVATTA, Maria. A historicidade das reformas da educação profissional. Cadernos de Pesquisa em Educação-PPGE/UFES. Vitória, ES. a, v. 11, p. 50-64, 2014. Disponível em: <http://www.publicacoes.ufes.br/educacao/article/view/10246>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CIAVATTA, Maria. Arquivos de Memória do Trabalho e da Educação – Centros de Memórias e Formação Integrada para não apagar o futuro. In: CIAVATTA, Maria; REIS, Ronaldo Rosas. **A pesquisa histórica em trabalho e educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino de Ofícios nos Primórdios da Industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: **tempo, memória e identidades**. **História Oral**, [S. l.], v. 6, 2003. DOI: 10.51880/ho.v6i0.62. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 15 ago. 2023.

DOSSE François. Da História das ideias à História intelectual. In: DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 12.ed. - São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. Xxxxxx

FGV/CPDOC (Fundação Getúlio Vargas/Centro de Documentação). **Atlas Histórico do Brasil**. Online (2023). Disponível em: <https://atlas.fgv.br/capitulos/governos-democraticos-1945-1964>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Freitas, Cesar Gomes. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul – Acre**. – Campo Grande, MS: [s.n.], 2008.

FRIGOTTO, G. A educação e a formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. In SILVA, L. H. (org.) **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, G.; Ciavatta, M.; Ramos, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores. In: Costa, H. da; Conceição, M. **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

FRIGOTTO, G; Ciavatta, M; Ramos, M. A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: . (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: 3ª. Edição, Cortez editora, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Indeterminação de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Lpp/uerj, 2018. p. 125-150.

FRIGOTTO, Gaudêncio; Ciavatta, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio; Ciavatta, Maria; Ramos, Marise (orgs). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfo (Org). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**- 4.ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

HEEREN, M. V.; Silva, M. L. da. O princípio de autonomia dos institutos federais e sua política educacional em oposição à reforma do ensino médio. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 13, e61995. Março de 2024. xxxxxx

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG campus Conselheiro Lafaiete Site institucional disponível em : <https://www.ifmg.edu.br/conselheirolafaiete> acesso em 30 de julho de 2024.

KAJIMOTO, Natacha; GERBASI, Vinícius Aleixo; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. **I Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (EPIM)**: Caderno de resumos. Londrina: Grupo de Pesquisa “Interfaces: Informação e Conhecimento”, Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2014. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18305/3/2015_eve_nkajimoto.pdf. Acesso em: 02 out. 2024

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

KUENZER. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoli-beral. São Paulo: Cortez, 2007b.

KUENZER. **Da dualidade assumida à dualidade negada**: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e Inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI & SANFELICE (orgs) **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002

KUNZE, Nádia Cuiabano. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 8–24, 2015. DOI: 10.15628/rbept.2009.2939. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2939>. Acesso em: 30 abr. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS. Técnicas de pesquisa. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LE GOFF. Documento/monumento. In:_____. História e memória. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana F. Borges. 4. ed. Campinas-SP: Unicamp, 1996.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996. [original dos ensaios: 1987-1982] [original do livro: 1982].

LESTINGE, Sandra Regina. **Olhares de educadores ambientais para estudo do meio e pertencimento**. 2004. Dissertação (Doutorado em Recursos Florestais). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-03022005-155740/publico/sandra.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. Projeto História – **Revista do programa de estudos pós-graduados de história**, São Paulo, v. 17, p. 63-201, 1981.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilo de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, Amado Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro:FGV Editora, 2006.

MAGALHÃES, Fernanda Pizarro de. Gêneros Discursivos da Esfera Empresarial no Ensino da Educação Profissional: **Reflexões, Análises e Possibilidades**. 2011. 357 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Tecendo nexos: **história das instituições educativas**. Bragança Paulista: editora Universitária São Francisco, 2004. p. 9-14; p. 111-178.

MAGALHÃES. J. História e Memória. Arquivos e Museus: desafios à prática educativa e à investigação histórica. p. 181 – 189. In NEPOMUCENO, M.A. e TIBALLI. E. F. A. (org.). **A educação e seus sujeitos na história**. Belo Horizonte, M.G.:Argumentum, 2007.

MANACORDA, Mario Aligheiro. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Campinas: Alínea, 2º Edição, 2010.

MARICATO, Adriano. História e memória. In: MARCHIORI, Marlene (Org.). Faces da cultura e da comunicação organizacional. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2006. P. 123-134.

MARX, Karl. **O capital** (v. 1, t. 2). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro 1: **o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; Holanda, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELILLO, Ana Flávia. **Os reflexos da pandemia na vida dos estudantes do IFMG Campus Conselheiro Lafaiete**: estratégias de intervenção para superação e reparação dos danos causados. 2023. 260f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) –Instituto Federal de Minas Gerais/IFMG. Ouro Branco.

Memorial Virtual. **Site do Memorial Virtual do IFMG campus Conselheiro Lafaiete**. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/conselheirolafaiete/sobre-o-campus/copy_of_informacoes-gerais.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete Reforma Capanema. Dicionário Interativo da Educação Brasileira EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/reforma-capanema/>>.

MINAYIO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Nathalie de Castro. **A cultura organizacional fundadora da Unileste: a matriz cristã e operária. Unileste: cultura organizacional e identidade**. Dissertação (Mestrado em Administração): Pedro Leopoldo: faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, 2008.

MOURA, Dante Henrique. **Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? Revista Educação & Pesquisa**, São Paulo, 2013.

MOURA, Dante Henrique; Lima Filho, Domingos Leite; Silva, Mônica Ribeiro. **Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

NASSAR, Paulo. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2007.

NETO, A.C.S. **Da Escola de Aprendizizes ao Instituto Federal de Sergipe: 1909 – 2009 in Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica /Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. v. 2, n. 2, (nov. 2009 -). – Brasília: MEC, SETEC, 2009.

NETO, N. A.; Azevedo, R. O. M.; Aride, P. H. R. **Trabalho como princípio educativo: Uma busca pela definição do conceito e sua relação com o capitalismo. Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 2, n. 2, 2019.

NEVES, Margarida de Souza. História e Memória: **os jogos da memória**. In: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> Acesso em: 16 ago. 2023.

NUNES, Clarice. História e memória da educação: entre práticas e representações. Formação de educadores: Desafios e perspectivas. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. Unesp, 2003.

OLIVEIRA, Pablo Menezes. Tão antiga, tão nova: breves notas para uma história da Educação Profissional no Brasil. In: OLIVEIRA, Adilson R. et al. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: da história à teoria, da teoria a práxis**. Curitiba: CRV, 2020.

PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais: **uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Editora Moderna, 2011. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf Acesso em 12 ago. 2023.

PINTO, Pimentel Júlio. Uma memória do mundo: **ficção, memória e história em Jorge Luís Borges**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 03 jun 2023.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/memoria-e-patrimonio-cultural/texto-de-michael-pollak-memoria-e-identidade-social/view> acesso em: 29 mai. 2023.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana [Toscana: 29 de junho de 1944]: mito, política, luto e senso comum. In: **Uso e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2006. Pg. 103-130.

PORTELLI, Alessandro; Ribeiro, Maria Therezinha Janine; Fenelón, Déa Ribeiro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.]**, v. 14, p. 25-39, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PORTELLI, **A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Tempo. Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1996, pp. 59-72.

RAMOS, G. P. A escola contemporânea e sua identidade (ou sobre o óbvio esquecido). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 13, n. 49, p. 350–362, 2013. DOI: 10.20396/rho.v13i49.8640337. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640337>. Acesso em: 24 jul. 2023.

RAMOS, Marise N. **Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão**, 2017, p. 20-44.

RAMOS, Marise N **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em:http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf Acesso em 17/07/2023.

RIBEIRO, Diego Lemos; BRAHM, José Paulo Siefert; TAVARES, Davi Kiermes. Comunicação museológica: as raízes do distanciamento entre o museu e a sociedade. **Mouseion**, Canoas, n.24, ago. 2016, p.155-170.

RIBEIRO, Suzana Lopes. Por uma história da educação profissional: contribuições e desafios de pesquisas em história oral. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Cultura, saberes e práticas: Memórias e História da Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011. p. 321-336. Disponível em:http://www.cpscetec.com.br/memorias/arquivos/cultura_saberes_praticas.pdf Acesso em 20 ago.2023.

SANFELICE, José Luís. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n° especial, 2006, p. 24 ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4912/art4_22e.pdf acesso em 23 set.2024.

SANTOS, Deribaldo. Políticas Públicas Neoliberais para o Ensino Profissional: como fica o CEFET/CE? In: JIMENEZ, Suzana Vasconcelos; SILVA, Marcus F. Alexandre da (Orgs.). **Políticas Públicas e Reprodução do Capital**. Fortaleza: Edições UFC, 2007. p. 101-124.

SANTOS, Deribaldo; Costa, Frederico. **O trabalho como fundamento da sociabilidade humana: a arte e educação em debate**. In: SANTOS, D.; Costa, F.; Jimenes, S. *Ontologia, estética e crise estrutural do capital*. Campina Grande: EDUECE/UFPA, 2012.

SANTOS, J. D. G. dos. **A reforma do ensino técnico-profissionalizante: uma política pública para o mercado**. 2005. 220f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

SANTOS, José Deribaldo Gomes dos. A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 230-40, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/20976>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SANTOS, Deribaldo; Costa, Frederico. O trabalho como fundamento da sociabilidade humana: a arte e educação em debate. In: Santos, D.; Costa, F.; Jimenez, S. *Ontologia, estética e crise estrutural do capital*. Campina Grande: EDUECE/UFPA, 2012.

SANTOS, Jackson Sousa dos; Lima, Tiago Caminha de, **O ELO ENTRE A PESSOA E O LUGAR: A afetividade, o sentimento de pertencimento e a memória dos moradores do povoado Baixão do Pará, município de Gonçalves Dias - MA**, Geografia: Publicações Avulsas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.2, n. 1, p. 274-291, jan./jun. 2020. Acesso em 24/07/2023.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2003.

SARTORI, Ademilde Silveira et al. Museus virtuais: memória e educação em tempos de Ciberespaço. In: **Intercom**, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1490-1.pdf>. Acesso em 11 set. 2024.

SAVIANI, D. et al. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. Novas tecnologias, trabalho e educação: **um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de politecnia**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SAVIANI, Dermeval. A nova Lei da Educação: **trajetórias, limites e perspectivas**. 12 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. In: Silva, João Carlos da et al (Org.). **História da educação**: arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas: Editora Alínea, 2013. p. 13-31.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 21 julho 2023.

SCHWARTZMAN, Simon, Bomeny, Helena Maria Bousquet, Costa, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, 388p.

SILVA, A. N. da Lugares e não-lugares organizacionais. **Revista Multiface Online**, [S. l.], v. 1, p. 12–15, 2013. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br>. Acesso em 28/09/2023.

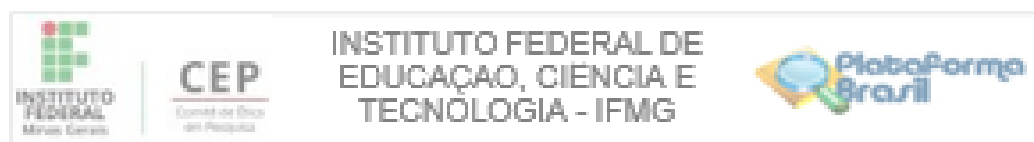
TAVARES, Denis Pereira. PUGLIA, Douglas Biagio. PUFF, Flávio Rocha. AZZI, Lívia Serretti Centro de Memória do IFMG: memória, história oral e produção de conteúdos no campo da EPT. In: VIANNA, M. MARTIARENA, A. RHODEN, A. S. (orgs.). **Educação profissional e tecnológica**: memórias e conhecimento histórico. Cachoeirinha : Fi, 2024, 251p.

THOMPSON, P. A voz do passado: **história oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral** – 8ª ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 33- 41.

Anexos

Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética



Confirmação de Parecer: 5.178.388

Cronograma	Cronogram2_assinado.pdf	26/03/2024 20:35:43	LILIANE CARDOSO DA SILVA	Acerto
Documento	Orcam_assin.pdf	26/03/2024 20:37:38	LILIANE CARDOSO DA SILVA	Acerto
Outros	SEI_1723288_Termo de Compromisso de Unificação de Dados.pdf	09/11/2023 21:03:07	LILIANE CARDOSO DA SILVA	Acerto
Outros	Declaração de conflito assinada.pdf	09/11/2023 11:43:45	LILIANE CARDOSO DA SILVA	Acerto
Outros	SEI_1723291 Termo de Ciência de Ocorrências_Anonim@s.pdf	09/11/2023 11:46:54	LILIANE CARDOSO DA SILVA	Acerto
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	SEI_1730256 Solicitação Autorização Preliminar_Pesquisa.pdf	09/11/2023 11:48:02	LILIANE CARDOSO DA SILVA	Acerto
Outros	SEI_1724840 Autorização Preliminar d o Realização de Pesquisa.pdf	09/11/2023 11:36:22	LILIANE CARDOSO DA SILVA	Acerto
Outros	SEI_1723303 Encaminhamento de Projeto de Pesquisa.pdf	01/11/2023 21:34:37	LILIANE CARDOSO DA SILVA	Acerto
Outros	Termo de Autorização para Uso de Imagem e Voz.pdf	31/10/2023 22:27:08	LILIANE CARDOSO DA SILVA	Acerto
Outros	DiscColegiado.pdf	30/10/2023 22:23:44	LILIANE CARDOSO DA SILVA	Acerto
Outros	ENTREVISTASEMESTRUTURADA.pdf	29/10/2023 20:36:30	LILIANE CARDOSO DA SILVA	Acerto
Outros	CurriculoIngressista.pdf	29/10/2023 19:51:51	LILIANE CARDOSO DA SILVA	Acerto
Outros	CurriculoLetiva.pdf	29/10/2023 19:51:38	LILIANE CARDOSO DA SILVA	Acerto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessária Aprovação da CUNEL?:

Não

BELO HORIZONTE, 25 de Abril de 2024

Assinado por:
 Cristiane Santos Andreoli
 (Coordenadora(a))

Endereço: Av. Professor Mário Werneck, 2590 - 8º andar, sala 807
 Bairro: BURITIS CEP: 30.575-110
 UF: MG Município: BELO HORIZONTE
 Telefone: (31)2513-5289 Fax: (31)2513-5100 E-mail: cep@ifmg.edu.br

Apêndices

Apêndice A - Carta convite para a pesquisa

Prezado servidor, através desta carta venho convidar-lhe para participar da pesquisa intitulada “DA TRAJETÓRIA DA CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DOS OPERÁRIOS “OS PADRES DO TRABALHO” À IMPLANTAÇÃO DO IFMG CAMPUS CONSELHEIRO LAFAIETE – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS” cujo objetivo é valorizar a trajetória da instituição através do registro da história e memórias do IFMG-CL, realizado a partir do processo de implantação do IFMG *campus* Conselheiro Lafaiete, por meio das múltiplas memórias dos servidores que estiveram presentes naquele momento. A pesquisa, que é vinculada ao programa de mestrado do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Ouro Branco, será conduzida pela mestrandia Liliane Cardoso da Silva e orientada pela Professora Doutora, Gisélia Maria Campos Ribeiro.

Conforme acreditamos, seus relatos de experiências e memorização são fundamentais na consolidação dessa pesquisa.

Obrigada!

Pesquisadora

Liliane Cardoso da Silva

Instituto Federal de Minas Gerais

Tel: (31) 98905-7169

E-mail:liliane.cardoso@ifmg.edu.br

Apêndice B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a) _____
Esta pesquisa refere-se à História e Memórias da Educação Profissional no *Campus* Conselheiro Lafaiete (IFMG-CL) intitulada : DA TRAJETÓRIA DA CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DOS OPERÁRIOS “OS PADRES DO TRABALHO” À IMPLANTAÇÃO DO IFMG CAMPUS CONSELHEIRO LAFAIETE – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS. Está sendo desenvolvida pela pesquisadora LILIANE CARDOSO DA SILVA, servidora do campus e mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) sob a orientação da Professora Dr^a Gisélia Maria Campos Ribeiro.

A referida pesquisa visa realizar o registro da história e memórias do IFMG-CL, a partir do reconstituição histórica da Escola Técnica “Os Padres do Trabalho”, instituição de Educação Profissional que precedeu o *campus*, através de seus **registros informacionais e narrativas escritas (memórias)** das pessoas ligadas à instituição e também registrará o processo de implantação do IFMG *campus* Conselheiro Lafaiete, por meio das múltiplas memórias dos servidores que estiveram presentes naquele momento.

No processo de entrevista haverá a produção de vídeos e/ou a gravação de voz em que serão registrados relatos dessas memórias os quais permanecerão sob tutela da pesquisadora por um período de 05 (cinco) anos a contar da data de execução da entrevista, findo esse tempo será inutilizado. Ressalta-se ainda o zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas, assumindo também o compromisso de não publicar o nome dos participantes (nem mesmo as iniciais) ou qualquer outra forma que permita a identificação individual a terceiros; acesso ao conteúdo, do instrumento (tópicos que serão abordados), antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada; criação de arquivos e pastas com proteção de senhas; armazenamento dos dados coletados em disco rígido portátil (HD) com uso de senha para acesso às pastas e aos documentos; utilização do material coletado em computador(es) que tenham programas antivírus instalados e atualizados.

O objetivo principal deste trabalho é a valorização da trajetória da instituição através do registro da história da Instituição de Educação Profissional que precedeu o campus e da reconstituição histórica da implantação do IFMG-CL por meio das

múltiplas memórias dos servidores que estiveram envolvidos nesse processo, tendo como objetivo secundário contribuir para o processo de consolidação de uma identidade institucional com foco no ideário de educação omnilateral, politécnica e emancipadora que norteou a política pública de criação dos Institutos Federais.

Solicitamos sua autorização para utilizar as informações/resultados desta entrevista na consolidação da pesquisa e publicação em revista científica (*se for o caso*). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa pode oferecer benefícios indiretos para os participantes, pois as informações coletadas fornecerão subsídios para a construção de conhecimento sobre a importância das memórias no âmbito educacional como contribuinte ou constitutivo para despertar o senso de pertença à instituição bem como para novas pesquisas a serem desenvolvidas sobre essa temática.

Quanto aos riscos, a entrevista poderá expor os participantes a riscos mínimos como cansaço e desconforto pelo tempo gasto durante o processo, e no ato de rememoração poderão ocorrer algumas sensações diante do vivido com situações desgastantes, sentimentos de euforia, nostalgia etc. Caso isto ocorra você poderá interromper a entrevista e retomá-la posteriormente, se assim o desejar.

O participante da pesquisa receberá a assistência integral e imediata, de forma gratuita (a serem custeadas pelo pesquisador), pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa. Esclarecemos que sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar dessa pesquisa, ou resolver a qualquer momento desistir da mesma, isso não acarretará nenhum dano.

Como garantia dos direitos relativos ao anonimato do participante e a confidencialidade da pesquisa ressaltamos que todos os dados produzidos serão tratados a partir de um HD externo protegido por senhas de acesso à pasta de cada participante. Além disso, serão utilizados nas transcrições nomes fictícios, que serão atribuídos aos participantes mediante às características apresentadas na entrevista e ao processo de categorização desses dados. Ressalte-se que, para uma maior segurança jurídica tanto de participantes, como da entidade lócus da pesquisa e, por último, do pesquisador, todos os dados ficarão armazenados, sob a responsabilidade

e guarda da pesquisadora no IFMG Campus Conselheiro Lafaiete por um período não inferior a cinco anos, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizará as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Este termo de consentimento será arquivado em meio eletrônico pela pesquisadora responsável, no IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Conselheiro Lafaiete

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu

_____CPF _____, declaro ter sido informado(a) claramente sobre os riscos, benefícios e critérios éticos, além de ter recebido uma via assinada deste documento e concordo em colaborar com a pesquisa HISTÓRIA E MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO IFMG CAMPUS CONSELHEIRO LAFAIETE: proposta de um memorial virtual

Concordo em participar da pesquisa

Não concordo em participar da pesquisa

Conselheiro Lafaiete, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) colaborador(a)

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato do Pesquisador Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora LILIANE CARDOSO DA SILVA.

Endereço (Setor de Trabalho): Rua Padre Teófilo Reyn, nº 441, Bairro São Dimas,

Conselheiro Lafaiete/Minas Gerais Telefone: (31) 99239-4347

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)

Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)

Av. Professor Mário Werneck, 2590 - Bairro Buritis - CEP 30575-180 - Belo Horizonte - MG, (31) 2513-5149 E-mail: cepe@ifmg.edu.br

Obs.: O participante da pesquisa e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo. O participante receberá uma cópia desse documento.

Apêndice C - Termo de Autorização para Uso de Imagem e Voz

Título do projeto: DA TRAJETÓRIA DA CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DOS OPERÁRIOS “OS PADRES DO TRABALHO” À IMPLANTAÇÃO DO IFMG CAMPUS CONSELHEIRO LAFAIETE – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS.

Pesquisadora: Liliane Cardoso da Silva

Orientadora: Gisélia Maria Campos Ribeiro

Objetivo principal: O Objetivo geral dessa pesquisa é valorizar a trajetória histórica do IFMG-CL através do registro da história da Instituição de Educação Profissional que precedeu o campus e também a reconstituição histórica da implantação do IFMG-CL por meio das múltiplas memórias dos servidores que estiveram envolvidos nesse processo.

Eu, _____, participante voluntário do projeto acima descrito, de nacionalidade brasileira, estado civil, _____ portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ inscrito (a) no CPF sob nº _____ residente à Av/Rua _____ cidade de _____ estado _____, AUTORIZO o uso de minha imagem, da imagem e/ou voz em todo e qualquer material, entre fotos, vídeos e documentos, para ser utilizada no projeto de pesquisa e analisadas pelos pesquisadores acima citados.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens e voz acima mencionadas em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: apresentação em Congresso, em trabalhos finais, em folders, panfletos, cartilhas, páginas da internet, redes sociais. O trabalho deverá ser divulgado prioritariamente em publicações e divulgações acadêmicas em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, dados pessoais como nome, número de documentos, e similares, não devem ser identificados. Os materiais utilizados, como fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a responsabilidade exclusiva do(s) pesquisador(es) e sob sua guarda, entretanto me resguardo o direito de retirar a qualquer momento a minha autorização.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e voz ou a qualquer outro.

Conselheiro Lafaiete, _____ de _____ de 2024.

Nome do participante: _____

Assinatura do participante

Telefone para contato com o participante: _____

e-mail do participante: _____

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens e voz acima mencionadas em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: apresentação em Congresso, em trabalhos finais, em folders, panfletos, cartilhas, páginas da internet, redes sociais. O trabalho deverá ser divulgado prioritariamente em publicações e divulgações acadêmicas em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, dados pessoais como nome, número de documentos, e similares, não devem ser identificados. Os materiais utilizados, como fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a responsabilidade exclusiva do(s) pesquisador(es) e sob sua guarda, entretanto me resguardo o direito de retirar a qualquer momento a minha autorização.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e voz ou a qualquer outro.

Conselheiro Lafaiete, _____ de _____ de 2024.

Nome do participante: _____

Assinatura do participante

Telefone para contato com o participante: _____ e-mail

do participante: _____

Apêndice D - Roteiro para as entrevistas com servidores (as)



Prezado (a) servidor (a),

Esta entrevista foi elaborada com perguntas fechadas e abertas para enriquecer a pesquisa. A entrevista está dividida em dois momentos. O primeiro abarca o perfil dos respondentes e o segundo momento acontece a entrevista propriamente dita que versará sobre a história e memórias do IFMG campus Conselheiro Lafaiete. Será utilizada como metodologia a História Oral. Será seguido um roteiro contendo alguns pontos norteadores, no entanto esse processo será flexível, pois caso surjam, no decorrer da entrevista, novos assuntos e/ou temáticas que se julguem pertinentes, estes serão abordados. Para realizamos a entrevista foi solicitada a autorização do diretor geral do *campus* a qual foi enviada e autorizada via e-mail. Aos participantes foi assegurado o anonimato nas respostas. Caso queira receber os resultados obtidos com essa pesquisa, favor preencher o campo e-mail abaixo.

E-mail: _____

Nossos sinceros agradecimentos.

Prof.ª Dra Gisélia Maria Campos Ribeiro (Orientadora)

E-mail: giselia.ribeiro@ifmg.edu.br

Liliane Cardoso da Silva (Mestranda)

E-mail: liliane.cardoso@ifmg.edu.br

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.1. GÊNERO

- Homem cisgênero
- Mulher cisgênero
- Pessoas não binária
- Homem transgênero
- Mulher transgênero

1.2 IDADE

- Entre 20,1 e 25 anos
- Entre 25,1 e 30 anos
- Entre 30,1 e 35 anos
- Entre 35,1 e 40 anos
- Acima de 40 anos

1.3 ESTADO CIVIL

- Solteiro (a)
- Separado (a)

- Casado (a)
- Viúvo (a)
- Divorciado (a)

1.4 ESCOLARIDADE

- Licenciatura
- Bacharelado
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutorado

1.5 TEMPO QUE ATUA NA INSTITUIÇÃO

- Até 3 anos
- De 3,1 a 5 anos
- De 5,1 a 9 anos
- De 9,1 a 10 anos
- De 10, 1 a 12 anos
- Acima de 12 anos

1.6 QUAL SEU CARGO NA INSTITUIÇÃO?

- TAE
- DOCENTE
- Outro _____

2. HISTÓRIA E MEMÓRIAS DA INSTITUIÇÃO

- 2.1 Em que ano você ingressou na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica?
- 2.2 Você tem alguma lembrança da implantação do campus que tenha marcado em sua memória?
- 2.3 Como era a infraestrutura da escola quando foi inaugurada e como ela se transformou ao longo dos anos?
- 2.4 Quais desafios você enfrentou durante o processo de implantação da escola?
- 2.5 Como você vê o legado deixado pela instituição que existia antes da implantação do campus?
- 2.6 Qual é a relevância de se preservar a história de uma instituição educacional?
- 2.7 Você acredita que as memórias da instituição são importantes para a valorização de sua trajetória? Se sim de que forma?
- 2.8 Existe algum projeto ou iniciativa próprios da instituição para documentar e preservar sua história e memórias?
- 2.9 Qual é a sua opinião sobre a criação de um memorial virtual para registrar a história e memórias do Instituto?
- 2.10 Existem eventos ou momentos especiais que você considera como marcos importantes na história do campus? Cite alguns.
- 2.11 Que tipos de conteúdo você acredita que deveriam ser incluídos no memorial virtual da instituição?
- 2.12 Na sua opinião de que forma o memorial virtual poderia ser usado como recurso educacional na instituição?